

RELATÓRIO DE GESTÃO & CONTAS 2020



AGÊNCIA NACIONAL
DE INOVAÇÃO

1. ÍNDICE

1. ÍNDICE	2
2. INTRODUÇÃO AO RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2020 (SUMÁRIO EXECUTIVO)	3
3. ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL	10
4. PRINCIPAIS ATIVIDADES EM 2020	24
5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	86
6. CONTAS DE 2020	87
7. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	91
8. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	117
9. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS	122
10. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	129
11. PARECER DO CONSELHO CONSULTIVO	130
ANEXO I	131
ANEXO II	135
ANEXO III	138
ANEXO IV	146

2. INTRODUÇÃO AO RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2020 (SUMÁRIO EXECUTIVO)

O ano de 2020 foi um ano atípico. Enfrentando as consequências da pandemia COVID-19, a ANI teve de se adaptar e de alterar radicalmente a sua forma de trabalhar, com a mudança para um regime quase total de teletrabalho em menos de uma semana, logo após o início do confinamento decretado pelo Governo. O investimento feito na digitalização de toda a operação da ANI, apoiado por um projeto SAMA concluído precisamente no final de 2020, foi essencial para esta transição e demonstrou toda a valia do investimento de 2,5 M€, cofinanciados a 85%, executado entre 2017 e 2020. A mudança para teletrabalho não afetou a produtividade, antes pelo contrário, como se demonstrará neste Relatório e Contas. A ANI, para além de tudo o que estava programado no seu Plano de Atividades para 2020 (com exceção do cancelamento de quase tudo o que envolvia presença física em eventos e a sua recalendarização e/ou reconversão em eventos virtuais), conseguiu dar resposta a toda uma série de novos desafios e iniciativas derivados da crise COVID, incluindo a avaliação de novos Avisos do Portugal 2020, aceleração de pagamentos a projetos em curso e mobilização de apoios reforçados ao ecossistema de inovação nacional, nomeadamente aos CIT e COLAB.

O Relatório de Gestão e Contas 2020 da ANI - Agência Nacional de Inovação, S.A., elaborado pelos Vogais Executivos do Conselho de Administração (CA) da Agência em funções durante o ano de 2020 e aprovado pelo Conselho de Administração é, nos termos da Lei, coassinado pelos membros do Conselho de Administração em exercício à data da sua aprovação. Procura traduzir, com rigor, realismo e concisão o estado da ANI, S.A., no final do exercício de 2020.

Durante 2020, os Vogais Executivos subscritores desta nota introdutória ao presente Relatório pautaram a sua atuação, como gestores, pela observância do Código das Sociedades Comerciais e pelo Estatuto do Gestor Público, e em convicta adesão à missão que lhes foi confiada pelas Tutelas (Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Ministro Adjunto da Economia e Transição Digital), através dos seus acionistas, respetivamente FCT, I.P. e IAPMEI, I.P. que, no essencial, se traduziu na implementação do disposto na RCM 25/2018, de 8 de março, bem como da gestão do FITEC e outras atividades de promoção da colaboração entre as empresas e as entidades do sistema científico e tecnológico nacional (SCTN), *clusters* e outras.

Após a aprovação do PAO 2019-2021 a 19 de dezembro de 2019, o CA da ANI pôde preparar a proposta de PAO 2020-22 logo no início de 2020, tendo o seu processo de aprovação sido concluído rapidamente com o Despacho do Secretário de Estado do Tesouro (SET) em 31 de março de 2020. Portanto, e pela primeira vez no seu atual mandato, o CA da ANI pôde executar plenamente o Plano de Atividades e executar o Orçamento aprovado durante o ano, tendo havido, pela primeira vez, condições para que o funcionamento da ANI pudesse decorrer de forma normal e programada durante a maior parte do ano. Assim, foi possível lançar concursos públicos para regularizar várias situações prementes, substituindo

contratos que vigoravam já há demasiado tempo, como sejam os serviços de segurança e de viagens, bem como a substituição das duas viaturas mais antigas do seu parque automóvel por duas viaturas híbridas modernas em regime de ALD, para mencionar apenas alguns exemplos mais relevantes.

O CA da ANI tentou também produzir o PAO 2021-23 por forma a ele ser aprovado antes do final do ano de 2020, para permitir que a ANI pudesse ter um regime normal de funcionamento durante todo o ano de 2021. A proposta de PAO 2021-2023 da ANI foi aprovada pela Assembleia Geral da ANI a 6 de novembro de 2020 e imediatamente enviado para Despacho pelas Tutelas e Finanças. No entanto, à data da elaboração deste R&C 2020, o PAO 2021-2023 ainda não tinha obtido o Despacho final do SET.

Apesar de todas as dificuldades já identificadas e do contexto pandémico que exigiu uma reorganização interna de métodos de trabalho, não só decorrente do recurso ao teletrabalho como também para acomodar novos instrumentos e formas de apoio ao combate à pandemia, o balanço da atividade da ANI em 2020 é globalmente bastante positivo:

- Excelente recuperação e desempenho ao nível da análise das candidaturas ao PT 2020: 754 candidaturas analisadas em 2020 (mais 123% do que em 2019). Assim, foram encerradas todas as análises das candidaturas pendentes dos avisos de 2019 e de todos os Avisos que fecharam até outubro de 2020¹, incluindo as análises das 100 candidaturas submetidas a um novo instrumento (Aviso AAC 15/SI/2020) focado no COVID-19 com curto prazo de decisão;
- O incentivo correspondente aos projetos analisados e com parecer favorável cifrou-se em 420 M€, o que mais que triplica o valor de incentivo apurado em 2019, embora, em função de restrições orçamentais dos PO (Programas Operacionais), o valor real do incentivo atribuído pelos PO tivesse sido menor (o valor final não é ainda conhecido à data de preparação deste relatório);
- Foi atingido um volume de pagamentos às empresas e ENESII da ordem dos 90 M€, o dobro do verificado em 2019, representando um acréscimo de 233% face à média dos últimos anos, pelo que, também neste domínio, foi largamente cumprido o desígnio de acelerar o financiamento à economia nesta época particularmente difícil;
- Para além do apoio na conceção e lançamento de 3 novos avisos do Portugal 2020 (Aviso 12/SI/2020 - Parcerias Internacionais - Politécnicos; Aviso 13/SI/2020 - Territórios do Interior; Aviso 15/SI/2020 - COVID-19), foram também desenvolvidas novas metodologias de análise mais simplificadas e assumida uma maior participação dos técnicos da ANI na avaliação técnico-científica e económica das candidaturas, reduzindo o recurso a peritos externos;

¹ Os Avisos que fecharam em outubro de 2020 ou em data posterior acabarão o seu processo de avaliação no início de 2021.

- Foi reforçada colaboração da ANI com entidades públicas no domínio da análise e acompanhamento dos projetos, nomeadamente fruto de uma nova abordagem à contratação de peritos através do estabelecimento de protocolos de colaboração com IES públicas (Universidades e Politécnicos), a par da colaboração de entidades como a AICIB e o INFARMED, para os projetos COVID, e da PTSpace para os projetos na área do espaço;
- Ao nível do SIFIDE, verificou-se igualmente uma evolução muito positiva, com a continuação da notoriedade crescente deste instrumento de apoio à inovação empresarial, traduzida não só no número de candidaturas submetidas, como também no número de candidaturas analisadas e pareceres emitidos. O montante de crédito fiscal atribuído continua a tendência de crescimento, sobretudo com o impacto dos Fundos de Investimento. Em 2020, foram apreciadas 2266 candidaturas SIFIDE, um acréscimo de 37% face ao número de candidaturas apreciadas em 2019, correspondendo à emissão de 517 M€ de crédito fiscal (mais 80% do que em 2019). Foi também consolidada a prática, iniciada em 2019, do recurso aos técnicos da ANI para a apreciação destas candidaturas (em 2020 todas as candidaturas foram analisadas internamente), o que reduziu substancialmente os prazos de resposta;
- Na sequência da RCM 24/2020, foi lançado o concurso INOV4COVID para apoio (reembolsável) a projetos de tecnologias inovadoras destinadas a mitigar o COVID-19. Financiada com verbas de reembolsos do Quadro Comunitário de Apoio III ao cuidado da ANI, atribuiu 3 apoios num montante superior a 2,7 M€;
- Foi continuado o acompanhamento dos CIT e iniciado o acompanhamento dos CoLAB em condições de normalidade. O impacto do COVID-19 levou a que muitas das iniciativas presenciais de acompanhamento previstas para 2020 tivessem sido realizadas em formato online, a partir de abril de 2020;
- Foi continuado o apoio e coordenação da participação nacional no Horizonte 2020, tendo 2020 sido de novo um ano com resultados muito positivos e onde foi ultrapassado o marco simbólico de contratos para entidades nacionais a ultrapassarem os mil milhões de Euro no H2020, superando as melhores expectativas traçadas no início do H2020 em 2014;
- Em preparação do novo ciclo europeu 2021-2027, foi acompanhado e dado apoio à discussão do planeamento estratégico do Programa Quadro Horizonte Europa, à continuidade dos programas Eureka/Eurostars e Europe Enterprise Network, e foi também dado apoio à programação da Presidência Portuguesa da União Europeia no 1º semestre de 2021, nomeadamente através da preparação de 3 conferências bandeira, nas temáticas do Clima/Espaço, Oceanos/Espaço e Euronanoforum;
- Após uma pausa no 1º semestre de 2020, devido às incertezas sobre os efeitos da pandemia, foi retomada, no 2º semestre, a preparação da grande conferência TRA 2022, em Lisboa, embora ainda

Relatório de Gestão e Contas 2020

com cenários alternativos em consideração, um 100% físico e outro em modo-híbrido, com a decisão no final de 2021 face à previsível situação desta tipologia de eventos para 2022;

- Continuou, conforme programada, a implementação de programas estratégicos como o *Born from Knowledge*, o Prémio Jornalismo de Inovação, o Prémio de Inovação da Economia Portuguesa (em colaboração com o GEE/Ministério da Economia e da Transição Digital), a Iniciativa de Transferência de Conhecimento (SIAC-ANI), bem como a coordenação e o processo de revisão da ENEI;
- Foram lançadas novas iniciativas: o programa de “Compras Públicas de Inovação”, aprovado pelo SAMA/COMPETE em abril 2020; as “Innovation Talks”, um espaço online de debate sobre inovação; a iniciativa de inovação aberta “Inovar na Interseção”, e foram também finalizados os trabalhos técnicos de criação do “Portal da Inovação”;
- Foram elaborados dois relatórios sobre o panorama da transferência de tecnologia em Portugal, bem como o Relatório Nacional de Inovação, com divulgação prevista para 2021;
- Foi iniciada e concluída a atualização do Mapeamento das Infraestruturas Tecnológicas (primeiro Mapeamento data de 2016), tendo sido inquiridas 130 entidades;
- Aumentou de forma significativa a eficiência dos processos internos na contabilidade, na contratação pública e na comunicação;
- Foram lançados 53 concursos ou procedimentos complexos de contratação pública, incluindo dois concursos internacionais, o que aconteceu pela primeira vez na história da ANI.

Como habitualmente, a ANI foi bastante solicitada para estar presente em eventos e cerimónias ligadas à Inovação, que, a partir de março, foram sobretudo em formato virtual. Junta-se no Anexo I a listagem das principais presenças institucionais da ANI durante 2020.

A gestão interna da Agência e dos seus colaboradores foi também, como em anos anteriores, uma elevada prioridade de ação para a Administração, para a Unidade de Recursos Humanos e para os Diretores. Conforme já reportado em anteriores relatórios, a ANI tem fortes limitações em termos de recursos humanos a dois níveis:

- i) por um lado, está limitada a um quadro de 93 unidades. Apesar de todos os pedidos de autorização de mais RH em todos os PAO por que este CA foi responsável (2018 a 2020), a ANI só teve autorização para contratar 2 novos RH em 2020 para além da substituição de todas as saídas ocorridas;
- ii) por outro lado, os vencimentos na ANI estão congelados há uma dezena de anos, com uma estrutura totalmente confusa e que nem sequer se enquadra no Plano de Carreiras em vigor, o que provoca grandes injustiças, quer para os trabalhadores mais antigos entre si, quer face a colaboradores contratados mais recentemente, desde 2019, cujos salários foram necessariamente baseados nas condições atuais de mercado. A falta de valorizações salariais constitui um forte desmotivador interno

e é motivo de saídas demasiado frequentes dos colaboradores mais eficazes e que encontram posições melhor remuneradas no mercado de trabalho. Em 2020, saíram da ANI 5 colaboradores, o que representou 6% do pessoal técnico ativo (não dirigentes).

Assim, em 2020, para abordar estes dois níveis de problemas, foram dados os seguintes passos:

- 1) Tornou-se evidente, por indicação das Tutelas, que o quadro da ANI não irá evoluir muito para além do atual número de 93, estando descartado o quadro de 130 que havia sido aprovado em 2016 e posteriormente revisto para os 110 aprovados formalmente pelo MAEC em 2019 (para efeitos de elaboração das previsões orçamentais nos PAO 2019-21 e seguintes). Neste contexto, o CA decidiu o seguinte:
 - a. Deixar cair a meta de 130 trabalhadores e reorganizar a ANI para um quadro de menos de 100 colaboradores, resultando num novo Organigrama que entrou em vigor a 1 de junho de 2020;
 - b. Aumentar o recurso a fornecimento de serviços externos para colmatar a falta de recursos internos para cumprir todas as metas e obrigações que foram atribuídas à ANI pela RCM 25/2018, e outras.
- 2) Dado que nenhuma proposta de aprovação de valorizações remuneratórias mereceu a aprovação das Tutelas nem das Finanças, restou ao CA garantir a implementação dos mecanismos permitidos pelas sucessivas LOE para aplicar progressões na carreira, em linha com o descongelamento das carreiras na Função Pública. Assim:
 - a. Foi completado o primeiro processo de Avaliação de Desempenho dos colaboradores da ANI, iniciado em 2019, e agora relativo a 2018-2019, um marco importante para se poder aplicar o Plano de Carreiras em vigor na ANI. Deste processo resultou o reconhecimento especial aos colaboradores com classificação de Excelente e uma primeira progressão na carreira de uma colaboradora, nos termos do referido Plano de Carreiras;
 - b. Foi iniciada a preparação de um Regulamento do Processo de Avaliação de Desempenho, capitalizando nas lições aprendidas no processo de AD de 2018-2019, que será discutido com os colaboradores e adotado no início de 2021.
 - c. Foi também iniciada a revisão do Plano de Carreiras, para mudar a atual versão de carreiras “verticais” para carreiras “horizontais” que permitam, no futuro, uma maior e mais fácil mobilidade interna, e que definam de forma clara e objetiva a forma como as Avaliações de Desempenho terão consequências em termos de promoções e progressões nas carreiras. Pela sua complexidade e implicações, este trabalho, iniciado em 2020, apenas ficará completado em 2021.

De referir, também, que a impossibilidade de aumentos salariais, nomeadamente aos colaboradores convidados em 2018 e 2019 para assumirem funções de coordenação de Unidades na base da confiança

Relatório de Gestão e Contas 2020

do CA, com consequências salariais condicionadas a autorização das Tutelas e das Finanças, que, como já referido, nunca foram concedidas, resultou no levantamento de 3 processos em Tribunal de Trabalho contra a ANI, em curso à data de elaboração deste relatório e, portanto, com desfecho ainda desconhecido.

Em termos de resultados financeiros, 2020 apresenta um resultado líquido positivo. De referir que ambos os acionistas contribuíram com os 2 M€ a que se haviam comprometido aquando da preparação do orçamento para 2020, o que teve um papel decisivo no resultado líquido apurado.

Como consequência da crise pandémica e a passagem ao teletrabalho, a atividade financeira da ANI durante 2020 foi atípica, sendo de destacar com principal impacto uma redução das despesas operacionais em cerca de 2,2M€ face ao previsto, essencialmente motivados pela não execução de despesas com deslocações (0,2M), atividades relacionadas com o programa SIAC referentes a eventos, comunicação e consultorias associadas (1M€) e a não contratação de pareceres técnico-científicos (1M€).

As despesas com o pessoal ficaram aquém do previsível. O principal motivo para a não execução desta despesa prendeu-se com o facto da proposta de orçamento apresentada para 2020 contemplar um quadro de pessoal de 110 colaboradores, o que não se veio a verificar por falta de autorização para recrutamento, tendo o ano de 2020 terminado com 93 colaboradores. Adicionalmente, a pandemia contribuiu para a redução das despesas incluídas nesta categoria, pois os valores previstos com as ajudas de custo das deslocações não se verificaram na sua grande maioria. Importa também ressaltar o facto de que a atribuição de valorizações remuneratórias, motivada apenas pela aplicação das obrigações legais vigentes, teve um impacto quase nulo.

De referir ainda que, pela primeira vez desde há alguns anos, o Ministério da Economia e da Transição Digital, através da SGME, não fez, em 2020, a sua transferência anual para a ANI de 400.000 € destinada a cobrir as despesas da ANI como Organismo Intermédio que não são comparticipadas pelos Programas Operacionais.

Relativamente ao acordo de princípio com a Universidade do Porto visando a aquisição da posição da UP na associação proprietária do edifício NET iniciado em 2019, e na sequência do mandato das várias AG da ANI entretanto realizadas para que o CA desenvolvesse as diligências necessárias à aquisição de uma posição de controlo da PROMONET, proprietária do Edifício NET (atuais instalações da ANI no Porto), à data de elaboração deste relatório, decorre o processo de obtenção das necessárias autorizações junto do MAEC e das Finanças, prevendo-se que a operação possa ser validada pela AG da ANI prevista para março de 2021 e concretizada em abril de 2021.

A nível internacional, a ANI assegurou, durante 2020, a presidência da TAFTIE. Apesar de a pandemia ter obrigado a uma forte reorientação das atividades para ajudar as agências membro da TAFTIE a enfrentar as implicações da pandemia COVID-19, que afetou todas as Agências de Inovação da TAFTIE de forma muito semelhante, os resultados obtidos foram muito satisfatórios e os principais objetivos atingidos,

Relatório de Gestão e Contas 2020

apesar da adoção do modo virtual para todas as reuniões previstas, com exceção da primeira, que teve lugar em fevereiro de 2020 no Porto, pouco antes do início do confinamento nacional e enquanto as deslocações não essenciais ainda eram permitidas na União Europeia.

Como nota final, importa referir que o Conselho Consultivo (CC), na sua missão de acompanhamento da ANI, tomou boa nota dos constrangimentos apontados e dos resultados obtidos, e produziu a 30 de outubro de 2020 o seu parecer e recomendações à Assembleia Geral da ANI aquando da elaboração do PAO 2021-2023, que se anexa a este relatório. O CA agradece o empenho do CC no acompanhamento da ANI e permite-se realçar aqui os seguintes pontos retirados das conclusões e recomendações do respetivo relatório:

- Permanece uma situação de clara insuficiência de recursos, nomeadamente recursos humanos.
- A ANI aprova a concessão de financiamentos públicos cujo valor total continua crescente... e evidencia uma melhoria do “retorno sobre a despesa” e uma atividade crescente medida em quantidade de “outputs”.
- Acredita que o papel da ANI - e a inovação como fator de desenvolvimento económico - apresentam uma tendência estrutural de crescimento, pelo que o desequilíbrio imposto ao optar pela externalização de tarefas nucleares em prejuízo da internalização de competências, não...parece uma política sã ou acertada.
- Considera que, para além de um conjunto de reflexões de melhoria que estão expressas no Anexo 1 ao parecer do CA, sejam analisados os seguintes aspetos:
 - o nível de qualificação dos RH afetos aos projetos de inovação valorizados nos projetos de financiamento;
 - questões operacionais relacionadas com a gestão da atividade da ANI (avaliação e gestão de projetos);
 - tempo de espera dos resultados de avaliação e pagamentos dos incentivos.
- Adicionalmente, a ANI deve intensificar a execução das suas atividades através dos meios digitais e online de modo a que, adotando as melhores práticas, possa continuar a impactar na promoção da inovação através da evidência da sua própria capacidade de inovação tecnológica.

O Conselho de Administração



(Eduardo Maldonado)



(Filomena Egreja)



(António Bob Santos)



(Helena Pereira)



(Francisco Sá)

3. ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL

A ANI - Agência Nacional de Inovação, S.A. é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, constituída por escritura pública no ano de 1993, então sob a designação de Agência de Inovação, ADI.

A ANI tem a natureza societária e encontra-se sob a tutela e superintendência quer do membro do Governo responsável pela área da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior quer do membro do Governo responsável pela área da Economia e da Transição Digital que, em articulação e no exercício das suas competências, determinam a orientação estratégica da através da participação acionista, paritária, da FCT, I.P. e do IAPMEI, I.P. no capital social da Agência.

A Agência tem um capital social de 5.176.376,50 euros e como empresa pública detida de forma indireta, está sujeita ao âmbito de aplicação subjetivo do Decreto-Lei n.º 113/2013, de 7 de agosto - Regime do Sector Público Empresarial do Estado (RJSPE).

MISSÃO

A ANI – Agência Nacional de Inovação, S. A. (ANI), tem por objeto o desenvolvimento de ações destinadas a apoiar a inovação tecnológica e empresarial em Portugal, contribuindo para a consolidação do Sistema Nacional de Inovação (SNI) e para o reforço da competitividade da economia nacional nos mercados globais.

Compete à ANI prosseguir as linhas orientadoras para uma estratégia de inovação tecnológica e empresarial para Portugal, 2018-2030 (de acordo com a RCM 25/2018), nomeadamente o estímulo do investimento privado

em investigação e desenvolvimento (I&D), a promoção da colaboração entre entidades do sistema científico e tecnológico e o meio empresarial e o reforço da participação em redes e programas internacionais por parte das empresas e entidades do sistema científico e tecnológico nacional (instituições de ensino superior, institutos de ID&I e centros de interface, entre outros), com vista à promoção das suas capacidades, competências e resultados da política de apoio à inovação.

Compete também à ANI a divulgação, a nível nacional e internacional, em colaboração com outras entidades, nomeadamente o IAPMEI, a AICEP e a FCT, de casos de sucesso da inovação em Portugal, ajudando a associar a Portugal uma imagem de país inovador e a justificar

investimentos crescentes, através de retorno para a economia e para o bem-estar e qualidade de vida da população.

A prossecução da missão da ANI deverá ser sempre articulada com outros objetivos de políticas públicas, nomeadamente as prioridades para o próximo ciclo de Fundos Estruturais, o Programa Nacional de Investimentos 2020-2030, o Programa Nacional de Reformas, o Plano de Recuperação e Resiliência e o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, bem com as prioridades e objetivos associados à participação de Portugal nos programas de apoio à I&D no quadro europeu.

VISÃO

“Contribuir para consolidar Portugal no Grupo de Países Fortemente Inovadores da União Europeia.”

Perante objetivos que lhe são fixados pelos Estatutos e pelos seus Acionistas, a ANI deve ser uma entidade de referência e de excelência, no sistema nacional de inovação, quer como dinamizador e facilitador da ação

dos seus agentes quer como fonte de conhecimento na formulação de políticas públicas na sua esfera de atuação. Neste contexto, destaca-se a responsabilidade atribuída à ANI para coordenar a implementação da estratégia de inovação tecnológica e empresarial para Portugal, 2018-2030, bem como de iniciativas dela integrantes, como o Programa INTERFACE (nomeadamente a capacitação dos CIT - Centros de Interface reconhecidos em 2017 (28 CIT) e 2019 (3 CIT) e o apoio e monitorização dos ainda mais recentemente criados Laboratórios Colaborativos (26 reconhecidos desde 2018), e que se prevê virem a aumentar para mais de 30 em 2021. É, também, atribuída à ANI a responsabilidade pela monitorização do Sistema Nacional de Inovação, em colaboração com outras entidades públicas relevantes neste domínio.

No plano nacional, é de relevar o papel que a ANI tem assumido e reforçado, em termos de eficiência e eficácia, na análise e acompanhamento das medidas do Portugal 2020 dedicadas à I&D e Inovação, envolvendo empresas e entidades do SNI de forma colaborativa, bem como na aplicação do Programa SIFIDE (incentivos fiscais à I&D empresarial). Estas atividades mobilizam um número crescente de empresas, projetos e montantes, desempenhando um papel fundamental no apoio à I&D empresarial em Portugal. Como tal ocupam perto de 40% dos recursos humanos da ANI, sendo de salientar o seu peso na estrutura funcional da Agência.

No plano internacional, a ANI deve constituir-se como uma referência de credibilidade e excelência junto das entidades e redes da comunidade de inovação (Comissão Europeia, outras organizações, agências congéneres), tendo presente os objetivos de internacionalização e valorização do conhecimento das empresas e das outras entidades do sistema de inovação. Para tal, a promoção dos Programas-Quadro europeus de I&D e Inovação, veiculada através da nova estrutura PERIN (*Portugal in Europe Research and Innovation Network*) lançada em 2019 será indispensável para corresponder ao objetivo nacional de duplicar a captação de verbas competitivas no próximo Programa-Quadro europeu (PQ) - Horizonte Europa - HE, relativamente ao atual Horizonte 2020, para 2 mil M€. No âmbito da PERIN, foi atribuída à ANI a responsabilidade da coordenação dos pilares 2 e 3 do Horizonte Europa, assegurando também o papel de Delegados Nacionais a todas as suas componentes (“*Clusters*”), com exceção das temáticas da Saúde (cujo “*Cluster*” é da responsabilidade da AICIB) e do Espaço (cuja temática é atribuída à Agência Espacial Portuguesa). O pilar 2, com um orçamento de mais de € 50 mil milhões, inclui a maioria das parcerias industriais e projetos colaborativos com empresas entidades do sistema científico, que são precisamente os alvos da atuação da ANI. O pilar 3, com as componentes *European Innovation Council* e *Ecosystems de Inovação* apoiará, sobretudo, a inovação disruptiva em PME’s com ambição de crescimento a nível internacional (“*Scale-ups*”) com produtos ou serviços inovadores. No âmbito do Pilar 3, a ANI é também responsável pela promoção da participação nacional no *European Institute of Innovation and Technology* (EIT), nomeadamente no *Regional Innovation Scheme* (RIS), e por promover a participação ativa nas duas novas KIC que serão lançadas durante o Horizonte Europa, nas áreas das Industriais Culturais e Criativas e na Água e no sector Marinho e Marítimo.

A ANI pretende, também, impor-se pela prática e dinâmica das suas atividades, como um par líder entre as suas congéneres estrangeiras, como membro da TAFTIE e do EUREKA. Depois da presidência da TAFTIE em 2020, a ANI prepara-se agora para contribuir para o ano da Presidência portuguesa do EUREKA, que se inicia a 1 de julho de 2021.

MODELO DE GOVERNAÇÃO: ÓRGÃOS SOCIAIS

A Agência dispõe de um modelo de governação que lhe permite assumir uma posição central no SNI, promovendo o diálogo e a cooperação estratégica entre as áreas da política científica e tecnológica e da economia. Este modelo de governação reflete-se na paridade ao nível dos organismos que intermedeiam a ação governativa nestas duas áreas (FCT e IAPMEI). Este modelo

sublinha a dependência tutelar setorial partilhada, e estrategicamente alinhada, entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e o Ministério da Economia e da Transição Digital.

De acordo com os estatutos da ANI, são órgãos sociais a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, o Conselho Consultivo, e o Fiscal Único. A figura seguinte representa o modelo delineado para o relacionamento entre os diferentes órgãos e que garante o alinhamento necessário entre os veículos acionistas e tutelas setoriais.

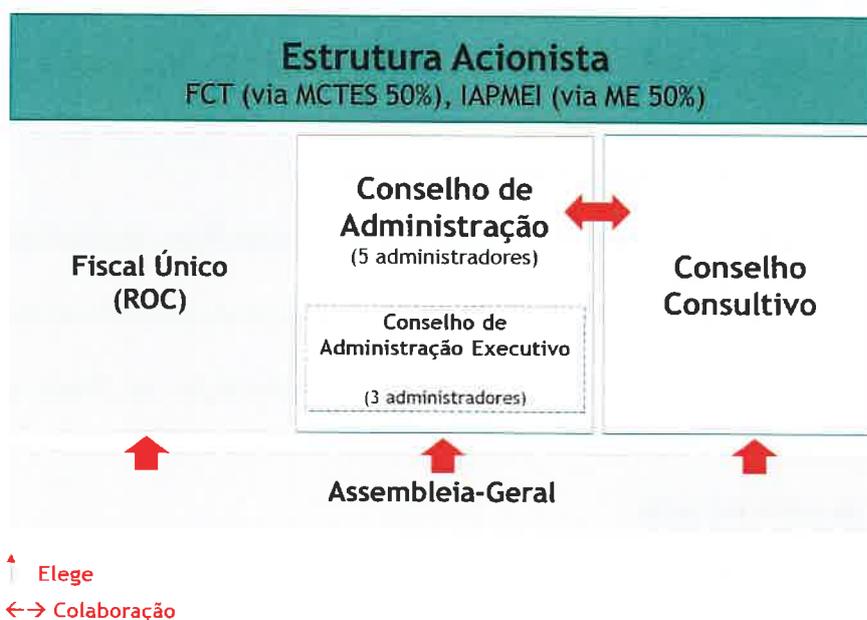


Figura 1: Estrutura Acionista e Órgãos Sociais da ANI (31.12.2019)

Os titulares dos órgãos sociais Conselho de Administração, Mesa da Assembleia Geral e Fiscal Único da Sociedade atualmente em funções foram eleitos em Assembleia Geral de 30 de junho de 2018, (com exceção da Administradora Não Executiva Helena Pereira, que apenas iniciou funções em 5 de abril de 2019, em virtude de nessa data ter passado a exercer o cargo de Presidente do Conselho Diretivo da Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P.) para exercerem o seu mandato no triénio 2018-2020.

O mandato dos titulares dos órgãos sociais da ANI tem a duração de 3 anos, nos termos do Artigo Vigésimo-Oitavo dos Estatutos.

Relatório de Gestão e Contas 2020

No que respeita o Conselho de Administração, o mandato dos seus membros terminou a 31/12/2020, de acordo com o prescrito no artigo 391.º, n.º 3 do Código das Sociedades Comerciais, mantendo-se os mesmos em funções até nova designação, de acordo com o n.º 4 do mesmo artigo.

Na Assembleia Geral realizada a 6 de novembro de 2020, o mandato dos atuais órgãos sociais foi prorrogado até à realização da Assembleia Geral de apreciação das Contas da Sociedade a realizar, previsivelmente, em março de 2021.

Assembleia Geral

A Assembleia geral é presidida pelo Prof. José Carlos Marques dos Santos e secretariada pelo Prof. João Crespo.

Durante 2020, realizaram-se três Assembleias Gerais:

- Em 17/01/2020, para, entre outros assuntos, apreciação Plano de Atividades e Orçamento para o triénio 2020-2022;
- Em 27/03/2020, para, entre outros assuntos, apreciação do Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2019; e
- Em 06/11/2020, para, entre outros assuntos, apreciação do Plano de Atividades e Orçamento para o triénio 2021-2023.

Conselho de Administração

A ANI é gerida por um Conselho de Administração (CA), composto por cinco membros, eleitos pela Assembleia Geral. O Conselho de Administração tem os mais amplos poderes de representação da Agência, competindo-lhe a definição da orgânica interna e elaboração dos respetivos regulamentos, determinando a orientação da atividade da Agência, autorizando as operações relativas ao seu objeto, representando-a em juízo ou fora dele, constituindo mandatários com os poderes que entender, e desempenhando as demais funções que por lei ou pelos estatutos da Sociedade lhe sejam cometidas.

Os três elementos executivos do Conselho de Administração (Eduardo Maldonado, que preside, Filomena Egreja e António Bob Santos) reúnem regularmente, tomando a designação de Conselho de Administração Executivo, estando também previsto nos Estatutos que o Conselho de Administração reúna, com todos os seus membros, executivos e não executivos, pelo menos quatro vezes por ano, para discussão e deliberação sobre assuntos de natureza estratégica ou estrutural para a ANI.

Durante o ano de 2020, o Conselho de Administração sofreu apenas uma alteração da sua composição, tendo cessado funções, em 2 de novembro de 2020, Nuno André Oliveira Mangas Pereira, vogal não Executivo do Conselho de Administração por inerência ao exercício do cargo de Presidente do Conselho Diretivo do IAPMEI, que deixou de exercer naquela data.

Durante 2020, realizaram-se 13 reuniões do Conselho de Administração, com a seguinte distribuição:

- a) Conselho de Administração executivo - 8 reuniões;
- b) Conselho de Administração composto por EM, FE, ABS, Helena Pereira e Nuno Mangas - 4 reuniões;
- c) Conselho de Administração composto por EM, FE, ABS e Helena Pereira - 1 reunião.

Conselho Consultivo

O Conselho Consultivo acompanha e apoia a atividade do CA, e é constituído por um número par de personalidades, provenientes em números iguais da comunidade científica e empresarial, incluindo ainda um representante de cada um dos acionistas.

Os elementos que compõem o Conselho Consultivo são escolhidos pela Assembleia Geral, e a sua função é aconselhar o Conselho de Administração sobre as opções da Agência, emitindo pareceres não vinculativos, designadamente, sobre o plano de atividades e orçamento, e o relatório de gestão e contas, ambos a apresentar à Assembleia Geral, e ainda sobre outras questões que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração.

A Assembleia Geral de 15 de abril de 2019 designou o Conselho Consultivo para o próximo triénio:

Meio empresarial:

- António Braz dos Santos Costa
- Célia Maria Duarte dos Reis Oliveira
- Guido du Boulay Villax
- Isabel Maria Gonçalves Folhadela de Oliveira Mendes Furtado
- Sónia Manuela Fazendeiro Duarte Calado

Meio académico:

- Adelino Vicente Mendonça Canário
- Arlindo Manuel Limede de Oliveira
- José Manuel de Araújo Baptista Mendonça
- Maria Teresa Ferreira Soares Mendes
- Teresa Maria Dias de Paiva

Em 2020, o Conselho Consultivo reuniu três vezes:

- Em 7 e 16/01/2020, para emitir parecer sobre o PAO 2020-2022;
- Em 18/05/2020, para emitir parecer sobre o R&C 2020 de 2019;
- Em 28 e 30/10/2020, para emitir parecer sobre o PAO 2021-2023.

O membro do CC Arlindo Manuel Limede de Oliveira apresentou a sua renúncia às funções de membro do Conselho Consultivo da ANI em 19/10/2020, por ter assumido funções incompatíveis com aquelas, tendo sido designado pela AG da ANI, em 6 de novembro de 2020, em sua substituição, Paulo Cadete Ferrão.

Órgão de Fiscalização - Fiscal Único

A existência de um Fiscal Único desde a sua constituição em 1993 e tal como previsto no Código das Sociedades Comerciais, é considerada indispensável tendo em conta os objetivos da ANI atividades que desenvolve. O Fiscal Único efetivo da ANI é o Dr. José Azevedo Rodrigues (ROC n.º 681), sendo seu suplente o Dr. João da Rocha Abrantes Costa.

ESTRUTURA ORGÂNICA

A estrutura orgânica em vigor na primeira parte de 2020 foi a que entrou em vigor a 1 de setembro de 2018, aquando do início de funções do atual CA Executivo, baseada num quadro de colaboradores de 130 unidades, aprovado no PAO 2016-2018 da ANI.

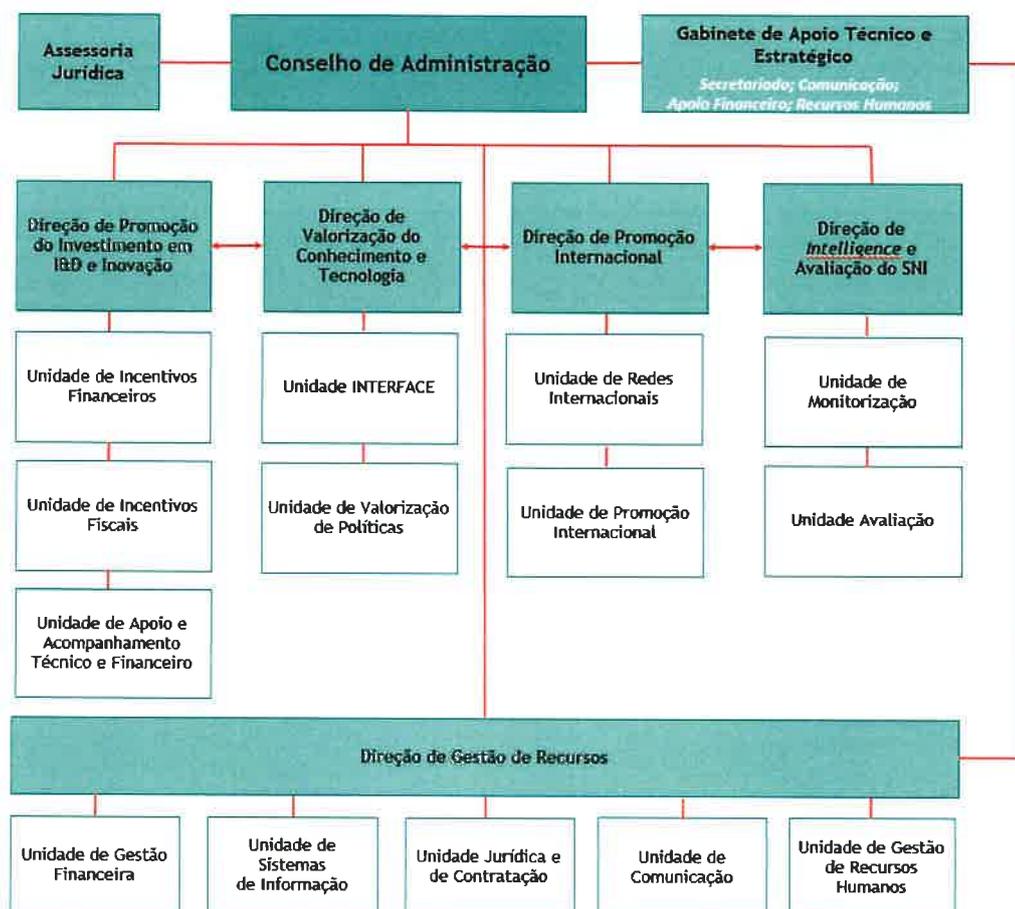


Figura 2: Macroestrutura Orgânica em vigor até 31 de maio de 2020

O quadro de colaboradores da ANI, no entanto, nunca pôde crescer para além dos 93 colaboradores autorizados pelo PAO 2020-22, e ficou claro das orientações recebidas das Tutelas no início de 2020 que a ANI se deveria organizar para um quadro da ordem de grandeza atual, tal como resulta do Despacho final de aprovação do PAO 2020-2021 emitido pelo SET em 31 de março de 2020. Portanto, o CA entendeu ser necessário promover uma reestruturação do modelo organizacional da ANI, preparando-o durante abril e maio de 2020. A nova estrutura orgânica da ANI, mais “lean” e que traduz a realidade nua e crua que não haveria recursos humanos suficientes para que pudessem funcionar as Direções e Unidades de menor dimensão que constavam no organograma da Fig. 2, foi implementada a partir de 1 de junho de 2020, com o objetivo de promover uma maior eficiência e eficácia na operação da ANI para garantir o integral cumprimento da missão e atribuições que lhe foram cometidas.

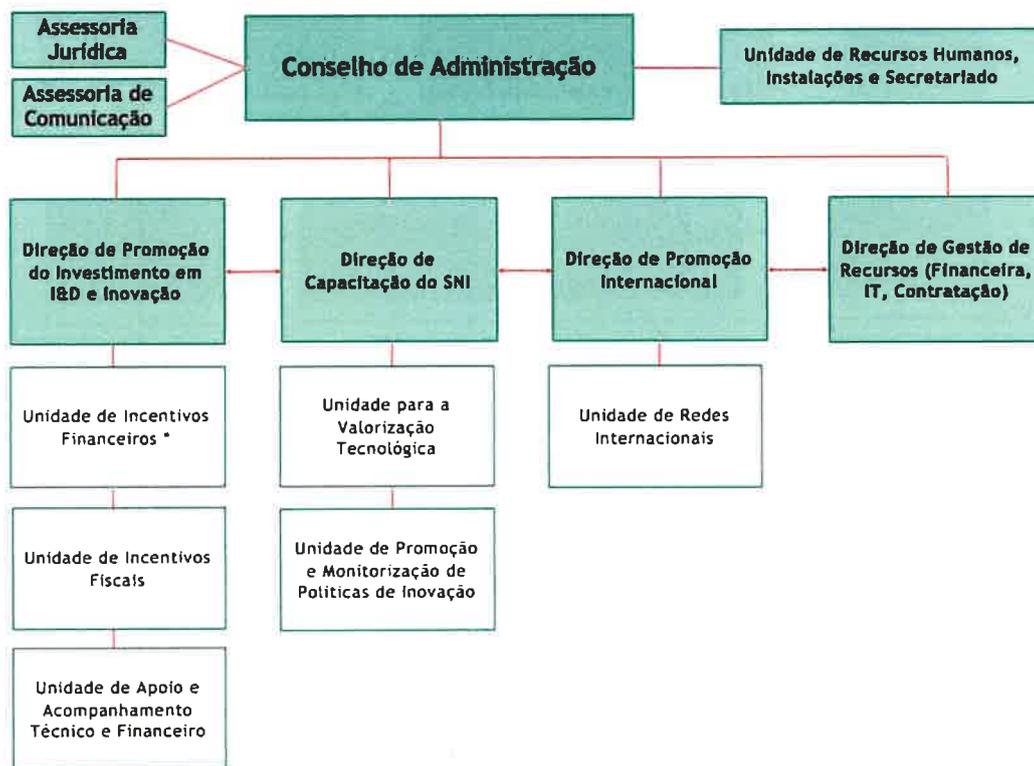


Figura 3: Macroestrutura Orgânica em vigor a partir de 1 de junho de 2020

Esta estrutura orgânica prescreve que a dimensão mínima para uma Unidade é de 5 colaboradores, mas que podem ser criados Núcleos funcionais de dimensão mais reduzida (3 ou mais elementos) que se justifiquem funcionalmente. Em 2020, foi estabelecido um único Núcleo funcional, o Núcleo de IT, que engloba 4 colaboradores, respondendo hierarquicamente o responsável do Núcleo diretamente ao Diretor da DGR.

ESTRUTURA DE CAPITAL

O capital social da Agência Nacional de Inovação, S.A. é de 5.176.376,50 € (cinco milhões, cento e setenta e seis mil, trezentos e setenta e seis euros e cinquenta cêntimos), integralmente subscrito e realizado e representado por 1.037.350 (um milhão, trinta e sete mil e trezentas e cinquenta) ações com valor nominal unitário de 4,99 € (quatro euros e noventa e nove cêntimos), nos termos previstos nos artigos 7.º e 8.º dos Estatutos da Sociedade, com a seguinte distribuição:

- a) FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P. ("FCT"), titular de 518.675 (quinhentas e dezoito mil, seiscentas e setenta e cinco) ações, com o valor nominal global de 2.588.188,25 € (dois milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, cento e oitenta e oito euros e vinte e cinco cêntimos), as quais correspondem a 50% (cinquenta por cento) do capital social da Sociedade, e
- b) IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P." ("IAPMEI"), titular de 518.675 (quinhentas e dezoito mil, seiscentas e setenta e cinco) ações, com o valor nominal global de 2.588.188,25 € (dois milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, cento e oitenta e oito euros e vinte e cinco cêntimos), que correspondem a 50% do capital social da Sociedade,

Durante o exercício de 2020 nem a estrutura acionista nem a distribuição do capital social sofreram qualquer alteração.

O capital social é representado na sua totalidade por ações ordinárias. Os Estatutos preveem, no nº1 do artigo 9.º, a possibilidade de emissão de ações preferenciais sem direito de voto, contudo, não foram emitidas quaisquer ações desta categoria.

A ANI não tem qualquer participação no capital de outras entidades.

Em 2019 não ocorreram negócios entre a entidade e o pessoal-chave de gestão, vedados pelo artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, designadamente:

- Não foram realizados adiantamentos ao pessoal-chave de gestão
- Não foram concedidos empréstimos

O Conselho de Administração não considera relevantes os riscos financeiros, considerando a natureza de financiamento subsidiado que suporta a estrutura de gastos da ANI e a inexistência de endividamento ou exposição a quaisquer *commodities*.

RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos da ANI totalizavam 93 colaboradores no final de 2020.

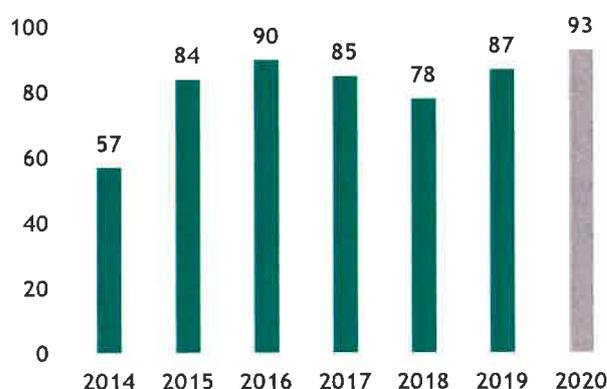


Figura 4: Evolução anual do número de colaboradores

Mantêm-se as dificuldades relatadas nos anos anteriores de retenção de pessoas, já sentidas em anos anteriores, devido à ausência de promoções e valorizações salariais. As qualificações e elevado grau de especialização dos colaboradores da ANI são muito apetecíveis para outras entidades, onde são atraídos por melhores condições de trabalho, nomeadamente condições remuneratórias, por

vezes por um pequeno aumento de vencimento de uma ou duas centenas de euros mensais, que a ANI está impossibilitada de oferecer no contexto legal vigente. No início do ano de 2020, foi possível substituir os 4 (quatro) colaboradores que se demitiram em 2019. Ao longo do ano de 2020, apresentaram a demissão 6 (seis) colaboradores, incluindo um que terminou uma Licença sem vencimento que tinha sido autorizada em 2017, tendo a ANI admitido 5 (cinco) novos colaboradores para as Direções em que se registaram as saídas. Uma das demissões só produzirá efeitos em 2021 e só poderá eventualmente ser substituída após aprovação do PAO 2021-2023.

Com a aprovação do PAO 2020-2022, foi também autorizada a contratação de 2 novos colaboradores em abril de 2020, totalizando assim um total de 11 entradas em 2020, o que representa um “turnover” de 12%, um valor demasiado alto para um funcionamento normal dos serviços, em que é desejável um maior grau de estabilidade do pessoal.

Alguns aspetos sobre os recursos humanos da ANI:

O pessoal da ANI está baseado em Lisboa (2/3) e no Porto (1/3), e é maioritariamente construído por pessoas do sexo feminino (71%):

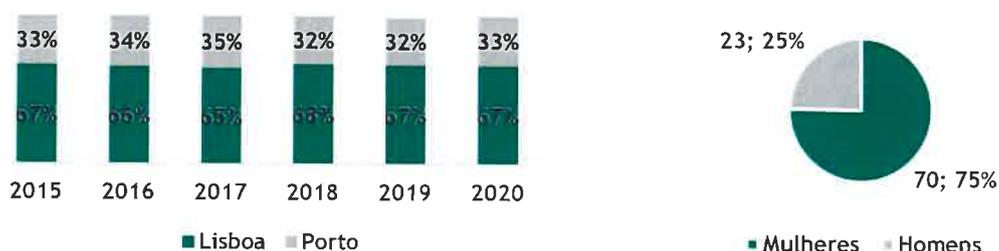


Figura 5: Distribuição Geográfica e Género

No que se refere à qualificação dos colaboradores, continua a existir um grande esforço de contratação de colaboradores mais qualificados, conforme é bem visível na Fig. 6, realçando-se a evolução ocorrida entre 2014 e 2020 (em que cerca de 90% dos colaboradores possuem o grau de licenciatura ou superior). No período referido, destaca-se o número de colaboradores com mestrado que aumentou de 6 para 26 e o número de colaboradores doutorados que passou de 1 para 16.

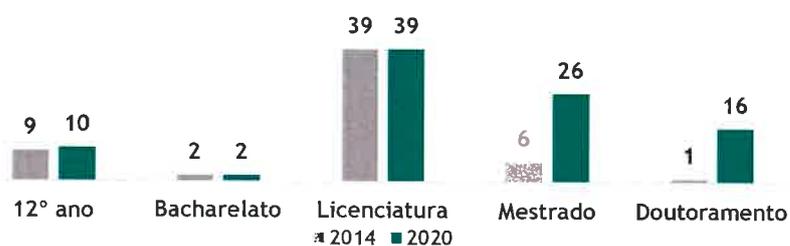


Figura 6: Evolução dos tipos de qualificação

O ano de 2020 foi atípico na atividade de Recursos Humanos devido ao impacto da pandemia de COVID-19 e à necessidade de assegurar a saúde e a segurança de todos os seus colaboradores. Nesse sentido, desde 16 de março que a maioria dos colaboradores da ANI se mantém em regime de teletrabalho.

Avaliação de Desempenho relativa aos anos de 2018 e 2019

2020 foi também um marco para a ANI, pois foi finalmente completado o primeiro exercício de avaliação de desempenho (AD) de todo o seu pessoal.

Sendo o primeiro exercício deste tipo, foi marcado por algumas dificuldades que resultaram em atrasos significativos. Inicialmente planeado para conclusão em 2019 (AD relativa ao ano de 2018), este exercício de avaliação do desempenho acabou por corresponder a 2018 e a 2019. Iniciado em março de 2019, só ficou concluído em setembro de 2020, tendo-se verificado grandes atrasos na entrega ao CA dos resultados das avaliações individuais.

Dos 84 colaboradores ativos da ANI no final de 2019 (mais os 3 membros do CA), só completaram a avaliação 73. Onze (11) colaboradores só fizeram avaliação para um dos dois anos em causa, a maioria destes por terem sido admitidos (ou regressado ao trabalho) durante o ano de 2018 ou 2019 e, portanto, não tinham 2 anos completos de serviço na ANI.

Tendo este sido o primeiro exercício deste tipo realizado na ANI, foram evidentes alguns problemas e falhas no processo que deverão ser tomados em consideração como “*lessons learned*” para melhorar os futuros processos de avaliação, com impacto já no de 2020, mas sobretudo no de 2021:

- a) Promover a estabilização de um regulamento interno sobre o processo de avaliação de desempenho na ANI, revisto, melhorado e amplamente discutido, divulgado e esclarecido junto de avaliadores e avaliados, nomeadamente na componente da formalização de objetivos individuais, respetivos indicadores, metas e critérios de avaliação;
- b) Promover uma maior uniformização/harmonização entre Direções e Unidades na aplicação dos critérios de avaliação;
- c) Completar o modelo de avaliação incluindo a componente da avaliação dos KPIs. De facto o processo de avaliação concluído em 2020, baseado apenas em competências e não em resultados, conduziu a um enviesamento para pontuações superiores que será tendencialmente corrigido num modelo de avaliação completo;
- d) Os critérios de avaliação devem desejavelmente ser mais objetivos e melhor quantificados, com base em objetivos a atingir - como não haviam sido fixados objetivos quantificados em 2018 e 2019, o grau de subjetividade nestas avaliações foi demasiado elevado.

Recomendações/ Sugestões de Melhoria

Ao nível do Processo

- Revisão das competências: adequação das competências à direção
- Revisão dos critérios da escala de classificação das pontuações a atribuir
- Atribuição de ponderações para as duas vertentes da avaliação (competências e objetivos)
- Distinção entre avaliações de dirigentes e de colaboradores

Ao nível da gestão

- Criação de um regulamento formal de avaliação de desempenho
- Fixação de um calendário fixo do conhecimento de dirigentes e colaboradores
- Maior acompanhamento da Unidade de RH para que o processo decorra de forma mais coerente e dentro do calendário previsto
- Realizar reuniões de harmonização de metodologias e critérios entre diretores, coordenadores e a responsável pelos RH
- *Go-live* da ferramenta desenvolvida para gestão informatizada do processo
- Formação em Liderança e Gestão de Equipas a todos os avaliadores, com foco na temática Avaliação de Desempenho

4. PRINCIPAIS ATIVIDADES EM 2020

4.1. ESTRATÉGIA E PRINCIPAIS ATIVIDADES

As atribuições à Agência Nacional de Inovação (ANI) em 2020 foram enquadradas pela Estratégia de Inovação Tecnológica e Empresarial para Portugal, 2018-2030², que lhe conferiu competências reforçadas na coordenação e implementação da política de inovação e que consubstancia um compromisso por parte do Governo de que a inovação é atualmente central na definição das políticas públicas de competitividade e coesão.

Contudo, os constrangimentos associados à escassez de recursos humanos anteriormente mencionados e a crescente complexidade e diversidade das responsabilidades que têm sido cometidas à ANI, continuaram a condicionar a sua capacidade de resposta operacional em 2020.

Esses condicionalismos continuam especialmente críticos na área da gestão dos incentivos, não obstante os consideráveis ganhos de eficiência e eficácia conseguidos em 2020, quer ao nível da análise de candidaturas, quer ao nível do volume de pagamentos. Foram também muito sentidos na Direção que integra as iniciativas do Programa Interface, onde a maioria dos programas dispõe de apenas 1 colaborador para cada linha de ação.

De facto, face ao volume de candidaturas submetidas à ANI em 2020 (787) e à necessidade de acelerar o ritmo de pagamentos através de uma maior simplificação de processos, verificou-se a necessidade de concentração de toda a equipa da Direção de Incentivos nestes dois grandes objetivos (conclusão de análises e reforço de pagamentos), em prejuízo de outras atividades como sejam as certificações de despesa e os encerramentos de projetos, cuja carga transita para 2021.

A conjugação do contexto pandémico com o facto de 2020 ter sido o ano final do período de programação do PT2020 justificou este aumento de procura, embora, de forma geral e tal como tem sido reportado nos vários R&C da ANI dos anos recentes, verificou-se ao longo deste período de programação um claro aumento da procura face aos anos do QREN. Esta realidade constitui o fator determinante para as crescentes dificuldades sentidas na área da gestão dos incentivos, que sofreu, em simultâneo, uma redução nos recursos humanos durante a execução do PT2020, face ao QREN. Efetivamente, entre o arranque do PT2020 e dezembro de 2020, decorridos seis

² Resolução do Conselho de Ministros 25/2018, de 8 de março.

anos de execução do atual quadro de programação, o número total de candidaturas a instrumentos geridos pela ANI atingiu 189% do número total de candidaturas apresentadas no QREN, para igual período.

As condições descritas obrigam a reconfigurações sistemáticas nos objetivos e distribuição de cargas das equipas da Direção de Incentivos, consoante as alterações nas prioridades de trabalho. Em 2020, essa necessidade crónica foi potenciada e intensificada a partir do 1º Trimestre pela situação de exceção causada pela pandemia, tendo levado, por exemplo, à adoção pelas entidades competentes de medidas mais extensas de simplificação nos processos de pagamento, e pela ANI nos procedimentos de análise, na implementação de novas metodologias de trabalho, na colaboração de equipas interdepartamentais e no alargamento da colaboração institucional com outras entidades externas como as Universidades, Politécnicos, INFARMED e AICIB. Acresce o facto de a ANI gerir um conjunto significativamente mais alargado de instrumentos no PT2020 comparativamente ao QREN, tal como a Figura abaixo ilustra. Aí estão assinalados com * os novos avisos lançados em 2020.

- Projetos de I&D em copromoção;
- Outros projetos de I&D em Copromoção:
 - Clube de Fornecedores;
 - Parcerias Internacionais (Parcerias com universidades americanas MIT/UTA/CMU/ e Parcerias entre Instituições Politécnicas nacionais e europeias*);
 - Projetos de I&D Industrial à Escala Europeia (EUREKA e EUROSTARS);
 - Projetos de I&D empresarial em Copromoção para Territórios do Interior*;
 - I&D Empresas e Infraestruturas de Ensaio e Otimização no Contexto do COVID-19*;
- Projetos Demonstradores individuais, incluindo Selos de Excelência do SME Instrument;
- Projetos Demonstradores em Copromoção;
- Projetos Mobilizadores;
- Núcleos de I&D em copromoção;
- Internacionalização de I&D (Medida do SI I&DT e do SAICT);
- Proteção de Propriedade Intelectual e Industrial (Medida do SI I&DT e do SAICT);
- Projetos de Transferência do Conhecimento Científico e Tecnológico do SIAC;
- Apoio na avaliação técnico-científica dos projetos do RCI - Regime Contratual de Investimento (I&D), por solicitação da AICEP, organismo intermédio desta medida;
- Apoio à contratação de recursos humanos altamente qualificados para o POR Lisboa.

Embora a atividade desenvolvida em 2020 por cada Unidade Orgânica se encontre detalhada nos pontos seguintes deste Relatório, apresenta-se de seguida uma breve síntese dos resultados mais importantes da mesma:

- No **acompanhamento e execução financeira dos projetos PT2020**, no que respeita ao incentivo pago, foram emitidas 2.907 ordens de pagamento, correspondentes a um montante de 90,8 M€, representando praticamente o dobro do valor pago em 2019;
- Das 787 candidaturas submetidas ao PT 2020, foram avaliadas 754³, tendo a ANI proposto a aprovação de 570 projetos, correspondentes a 420,18 M€ de incentivo. O número de promotores associados a estes projetos foi de 2.782 relativamente às candidaturas analisadas, e 2.167 no que concerne aos projetos aprovados. Foram ainda emitidos 52 pareceres relativos a Alegações Contrárias, que levaram à aprovação de mais 12 projetos e a mudanças de financiamento de outros 6;
- O SIFIDE apresentou resultados muito positivos, afirmando-se como uma medida cada vez mais relevante para o estímulo à I&D empresarial. Em 2020 foram recebidas 2.369 candidaturas, correspondentes a um crédito fiscal solicitado de 546 M€, tendo o mesmo aumentado em cerca de 54% face a 2019. Foram analisadas 2.266 candidaturas correspondentes maioritariamente aos exercícios de 2018 e 2019, que permitiram apurar um crédito fiscal de cerca de 517 M€, representando um acréscimo de 80% face a 2019;
- Em termos de **monitorização e acompanhamento de projetos**, para além dos relatórios periódicos às tutelas de alguns indicadores no âmbito do PT2020, foi igualmente iniciado o procedimento de monitorização e acompanhamento dos resultados dos projetos apoiados no âmbito do SIFIDE, que já conta com a recolha de dados relativos a 600 empresas;
- Foi concluído o desenvolvimento da **nova plataforma do SIFIDE que permite desmaterializar todo o procedimento**, com todas as fases desde a candidatura, às notificações e à decisão final a decorrerem on-line. A nova plataforma foi lançada em março de 2020 e utilizada já para processamento das novas candidaturas submetidas em 2020, bem como todos os processos de Reconhecimento de Idoneidade na prática de Atividades de I&D;

³ Só não foram avaliadas as que entraram em Avisos encerrados no final de outubro de 2020 ou em data posterior.

- Em relação ao **Programa INTERFACE**, procedeu-se à análise dos relatórios de implementação do segundo ano de Financiamento de Base dos 24 **Centros de Interface (CIT)** financiados ao abrigo do FITEC. Além disso, foram desenvolvidas ações de acompanhamento presencial e online junto dos CIT, iniciativas de promoção da atividade dos CIT junto da sociedade, bem como promovida a articulação dos CIT com outras entidades, nomeadamente empresas e outras infraestruturas tecnológicas;
- Ainda no âmbito do Programa INTERFACE, a ANI continuou o processo de acompanhamento e monitorização dos 26 **Laboratórios Colaborativos (CoLAB)** reconhecidos pela FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) - onde se inclui a contratualização de peritos internacionais para acompanhamento (“*mentoring*”). Foram também promovidas ações de promoção da atividade dos CoLAB junto da sociedade e de articulação com outras entidades do SNI, e a ANI realizou, ainda, o 1º encontro anual dos CoLAB (out/2020), coorganizado com a FCT, em formato híbrido (presencial e online);
- Na promoção do empreendedorismo de base científica e tecnológica, prosseguiu a implementação do Programa **Born from Knowledge (BfK)**, com o lançamento do Programa de Aceleração em Ciência e Tecnologia (BfK RISE), envolvendo 3 edições (região Norte, Centro e Alentejo) em formato online, envolvendo 20 projetos e 60 participantes a capacitar. Foram também distinguidos e atribuídos prémios a 10 ideias/projetos de base científica e tecnológica no âmbito do BfK Awards;
- Adicionalmente, a ANI prosseguiu a implementação do **Programa SIAC-ANI - Iniciativa de Transferência de Tecnologia**, através do qual foi operacionalizado um conjunto alargado de iniciativas, de que se destacam todas as iniciativas desenvolvidas pelo Programa *Born from Knowledge (Ideas, Awards, Transfer e Rise)*, a 3ª edição do Prémio Jornalismo em Inovação (novembro de 2020, no Parque de Tecnologia e Ciência de Évora, em formato presencial e online), o lançamento das iniciativas “Inovar na Intersecção”, bem como a realização da 2ª edição da Conferência de Inovação Aberta em Portugal (março de 2020, Porto Business School);
- No âmbito das **ações de promoção do SNI**, a ANI lançou três novas iniciativas: a iniciativa “COVID-19: soluções e tecnologias” (no site da ANI), onde se deu visibilidade aos produtos e serviços desenvolvidos pelos atores do SNI para dar resposta ao impacto negativo da pandemia; a iniciativa “Innovation Talks” (em formato online, via Facebook da ANI), onde se pretendeu demonstrar a importância da inovação para o crescimento económico e social

sustentado, em articulação com os CIT, CoLAB e Clusters; e a iniciativa “Da Ideia à Realidade” (no site da ANI), que visa destacar projetos inovadores que converteram uma ideia numa solução tecnológica, nomeadamente as desenvolvidas pelas infraestruturas tecnológicas;

- Enquanto entidade responsável pela Presidência do Conselho Coordenador da **Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (ENEI)**, a ANI aprofundou o processo de revisão da ENEI, em articulação com as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional e com a AdC. Neste âmbito, é de destacar a continuação do ciclo de eventos “Dinâmicas para a Inovação” e de descoberta empreendedora durante o ano de 2020;
- A ANI prosseguiu a implementação do Protocolo de Colaboração para as **Compras Públicas de Inovação (CPI)**, entre a ANI e o IMPIC - Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção. De destacar a aprovação pelo SAMA/COMPETE do programa de Compras Públicas de Inovação, a implementar pela ANI entre Out/2020 e Out/2022;
- A **participação portuguesa no Horizonte 2020 foi muito positiva**, tendo sido obtido um retorno de 1,94% do total do financiamento europeu de 2020, apurado até final de dezembro de 2020, correspondente a uma taxa de retorno superior à média nacional do programa até agora. As instituições portuguesas submeteram 2625 propostas e foram selecionados para financiamento 313 projetos (58 com coordenação nacional). O financiamento total captado por entidades Portuguesas em 2020 até final de 2020 foi de 174,4 M€. Ao longo de 2020, a ANI organizou 43 sessões públicas de informação presenciais e online. As sessões online permitiram a participação ampla da comunidade nacional nos eventos promovidos após março de 2020;
- Contudo, nos programas do H2020 mais focados nas empresas, foi financiada **apenas 1 PME no piloto do Acelerador do *European Innovation Council*** (taxa de sucesso PT de 0,54% vs. 1,81 de taxa de sucesso da UE) no valor de 1,1M€ na modalidade de apenas subsídio não reembolsável. Esta baixa taxa de sucesso reflete a extrema competitividade do programa, que se dirige para PME com negócios disruptivos e de elevada intensidade tecnológica que estejam na fase de aumentar de escala a nível global, havendo necessidade de ações de apoio e promoção junto das empresas nacionais, bem como junto da rede nacional de incubadoras e empresas de capital de risco, para adoção de uma mentalidade mais adaptada ao risco e visando um maior grau de ambição compatível com o estatuto de “Scale-ups”. O

outro programa dirigido a empresas o Fast Track to Innovation apoiou dois projetos com participação portuguesa (1 grande empresa e um centro de investigação), obtendo um total de apoios de 640 k€;

- No âmbito do **EUREKA - EUROSTARS**, foram apresentadas 48 candidaturas por entidades nacionais (um aumento de 66% relativamente a 2019). Das 16 propostas classificadas acima do limiar de qualidade, foram financiadas 6 candidaturas: 1 projeto por via do Aviso 16/SI/2019 do Portugal 2020 e 5 projetos através das dotações anuais de 500 mil euros de orçamento de Estado para projetos Eurostars proveniente da FCT para 2019 e 2020 (todos os projetos de 2019 foram financiados pelo Aviso 16). Foram ainda submetidas ao Aviso 16/SI/2019 mais 17 projetos de Clusters EUREKA que receberam o selo EUREKA, tendo apenas um recebido financiamento e estando, a 31 de dezembro 2020, 11 candidaturas com parecer de financiamento favorável pendentes de decisão dos Programas operacionais e 5 candidaturas por analisar (submetidas ao último cut-off do Aviso 16, encerrado a 18 de dezembro de 2020);
- No âmbito das relações internacionais, foi assegurada a **presidência portuguesa da TAFTIE**, tendo a maioria das iniciativas decorrido mediante reuniões on-line. A pandemia COVID 19 foi mote para a reformulação do programa da presidência de modo a acomodar a discussão em torno das medidas adotadas pelas agências de inovação para a mitigação da crise. Foi iniciada a colaboração com a ReLAI - rede Latino-americana de Agências de Inovação, que participou na discussão desta temática e contribuiu para um artigo conjunto sobre os seus resultados. Foi concluído com sucesso o objetivo maior da presidência da ANI: a definição da “missão e visão” da TAFTIE para a próxima década.

4.2. ASSESSORIA JURIDICA

Em 2020, como, de resto, tem feito desde 2018, a Assessoria Jurídica assegurou o apoio jurídico transversal à Agência, promovendo uma cultura de Compliance, apoiando também a Administração na tomada de decisão e os demais órgãos sociais na sua atividade, tendo executado as seguintes funções/tarefas que sumariamente se elencam:

- a) Secretariado das reuniões do Conselho de Administração (13), englobando a preparação e documentação das mesmas;
- b) Apoio à mesa da Assembleia Geral na preparação, condução e documentação das Assembleias Gerais (3);
- c) Elaboração de pareceres e estudos jurídicos sobre questões ou processos submetidos à sua apreciação pela Administração;
- d) Verificação da conformidade legal e regulamentar das informações internas apresentadas à Administração para autorização/assinatura, e com base na informação que lhe foi fornecida, exceto os atos praticados e contratos celebrados ao abrigo das regras da Contratação Pública;
- e) Análise de processos de natureza judicial, administrativa, ou de outra natureza, em que a Agência seja parte ou interessada;
- f) Apoio à atividade da ANI enquanto associada das seguintes associações Ciência Viva - Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica; COTEC Portugal - Associação Empresarial para a Inovação; PORTUS PARK - Associação do Parque de Ciência & Tecnologia do Porto (APCTP); STARTUP PORTUGAL - Associação Portuguesa para a Promoção do Empreendedorismo - SPAPPE, TAFTIE - The European Network of Innovation Agencies, Associação PUUG - Grupo Português de Utilizadores do Sistema Unix, Agência Espacial Portuguesa - PORTUGAL SPACE, CPTTM - Centro de Produtividade e Transferência de Tecnologia de Macau;
- g) Apoio à tramitação do procedimento administrativo do SIFIDE e à Comissão Técnica - designadamente na elaboração de minutas e decisões, notificações, elaboração de notas e pareceres, etc.;
- h) Apoio à tramitação de procedimentos administrativos de diversa natureza no âmbito da atividade dos incentivos financeiros (QREN e PORTUGAL2020);
- i) Elaboração e validação de minutas de contratos, protocolos e outros documentos de natureza similar;

- j) Elaboração e validação dos diferentes regulamentos internos da Agência, sempre que solicitado, assegurando que foram contempladas as normas legais e diretrizes internas estabelecidas para as atribuições e atividades da Agência, destacando-se em 2020, a elaboração do Código de Ética e Conduta da ANI e a elaboração da proposta de Novo Plano de Carreiras em articulação com a Unidade de Recursos Humanos;
- k) Acompanhamento dos assuntos de cariz jurídico de natureza laboral, sempre que tal lhe foi solicitado, apreciando a conformidade dos atos praticados à legislação laboral/regulamentos internos, em articulação com a Unidade RH;
- l) Análise de propostas legislativas e elaboração de propostas de alteração e/ou comentários às mesmas;
- m) Cumprimento das obrigações de reporte ao Tribunal Constitucional;
- n) Tramitação de pedidos de registo comercial e Registo Central do Beneficiário Efetivo;
- o) Articulação, a nível técnico, com os departamentos jurídicos dos acionistas e tutela;
- p) Apoio ao concurso “INOVA4COVID”;
- q) Apoio à celebração do Contrato de Promessa de Compra e Venda com a UP e a NET (em dissolução) para aquisição da participação na PROMONET;
- r) Apoio pontual, sempre que solicitado, à atividade do FITEC - Fundo de Inovação, Tecnologia e Economia Circular;
- s) Atualização da legislação, regulamentos, diretrizes, aplicáveis à ANI etc., assegurando a sua divulgação interna.

Em 2020 destacou-se ainda a análise e divulgação constante da produção legislativa e regulamentar disciplinadora dos diferentes estados de exceção que vigoraram desde março de 2020, decorrentes da situação de pandemia da COVID-19, em particular nas matérias relativas à organização do trabalho.

4.3. ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

A Assessoria de Comunicação (AC) garante o crescimento da marca “ANI”, tendo como objetivo que esta seja facilmente associável aos valores da Agência, tendo como base o processo de comunicação multicanal/multimeios, de forma a assegurar o posicionamento pretendido junto do público-alvo definido.

Desenvolve parcerias e gere todos os parceiros especializados que apoiem diretamente a ANI no processo de comunicação com o exterior. Cabe ainda à AC apoiar a organização de eventos organizados ou coorganizados pela ANI. No que respeita à comunicação interna, a AC assegura o envio das principais comunicações formais do Conselho de Administração para a estrutura da ANI.

Em 2020, um dos eixos prioritários da atividade da AC passou pelo reforço e promoção ativa dos canais de comunicação digital com os cidadãos e as empresas no sentido de os manter informados face a novos eventos, oportunidades e outras informações relevantes. A ANI acompanhou, desde o primeiro momento, todas as campanhas informativas e de sensibilização promovidas pelo Governo no âmbito da Covid-19, tendo inclusivamente criado conteúdos especificamente ajustados a este contexto, tais como a página “Covid 19: Soluções e Tecnologias”, um espaço para divulgação de tecnologias e soluções de resposta aos impactos negativos da Covid-19, para além de ter lançado, nas redes sociais, uma rubrica designada “Inovação em Casa” para acompanhar os seguidores durante o período de confinamento. Neste âmbito, destacam-se ainda o lançamento da página de Facebook, onde se realizaram 9 webinars (Innovation Talks), bem como a criação de outra rubricas de conteúdos com o objetivo de promover a atividade da ANI e casos de sucesso de transferência e valorização de conhecimento.

A AC teve igualmente a seu cargo terceira edição do Prémio Nacional de Jornalismo de Inovação, que premiou com 12 mil euros alguns dos melhores trabalhos sobre inovação de base científica e tecnológica desenvolvida em Portugal durante o ano de 2019. Esta iniciativa reforça o posicionamento da ANI como entidade que valoriza e apoia o jornalismo sobre inovação de base científica e tecnológica, enquanto poderoso instrumento de serviço público de promoção do impacto da inovação na economia e no dia-a-dia dos cidadãos.

O contexto pandémico trouxe um novo desafio na área dos eventos, que passaram para o digital. Neste âmbito vale a pena destacar a organização do 1º Encontro Anual de Laboratórios

Relatório de Gestão e Contas 2020

Colaborativos, em outubro de 2020, um evento de natureza híbrida que reuniu participantes de diversos países numa dinâmica interativa, de apresentação e troca de ideias.

Apresentam-se na tabela seguinte os principais indicadores de atividade obtidos por canal/tipologia de conteúdo:

Estratégia de Canais e Conteúdos - indicadores

Canal/ Conteúdo	Indicador de Atividade 2020
Site	<ul style="list-style-type: none">• Atualização permanente da versão PT: produção de 251 notícias (aumento de 12% face a 2019)• Atualização do site da ANI - versão EN - 37 notícias publicadas• Revisão e atualização da versão em EN do site da ANI
Newsletter	<ul style="list-style-type: none">• 52 newsletters semanais 6 newsletters para momentos e informações específicas
Redes Sociais	<ul style="list-style-type: none">• LinkedIn: Aumento de 82% no número de seguidores: de 10.854 para 19.722• Facebook: Lançamento da página de Facebook da ANI
Rubricas de Comunicação digital	<ul style="list-style-type: none">• “Inovação em casa” (acompanhar os seguidores durante confinamento de março)• “ANI por extenso”: 20 <i>posts</i> publicados em 2020• “Indicadores ANI”: 19 <i>posts</i> publicados em 2020• “Da Ideia à Realidade”: 10 <i>posts</i> publicados em 2020
Assessoria de Imprensa	<ul style="list-style-type: none">• Envio de 38 comunicados de imprensa• Publicação de 1178 notícias (aumento de 66% face a 2019) com referência expressa à ANI
Televisão	<ul style="list-style-type: none">• Rubrica TECH 3 na RTP 3 - 12 episódios (no total das 78 emissões, o programa obteve uma quota de mercado de 1,1% e uma audiência média de 22.100 espectadores e um alcance de 1,5 milhões de espectadores)• Rubrica Inovação.pt na SIC Notícias - 8 episódios emitidos sobre resultados de transferência de tecnologia desenvolvida nos CIT (quase um milhão de espetadores e um retorno de investimento superior a 250 mil euros)
Vídeos & Reportagens fotográficas	<ul style="list-style-type: none">• 40 vídeos (aumento de 41% face a 2019)• Cobertura fotográfica de 5 eventos
Eventos	Apoio na organização e atividades de publicidade e promoção de: <ul style="list-style-type: none">• 11 eventos “Ciclo de Eventos Inovar na Interseção” (presencial e online)• 3 edições do BfK Rise (online)• 8 BfK Awards• 2ª edição Conferência de Inovação Aberta em Portugal (presencial)• 3ª edição do Prémio Nacional de Jornalismo de Inovação (presencial com <i>live streaming</i>)• 1º Encontro Anual de Laboratórios Colaborativos (híbrido com <i>live streaming</i>)• Encontros “Inovar na Interseção”• 13 Innovation Talks (online)

4.4. UNIDADE DE RECURSOS HUMANOS, INSTALAÇÕES E SECRETARIADO

Esta é uma das novas Unidades que resultaram da reorganização da ANI que entrou em vigor a 1 de junho de 2020. Tem como missão a participação na definição das Políticas de Recursos Humanos, contribuindo para que as mesmas sejam alinhadas com o modelo estratégico da ANI e a sua consequente implementação, bem como assegurar a correta gestão de instalações, a gestão de processos de deslocações e da frota automóvel da Agência.

Mantém-se o objetivo de prestar um serviço interno de qualidade às diversas áreas da ANI, apoiando na resolução das situações que ocorrem no dia a dia e contribuindo assim para a evolução da satisfação e motivação dos colaboradores e (inerente) aumento de produtividade.

O ano de 2020 foi atípico, devido à pandemia de COVID-19, tendo esta situação provocado impacto no trabalho de todas as áreas, incluindo nos RH e nas Instalações. Foi esta Unidade que concebeu e implementou as medidas específicas para a prevenção de propagação do COVID-19 nas instalações da ANI.

No ano de 2020, destacam-se as seguintes ações desta Unidade:

- ***Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho***

Como resposta à situação de pandemia, foi criado e implementado um Plano de contingência para a ANI e foram equipadas salas de isolamento nos 2 edifícios da ANI, no Porto e em Lisboa.

Foram feitas aquisições de produtos de proteção individual (máscaras, gel desinfetante, tapetes com desinfetante, dispensadores de álcool gel, etc.) que foram distribuídos pelas instalações, em locais de acesso, e pelos colaboradores, num kit de proteção individual. Foram ainda criadas e implementadas regras de “regresso ao escritório”, com indicações de segurança genéricas e específicas. Periodicamente, foram ainda sendo transmitidas informações úteis e de caráter geral a todos os colaboradores, tais como, guias de prevenção e boas práticas de teletrabalho, entre outras.

- ***Organização do Tempo de Trabalho***

Com a obrigatoriedade decretada pelo Governo do desempenho de funções em regime de Teletrabalho, foi necessário criar condições para que todos os colaboradores passassem a exercer funções a partir de casa, garantido a disponibilidade dos meios necessários para

executar o trabalho. Assim, foi permitido que cada colaborador levasse para casa os equipamentos e o material pretendido (monitores, cadeiras, dock stations, etc..).

Realizaram-se Acordos de Teletrabalho para todos os colaboradores, definindo as regras em que o mesmo deve ser prestado e acautelando-se também a formalização de algumas exceções.

- **Recrutamento, Seleção e Integração:**

Foi necessário proceder ao Recrutamento e Admissão de 11 novas pessoas ao longo do ano, garantindo assim a substituição de 4 colaboradores que saíram em 2019, reforço de equipa da Direção de Capacitação do SNI, com 2 novos perfis que foram aprovados pelo PAO e ainda a substituição dos 5 colaboradores que terminaram o seu vínculo com a ANI durante o ano de 2020.

- **Formação:**

- Realizou-se formação de Inglês, para vários níveis, em que participaram os 41 colaboradores que o desejaram (foi oferecido a todos), tendo todos concluído a mesma com sucesso.

- Formação Extraordinária: Foram aprovados 3 processos de Formação Extraordinária com custos apoiados pela ANI, que permitirão a evolução das habilitações e competências destas pessoas e contribuirão para o desenvolvimento da ANI.

- **Avaliação de Desempenho:**

Em outubro de 2020, foi concluído o processo de Avaliação de Desempenho (AD) de 2018 e 2019, o primeiro feito na ANI, e, como tal, sujeito a algumas iterações e atrasos. Na ausência de um regulamento interno para processos de AD, este foi feito com base numa metodologia desenvolvida pelos RH em diálogo com os Diretores e o CA, e aprovado por este.

Os resultados e as conclusões tiradas no desenrolar do mesmo servirão de base a alterações ao processo, que se traduzirão num primeiro Regulamento de AD a aprovar para aplicação à AD de 2021, já aprovado à data de aprovação deste R&C.

Com base nos resultados da AD 2018-2019, o CA da ANI atribuiu classificações de Excelente, Muito e Bom aos colaboradores, em função da sua pontuação, tendo atribuído, nos termos do Plano de carreiras em vigor desde 2016, a primeira progressão na carreira na ANI à única colaboradora que teve Excelente na AD em ambos os anos e cujo vencimento, nos termos da

aprovação do PAO 2020-22, era inferior a 1.500 € mensais. Este aumento de vencimento teve efeitos a partir de 1 de novembro de 2020.

- **Gestão de Instalações:**

Realizaram-se levantamentos das condições atuais em cada polo, tendo sido identificado um conjunto de melhorias ou obras de adaptação a realizar com cariz de urgência. Foi preparado o procedimento de contratação das mesmas. Adicionalmente, realizou-se transferência de mobiliário do Porto para Lisboa, o que permitiu melhorar as condições de 5 postos de trabalho que ficaram equipados com secretárias mais atuais.

Foi elaborado e lançado procedimento de contratação pública de aquisição de serviços de vigilância e telefonista, o que permitirá obter as melhores condições do mercado e ainda alargar este serviço às instalações do Porto a partir de 2021.

- **Programa de Estágios:**

Apesar da pandemia, foi dada continuidade à implementação de programa de Estágios na ANI, através da concessão de estágios Curriculares e Extracurriculares. Os RH realizaram a seleção, o acolhimento e a integração de estagiários nas seguintes áreas:

Unidade	Número de Estagiários
Direção de Promoção Internacional	3
Direção de Capacitação do SNI	2
Assessoria de Comunicação	3

Uma vez que grande parte do benefício de um estagiário advém da execução das suas tarefas em modelo presencial, por forma a contactar diretamente com a realidade do mundo do trabalho, optou-se por realizar estes estágios em moldes semi-presenciais, em que os estagiários e os respetivos orientadores se reuniram periodicamente nas instalações da Agência, exceto durante períodos de teletrabalho obrigatório.

- **Ani Care**

Apesar de, durante a maior parte do ano de 2020, todos os colaboradores terem sido “impedidos” de usufruir dos contactos diretos e pessoais com os colegas, a ANI manteve algumas iniciativas que visaram contribuir para um fortalecimento de relações de trabalho e de uma maior satisfação pessoal, tais como:

Celebração de alguns Dias Especiais:

- Nascimentos: com entrega de cesta de bens;
- Dia da Criança: iniciativa de Dia da Criança para filhos dos colaboradores, em modo virtual;
- Natal: Oferta de presente.

- **Regularização de Contratos de aquisição de serviços via Contratação Pública:**

Dado que o PAO 2020 da ANI foi aprovado no início do ano de 2020, houve oportunidade para, pela primeira vez desde há já alguns anos, proceder à regularização de alguns serviços cujos contratos já decorriam há bastante tempo ou se tinham mesmo já esgotado. Destes, para além do já referido serviço de segurança, destacam-se os seguintes:

- Contrato de Seguro de Acidentes de Trabalho;
- Contrato de Aquisição de serviços de agências de viagens: transporte aéreo e terrestre, alojamento e serviços similares;
- Contrato de aluguer de duas viaturas híbridas em regime de ALD, e abate das duas viaturas mais antigas do parque da ANI (uma com 19 e outra com 17 anos de intensa utilização).
- Ficou ainda por regularizar o contrato relativo ao seguro de saúde dos colaboradores da ANI, que não pôde ser lançado em 2020 devido a constrangimentos na obtenção de condições idênticas às atuais.

- **Gestão de Carreiras:**

Dado o atraso na conclusão do processo de avaliação de desempenho, não foi possível, durante o ano de 2020, terminar a revisão ao Plano de Carreiras da ANI em vigor desde 2016, mas realizaram-se progressos que serão discutidos com a comissão de representação dos colaboradores durante 2021, com vista à adaptação do Plano de Carreiras à nova realidade da ANI, em que vai ser exigida maior mobilidade interna e harmonização, racionalização e simplificação das escalas de vencimentos.

- **Edifício NET, PROMONET e Universidade do Porto:**

Em dezembro de 2016, os colaboradores da ANI no Porto transitaram a sua atividade para as instalações do Edifício NET, por via de um acordo de arrendamento do espaço entre o CA da ANI (em funções à altura) e a UPTEC. Desde então, a ANI foi gradualmente aumentando a sua ocupação no edifício, tendo conseguido melhorar significativamente as condições de trabalho prestadas aos seus colaboradores.

O referido edifício, propriedade da associação PROMONET, detida maioritariamente pela NET, S.A. e pela UP, e também com uma participação significativa do IAPMEI, estava, à data, sob a exploração comercial da UPTEC, regida através de um Contrato de Mandato celebrado entre a UPTEC e a NET, S.A.

A 11 de outubro de 2019, por deliberação dos acionistas tomada em Assembleia Geral, a NET, S.A. foi dissolvida, encontrando-se, a esta data, em fase de liquidação. A Universidade do Porto (UP) é acionista maioritária da NET, S.A. (com 64,28% do capital social). Detém também uma participação direta de 12,45% do capital da PROMONET. A NET, S.A., por sua vez, é detentora de 47,45% do capital da PROMONET. A extinção da NET, S.A. não implica a dissolução da PROMONET, mas sim a reversão a favor dos acionistas da NET na proporção das suas participações no capital social. A UP passará então a ser detentora de 44,5% do património associativo da PROMONET.

Este cenário, apesar de levantar potenciais problemas de índole operacional, nomeadamente no que concerne a gestão dos contratos ligados à gestão do edifício, cria, por outro lado, uma oportunidade para a ANI. A UP contactou a ANI no sentido de lhe alienar as suas participações, tanto na NET, S.A., como na PROMONET.

Por deliberação da Assembleia Geral da ANI tomada em 7 de outubro de 2019, na sequência do contacto inicial da UP nesse sentido, foram os Administradores Executivos da ANI mandatados para levar a cabo as diligências tendentes à aquisição dos direitos de participação associativos que assegurassem o controlo da PROMONET. Para esse efeito, a ANI e a UP, por via da assinatura de um memorando de entendimento celebrado em 29 de julho de 2020, estabeleceram as condições em que as partes deveriam cooperar no sentido de promover a aquisição pela ANI da participação da UP no património associativo da PROMONET.

Após esta data, a ANI encomendou à KPMG a tarefa de elaborar um relatório de diagnóstico financeiro e fiscal da PROMONET, tendo também a NET, S.A. e a UP realizado as suas próprias avaliações independentes do edifício, com vista à fixação do valor final a pagar pela aquisição em causa. Os referidos trabalhos foram concluídos em dezembro de 2020.

Com base nos resultados obtidos, foram considerados dois cenários de atuação:

- Cenário 1: considerava apenas a aquisição pela ANI das participações diretas que a UP detém na NET, S.A. - Em Liquidação, num total de 47,45% do capital da PROMONET, o que não garante uma maioria no património associativo da PROMONET;
- Cenário 2: em que a ANI adquiriria, quer a participação da UP na PROMONET, quer toda a restante participação da NET, S.A. - Em Liquidação, na PROMONET, esta última assegurando o controlo (59,5%) da PROMONET.

Apesar do custo nominal deste cenário 2 (1,2 M€) ser superior ao orçamento autorizado para a ANI nesta operação (1 M€), foi possível concluir o acordo de princípio por este montante global, que foi validado pelo CA da ANI e celebrado, a 30/12/2020, um Contrato de Promessa de Compra e Venda nesse sentido, envolvendo a ANI, a UP e a NET (em liquidação).

Conforme referido anteriormente, à data de elaboração deste relatório, decorre o processo de obtenção das necessárias autorizações junto do MAEC e das Finanças, prevendo-se que a aquisição possa ser validada pela AG da ANI prevista para março de 2021 e concretizada em abril de 2021. A autorização do MCTES foi obtida em 31.12.2020.

Adicionalmente, está também pendente um parecer da UTAM sobre a autonomia da ANI para proceder à concretização da aquisição apenas com a aprovação do PAO 2021-23 que incluía esta operação, tal como já estava aprovada no PAO 2020-22.

4.5. DIREÇÃO DE PROMOÇÃO DO INVESTIMENTO EM I&D E INOVAÇÃO

A ANI gere um conjunto de incentivos financeiros e fiscais à investigação e inovação que apoiam a valorização e transferência do conhecimento científico e tecnológico e a sua transformação em crescimento económico. É através desta Direção, que, em 2020, contou ao todo com 37 elementos (mais um entrado apenas em dezembro), dos quais 4 dirigentes, que são asseguradas as responsabilidades da ANI enquanto Organismo Intermédio (OI) do Portugal 2020 e no âmbito do SIFIDE.

Em termos globais, e não obstante as dificuldades crónicas de escassez de recursos a que se juntaram a necessidade de adaptação e reorganização inerentes ao contexto pandémico, o balanço da atividade desta Direção foi bastante positivo, tal como está resumidamente assinalado no ponto 4.1 deste Relatório. Essa atividade e seus resultados estão mais detalhados nos pontos seguintes, distribuídos pelas 3 Unidades que compõem a Direção.

De referir, adicionalmente, que 2020 representou também o último ano do ciclo de programação 2014-2020, motivo pelo qual se regista, no Anexo III, a evolução na procura e execução dos instrumentos orientados para a I&D colaborativa no contexto do Portugal 2020, durante esse período, em termos acumulados e em comparação com o QREN. Trata-se a este nível de um balanço ainda incompleto, uma vez que o encerramento deste Quadro só ocorrerá em dezembro de 2023, mas também já restam poucos avisos a processar pela ANI em 2021 e os resultados, em termos de projetos candidatos e analisados pela ANI, são quase finais. No entanto, a enorme adesão por parte dos promotores e a variedade de instrumentos de apoio que foram aplicados no apoio à I&DT colaborativa de natureza empresarial, justificam desde já uma apreciação preliminar quase definitiva em termos de avaliação de projetos pela ANI no PT2020.

4.5.1. Unidade de Incentivos Financeiros à I&D

Esta Unidade tem a seu cargo a gestão dos instrumentos do PT2020 que são responsabilidade da ANI, desenvolvendo entre outras, as seguintes atividades:

- Análise e gestão das candidaturas ao SI&DT, ao SAICT e ao SIAC;
- Análise prévia de candidaturas, seleção de peritos a contratar, elaboração das propostas de parecer final, bem como articulação com promotores e outras entidades;
- Participação no desenho de novos Avisos;
- Definição de novas metodologias de avaliação e participação em grupos de trabalho de simplificação de processos.

Visão geral

No âmbito desta Unidade, o ano de 2020 registou uma dinâmica muito acentuada em 3 dimensões distintas.

Uma primeira dimensão prendeu-se com o lançamento de 4 novos avisos temáticos, a saber:

- Aviso AAC 03/SI/2020 - Projetos de I&DT em Copromoção- Clube de Fornecedores VOLKSWAGEN AUTOEUROPA e PEUGEOT CITROEN AUTOMÓVEIS PORTUGAL, visando basicamente replicar a metodologia já utilizada no Clube de Fornecedores Bosch, alargando o conceito de qualificação e consolidação das redes de fornecedores destas duas grandes empresas.
- Aviso AAC 12/SI/2020 - Projetos de I&D em Copromoção - Parcerias Internacionais - Programa de colaboração de investigação entre Empresas e Instituições Politécnicas nacionais e europeias - visando estimular o estabelecimento de parcerias internacionais entre Instituições Politécnicas nacionais e estrangeiras, para apoio ao desenvolvimento de projetos de I&D empresarial de âmbito nacional.
- Aviso AAC 13/SI/2020 - Projetos de I&D empresarial em Copromoção para Territórios do Interior, visando estimular o investimento em I&D em territórios de baixa densidade e do interior, através da oferta de um instrumento especificamente orientado para as especificidades e oportunidades desses territórios.
- Aviso AAC 15/SI/2020 - I&D Empresas e Infraestruturas de Ensaio e Otimização no Contexto do COVID-19, acompanhando um vasto conjunto de iniciativas governamentais de apoio e mitigação dos problemas causados pela pandemia, neste caso visando o financiamento em condições mais favoráveis aos projetos de I&D em consórcio, estritamente orientados para o combate à pandemia, nomeadamente no domínio da saúde pública.

Uma segunda dimensão prendeu-se com a necessidade de aprofundar o processo de simplificação e de ganhos de eficiência e eficácia na análise e gestão das candidaturas, quer as decorrentes dos avisos lançados no ano, referidas anteriormente, quer as candidaturas relativas aos Avisos de grande envergadura lançados em 2019, nomeadamente os Avisos dos Programas Mobilizadores e os Projetos de I&D em Copromoção. Ao todo, concentraram-se em 2020 quase 800 candidaturas para análise, representando cerca de 2500 promotores, facto que exigiu a definição de abordagens metodológicas de análise distintas e orientadas para a especificidade dos avisos e originou um envolvimento muito maior do que o tradicional dos técnicos da ANI, nomeadamente com recurso a técnicos especialistas de outras Direções, na avaliação técnico-

científica e económica das candidaturas, em avisos tão diversos como o Clube de Fornecedores, Aviso 15 - COVID e Programas Mobilizadores. Por esta via, foram não só reforçadas as competências internas, como exploradas mais intensamente as sinergias e colaboração interdepartamentais da Agência, a par de uma redução na contratação externa de peritos.

A terceira dimensão prendeu-se com a alteração no procedimento de contratação de peritos, após o estabelecimento de Contratos de Prestação de Serviços com 13 instituições nacionais de ensino superior públicas (Universidades e Politécnicos), que mobilizou o envolvimento de 594 peritos, correspondentes a 990 pareceres (em regra a análise de cada candidatura foi suportada em dois pareceres de peritos). Esta abordagem permitiu agilizar o processo de contratação de peritos, contribuindo para o sucesso da conclusão da análise das 515 candidaturas dos avisos 12, 13 e 17 até ao final do ano.

Análise de Candidaturas

As Figuras seguintes procuram ilustrar quantitativa e graficamente os resultados da atividade e dinâmica vividas por esta Unidade em 2020.

Assim, na Figura 7 abaixo identifica-se, por Avisos, o número de candidaturas recebidas e analisadas com os respetivos valores de investimento proposto e aprovado e incentivo calculado. Indica-se igualmente o número de candidaturas que no final de 2020 ainda não tinham decisão das respetivas Autoridades de Gestão (AG), o número de projetos aprovados com decisão favorável das AG e valores associados, bem como o número de entidades envolvidas nos projetos aprovados.

Relatório de Gestão e Contas 2020

Medidas	Execução Total											
	Candidaturas recebidas		Candidaturas analisadas - Pareceres de análise emitidos pela ANI				Candidaturas sem decisão pelos PO financiadores		Candidaturas com financiamento aprovado			
	N.º de candidaturas	Investimento proposto (€)	N.º de candidaturas	Parecer elegível	Investimento aprovado (€)	Incentivo aprovado (€)	Parecer Elegível	Parecer Não Elegível	N.º de projetos aprovados	Investimento aprovado (€)	Incentivo aprovado (€)	N.º de Entidades (participações)
PT2020 (2020)	787	794 063 745	754	570	684 361 322	420 378 301	300	86	289	378 019 221	245 581 044	1 262
SI I&DT - I&D em Co-Promoção	496	558 000 358	497	362	387 034 139	246 800 026	276	70	95	101 253 171	65 584 117	312
SI I&DT - I&D em Co-Promoção - COVID-19	103	39 757 383	100	78	28 156 997	22 618 954			78	27 838 743	22 477 288	247
SI I&DT - I&D em Co-Promoção - Territórios do Interior	97	77 777 767	33	24	18 042 344	11 828 912			2	1 890 794	1 244 022	7
SI I&DT - Demonstradores em Co-Promoção												
SI I&DT - Demonstradores Individuais												
SI I&DT - Selos de Excelência	28	39 533 251	7	4	4 388 939	2 645 668	1		3	3 366 320	2 033 885	3
SI I&DT - I&D Industrial à Escala Europeia	22	15 691 435	23	22	14 414 076	9 485 730	8		14	8 024 719	5 292 618	33
SI I&DT - Parcerias Internacionais	20	18 058 584	20	12	10 910 609	7 426 852	11		25	38 480 504	24 703 461	112
SI I&DT - Projectos Mobilizadores			26	23	189 074 472	99 331 314			23	158 613 302	99 398 521	464
SI I&DT - Núcleos de I&DT em Co-Promoção												
SI I&DT - Internacionalização de I&D												
SI I&DT - Propriedade Industrial			6	4	152 484	76 242	1			90 544	45 272	3
SAICT - Internacionalização de I&D			5	5	1 186 964	524 216	1		7	488 053	327 099	7
SAICT - Propriedade Industrial			27	26	1 504 183	1 278 556			26	1 504 183	1 278 556	26
SIAC - Transf. do Conhecimento Científico e Tecnológico												
Clube de Fomecedores - I&D em Co-Promoção 31/12/2020	21	45 254 957	10	10	29 495 915	18 161 832			13	36 468 855	23 196 205	48

Figura 7: Execução dos instrumentos geridos pela ANI no Portugal 2020 - ano de 2020⁴

Tal como pode ser observado na Figura 7, a ANI recebeu 787 candidaturas em 2020, tendo concluído a análise de 754, número que inclui candidaturas recebidas em 2019 e cuja avaliação transitou para 2020.

Das 754 candidaturas analisadas, a ANI emitiu parecer favorável a 570 projetos correspondentes a um incentivo potencial⁵ de cerca de 420,18 M€, envolvendo 2.167 copromotores. A diferença entre este último número de promotores e o número de 1.262 patente na última coluna da figura 7 é explicada pelo facto de haver 320 projetos com parecer favorável mas ainda sem financiamento atribuído, cujos promotores não estão considerados na última coluna.

As Figuras 11 e 12 demonstram ainda a expressiva variedade de avisos analisados em 2020, com maior destaque para o principal instrumento da ANI (Copromoção - regime geral e avisos temáticos), que representa cerca de 87,5% das análises efetuadas em 2020 e cerca de 306,8 M€, ou seja, 73% do incentivo potencial³ atribuído.

⁴ Candidaturas analisadas - Pareceres de análise emitidos pela ANI: considera os valores da primeira análise à candidatura, não tendo em conta posteriores ajustes à decisão ou análise de alegações contrárias e reclamações.

Candidaturas sem decisão pelos PO financiadores: após emissão do parecer de análise pelo Organismo Intermédio, o PO financiador emite a decisão. Neste campo consideram-se as candidaturas que aguardam emissão da decisão.

Candidaturas com financiamento aprovado: considera os valores da última decisão referente aos projetos, atendendo aos ajustes à decisão ou eventuais alterações em função da análise de alegações contrárias e reclamações.

⁵ O número de projetos efetivamente financiado depende de decisão das AG, em função do orçamento de que dispõem.

Medida de apoio / Aviso de concurso	N.º Candidaturas analisadas	N.º Promotores candidatos
SI I&DT - I&D em Co-Promoção	630	2053
17/SI/2019	497	1627
15/SI/2020	100	314
13/SI/2020	33	112
SAICT - Propriedade Industrial	27	27
01/SAICT/2019	27	27
SI I&DT - Projectos Mobilizadores	26	514
14/SI/2019	26	514
SI I&DT - I&D Industrial à Escala Europeia	23	63
16/SI/2019	23	63
SI I&DT - Parcerias Internacionais	20	71
12/SI/2020	20	71
Clube de Fornecedores - I&D em CoPromoção	10	36
03/SI/2020	10	36
SI I&DT - Selos de Excelência	7	7
05/SI/2019	7	7
SI I&DT - Propriedade Industrial	6	6
03/SI/2019	6	6
SAICT - Internacionalização de I&D	5	5
02/SAICT/2019	5	5
Total de candidaturas analisadas em 2020	754	2782

Figura 8: Candidaturas analisadas em 2020

Há ainda que salientar aqui o caso particular dos projetos Mobilizadores, em que o número de candidaturas submetidas não espelha a sua real dimensão estratégica. De facto, das 26 candidaturas apresentadas, 23 foram avaliadas positivamente, correspondendo a cerca de 99,33 M€ de incentivo a financiar e à participação, nos projetos aprovados, de 464 promotores. Assim, estes 3,4% das candidaturas apreciadas em 2020 pela ANI são responsáveis por 24% do incentivo e por 18% do número total de promotores de todas as candidaturas analisadas no ano.

Impõe-se finalmente uma última nota em relação à avaliação dos Projetos Mobilizadores. Não obstante a opção por uma avaliação muito centrada nos recursos internos da ANI, já mencionada, e que permitiu reduzir drasticamente o tempo líquido de análise numa 1ª fase, verificou-se a necessidade de se proceder mais tarde a 23 novas reanálises técnicas dos projetos aprovados, o que penalizou bastante a data de assinatura dos respetivos Termos de Aceitação. Estas reanálises derivaram das reformulações efetuadas nas candidaturas, tendo em vista permitir que, face às restrições orçamentais desta medida no POCI, todos os projetos aprovados tivessem condições de execução, se bem que aplicando uma redução de 20% do incentivo POCI (COMPETE 2020).

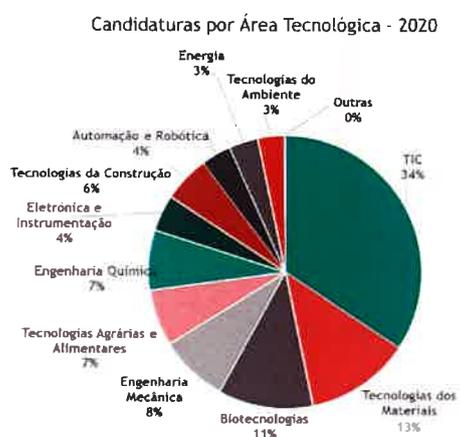
Neste contexto, o número de candidaturas analisadas em 2020 representou um acréscimo de 84% em relação à média anual de 2015 a 2019, enquanto que o incentivo calculado representou um acréscimo de 352%. Por outro lado, o número de promotores envolvidos nos projetos aprovados representou igualmente um crescimento de 150% em relação à média anual do mesmo período.

A caracterização das candidaturas apreciadas em 2020 por tipo de entidade e por área tecnológica está patente nas Figuras 9 e 10. Uma caracterização com dados acumulados para o período 2014 a 2020 pode ser consultada no Anexo III.



Desagregando o incentivo por tipo de entidade (Figura 9), verifica-se que, em 2020, as empresas absorveram 51% do incentivo aprovado, o que denota uma distribuição muito equilibrada entre as empresas e as ENESII ao nível da partilha de financiamento público. É interessante verificar que a distribuição entre Pequenas e Médias Empresas é igual (13% cada), o mesmo se passando entre Universidades e Politécnicos (19% cada).

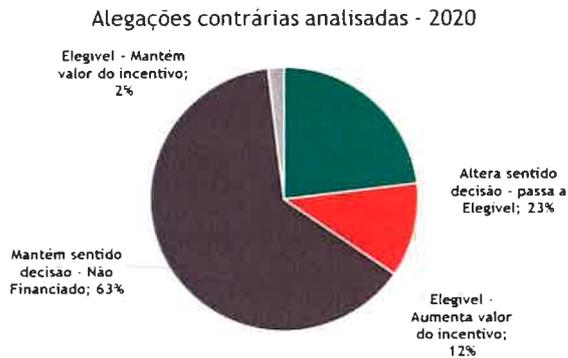
Figura 9: Distribuição do incentivo por tipo de entidade



Em termos da distribuição das candidaturas submetidas por área tecnológica (Figura 10), verifica-se que a área tecnológica das TIC continua, tal como em anos anteriores, a assumir o maior protagonismo (34%) seguida das Tecnologias de Materiais e Biotecnologias, com 13% e 11%, respetivamente.

Figura 10: Distribuição de candidaturas por área tecnológica

Análise de Alegações Contrárias e Reclamações



Em 2020, foram recebidas 53 alegações contrárias e reclamações, tendo sido analisadas 52, das quais apenas 12 alteraram o sentido da decisão (de não elegível para elegível) e 33 mantiveram o sentido da decisão (não elegíveis ou não selecionados). As restantes 7 alegações corresponderam a reclamações

apresentadas pelos beneficiários devido a reduções de investimento, sendo que 1 manteve o incentivo e 6 aumentaram o incentivo.

Figura 11: Alegações contrárias e reclamações analisadas em 2020

O gráfico abaixo (Figura 12) apresenta a evolução desta dimensão da análise ao longo do Portugal 2020, onde fica patente que, em 2020, foi possível concluir com sucesso a análise da grande maioria das alegações e reclamações recebidas neste ano.

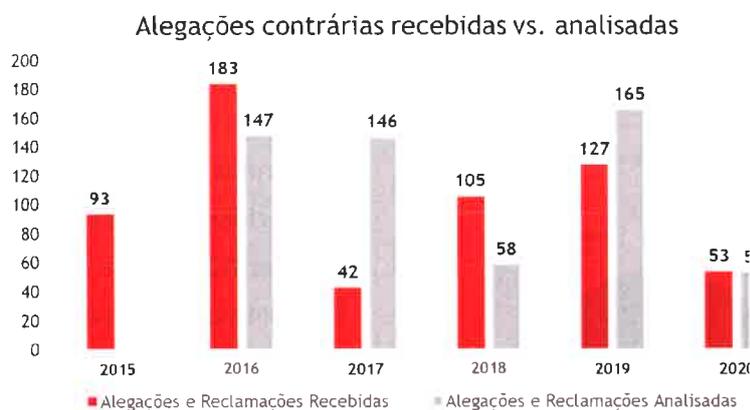


Figura 12: Alegações contrárias e reclamações analisadas em 2020

Contrato de Colaboração AICEP/ANI

No âmbito do Contrato de Colaboração estabelecido entre a ANI e a AICEP para apoio às candidaturas e projetos do RCI do PT2020, foram recebidas 11 novas candidaturas em 2020. Nesse ano, a ANI colaborou na análise de uma alegação contrária e 7 candidaturas (3 submetidas em 2019 e 4 submetidas em 2020), 5 das quais com proposta de parecer técnico-científico favorável. Estas candidaturas representaram 22 entidades copromotoras (13 Empresas e 9 ENESII) correspondendo a um investimento proposto de 60,1 M€.

No mesmo ano foram também efetuados contributos/pareceres para o acompanhamento de 17 projetos em curso, correspondentes a um investimento elegível de 379,4 M€ e um incentivo de 198,7 M€, representando 56 entidades copromotoras (31 Empresas; 25 ENE SII).

4.5.2. Unidade de Apoio e Acompanhamento

A atividade da Unidade centra-se na contratualização, acompanhamento e encerramento dos projetos financiados no âmbito do Portugal 2020 geridos pela ANI, nomeadamente:

- Contratualização e acompanhamento técnico e financeiro dos projetos aprovados;
- Realização de visitas técnicas intercalares e finais, tendo em vista o encerramento dos projetos já concluídos tecnicamente;
- Realização de visitas de verificação no local, de acordo com os planos de verificação definidos pelas Autoridades de Gestão;
- Gestão do serviço externo de validação de pedidos de pagamento.

Visão Geral

Na sequência da Resolução de Conselho de Ministros 10A/2020, foram adotadas medidas relativas à situação epidemiológica do COVID 19, visando a aceleração do pagamento de incentivos às empresas, nomeadamente através da emissão de adiantamentos por conta associados à despesa apresentada nos pedidos de pagamento, sempre que, por motivos não imputáveis ao beneficiário, não tenha sido possível cumprir os prazos estabelecidos para o pagamento do incentivo.

A aplicação daquela disposição de forma intensiva permitiu à ANI proceder à emissão de adiantamentos por conta no valor total de 60,4 M€ em 2020, correspondendo esta modalidade a cerca de 67% da totalidade de pagamentos realizados neste ano.

Em termos globais, foi atingido um volume de pagamentos às empresas e ENESII da ordem dos 90 M€, valor que superou em 233% a média dos últimos anos e representou quase o dobro do verificado em 2019.

Assim, também neste domínio, foi largamente cumprido o desígnio de acelerar o financiamento à economia nesta época particular.

Termos de Aceitação

Conforme espelhado na Figura 13, em 2020 foram validados 202 Termos de Aceitação, número em linha com o ocorrido em 2019. Contudo, face ao elevado número de projetos aprovados em 2020, encontravam-se, no final do ano, em fase de contratação, mais 105 projetos, envolvendo 763 copromotores.

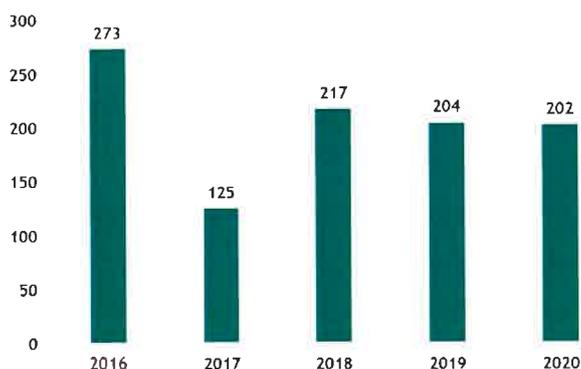


Figura 13: Termos de aceitação validados em 2020

Ordens de Pagamento e Certificação de Despesa

Foram emitidas 2.907 ordens de pagamento, correspondentes a um montante de incentivo de 90,8 M€, representando praticamente o dobro do incentivo pago em 2019 (Figuras 14 e 15).

Medidas	Pagamentos	
	N.º Pagamentos	Valor pago (€)
PT2020 (2020)	2 907	90 800 150
SI I&DT - I&D em Co-Promoção	1 575	45 182 678
SI I&DT - I&D em Co-Promoção - COVID-19	197	9 370 260
SI I&DT - I&D em Co-Promoção - Territórios do Interior		
SI I&DT - Demonstradores em Co-Promoção	128	2 746 722
SI I&DT - Demonstradores Individuais	37	1 704 822
SI I&DT - Selos de Excelência	13	1 264 943
SI I&DT - I&D Industrial à Escala Europeia	70	2 007 673
SI I&DT - Parcerias Internacionais	105	3 256 507
SI I&DT - Projectos Mobilizadores	520	17 659 061
SI I&DT - Núcleos de I&DT em Co-Promoção	66	1 264 697
SI I&DT - Internacionalização de I&D	7	105 547
SI I&DT - Propriedade Industrial	6	20 796
SAICT - Internacionalização de I&D	23	594 750
SAICT - Propriedade Industrial	64	594 456
SIAC - Transf. do Conhecimento Científico e Tecnológico	45	3 109 135
Clube de Fornecedores - I&D em CoPromoção	51	1 918 102

31/12/2020

Figura 14: Pagamentos realizados em 2020

Como se pode observar, reproduzindo o padrão já identificado anteriormente, são os projetos em copromoção (nas suas várias tipologias) os que representam mais de metade dos pagamentos efetuados (70%), seguidos pelos projetos mobilizadores (19% do volume de pagamentos do ano).

Por seu turno, o volume de certificação de despesa cifrou-se em 63,8 M€, apresentando-se na figura 16 o detalhe anual para o período 2016-2020, correspondendo a um montante total de despesa certificada de 216,9M€. A ligeira diminuição face a 2019 ficou a dever-se à concentração de esforços nos pagamentos de adiantamentos por conta, já referida, que compensou largamente este diferencial.



Figura 15: Pagamentos a promotores (Milhões de euros)

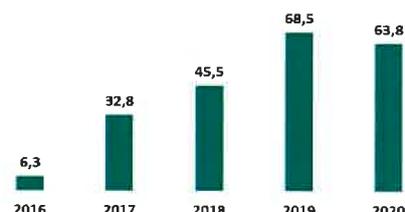


Figura 16: Despesa certificada Portugal 2020 (Milhões de euros)

Acompanhamento de projetos/Visitas

Conforme se mostra na Figura 17, no final do ano encontravam-se já em acompanhamento, 1.021 projetos PT 2020, que contam com a participação de 2.892 beneficiários, traduzindo-se num aumento de 473 beneficiários em relação ao ano anterior. Registrou-se, portanto, um acréscimo de 21,4% no número de projetos em acompanhamento na ANI e cerca de 19,6% no número de beneficiários entre 2019 e 2020.

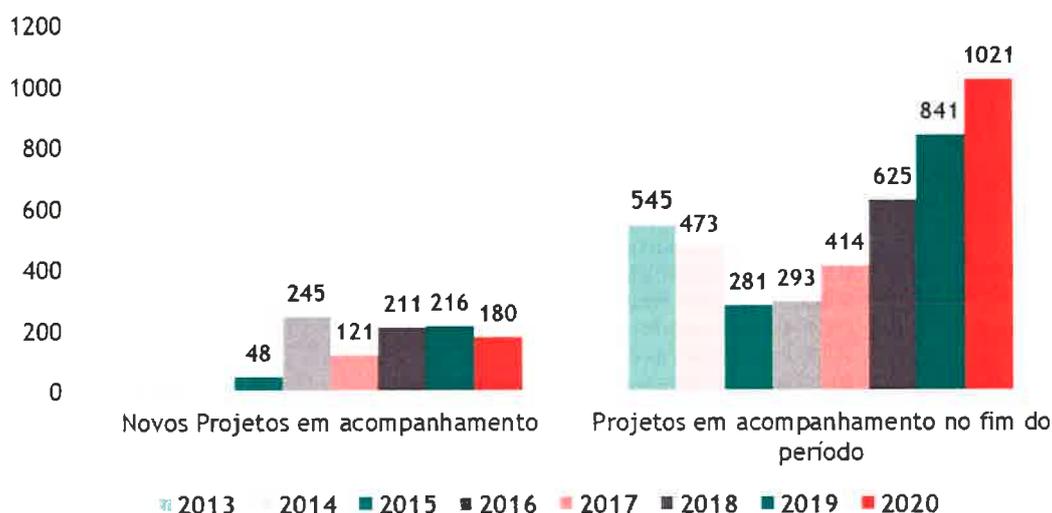


Figura 17: Projetos em acompanhamento (PT 2020)

Foi igualmente responsabilidade desta Unidade a organização e realização de 37 “visitas de verificações no local”, de acordo com os planos de verificação aprovados pelas Autoridades de Gestão, tendo em vista confirmar o fornecimento dos produtos/bens em conformidade com os termos e as condições do termo de aceitação, o progresso físico dos projetos, o respeito pelas regras comunitárias em matéria de publicidade e ainda verificar se os beneficiários estão a fornecer informações precisas sobre a execução física e financeira dos projetos. Atendendo à situação epidemiológica, e de acordo com as orientações da AD&C, não foram realizadas visitas in loco, tendo-se procedido à verificação de todos os elementos em formato digital.

Não obstante os progressos conseguidos em 2020 em matéria de aceleração do volume de pagamentos, continuou a verificar-se a submissão de novos pedidos de pagamento a um ritmo mensal médio de 144 pedidos, o que combinado com a capacidade de processamento médio mensal atingida este ano de 102, acumula carga para o ano seguinte. Tendo em vista mitigar esta situação, bem como a carga existente ao nível da certificação de pedidos de pagamento,

e para além de afetação de mais recursos internos nesta tarefa em 2021, foi lançado um concurso público internacional para validação de 3.000 pedidos de pagamento, que foi publicado no JOUE a 11 de dezembro de 2020, para dar continuidade a um outro em vigor desde 2019, para processar 2.500 pedidos de pagamento, e que termina em 2021.

4.5.3. Unidade de Incentivos Fiscais

Visão geral

A Unidade de Incentivos Fiscais tem como atividade principal a gestão de todo o processo conducente à **certificação de despesa de I&D e atribuição de um crédito fiscal no âmbito do Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE)**, através da análise das candidaturas submetidas.

O SIFIDE tem um papel muito relevante no âmbito dos mecanismos de financiamento que visam estimular o investimento empresarial em matéria de I&D.

A este nível, verificou-se igualmente uma evolução muito positiva em 2020, com a continuação da notoriedade crescente deste instrumento de apoio à inovação empresarial, como um instrumento de intensificação do esforço de I&D empresarial de forma contínua. Esta notoriedade traduziu-se não só no número de candidaturas entradas, como também no número de candidaturas analisadas e pareceres emitidos.

Assim, foram apreciadas 2266 candidaturas, o que superou em 37% o nº de candidaturas apreciadas em 2019, correspondendo à emissão de 517 M€ de crédito fiscal proposto (mais 80% do que em 2019). De salientar ainda o facto de ter sido prosseguida e intensificada a prática, iniciada em 2019, do recurso aos técnicos da ANI para a apreciação das candidaturas.

Candidaturas, Investimento em I&D e Crédito Fiscal

No ano de 2020, foram submetidas à ANI 2.369 candidaturas, relativas aos exercícios fiscais 2018 e 2019 (Figura 18).

ANO FISCAL	N.º CANDIDATURAS RECEBIDAS
2018	13
2019	2.356
TOTAL	2.369

Figura 18: Número de candidaturas recebidas

Esta Unidade, através de uma Comissão Técnica com poderes delegados pelo Conselho de Administração, procedeu à análise de 2.266 candidaturas, relativas aos 4 últimos exercícios fiscais, apoiando cerca de 1.943 empresas. As candidaturas avaliadas em 2020 incluem 6.765 projetos distribuídos da seguinte forma:

ANO FISCAL	N.º CANDIDATURAS AVALIADAS	N.º PROJETOS AVALIADOS
2016	10	102
2017	16	230
2018	1003	4518
2019	1237	1915
TOTAL	2266	6765

Figura 19: Distribuição do número de projetos

Conforme ilustrado nas figuras 20 e 21, assiste-se a um crescimento sustentado dos pedidos de crédito fiscal nos últimos anos, quer em termos de despesa de I&D apurada, quer em termos de crédito fiscal aprovado. De notar que o exercício relativo ao ano de 2019 ainda está em progresso (avaliadas 1237 das 2356 recebidas), pelo que os valores de incentivo fiscal para 2019 irão ainda subir substancialmente durante 2021.

Relatório de Gestão e Contas 2020

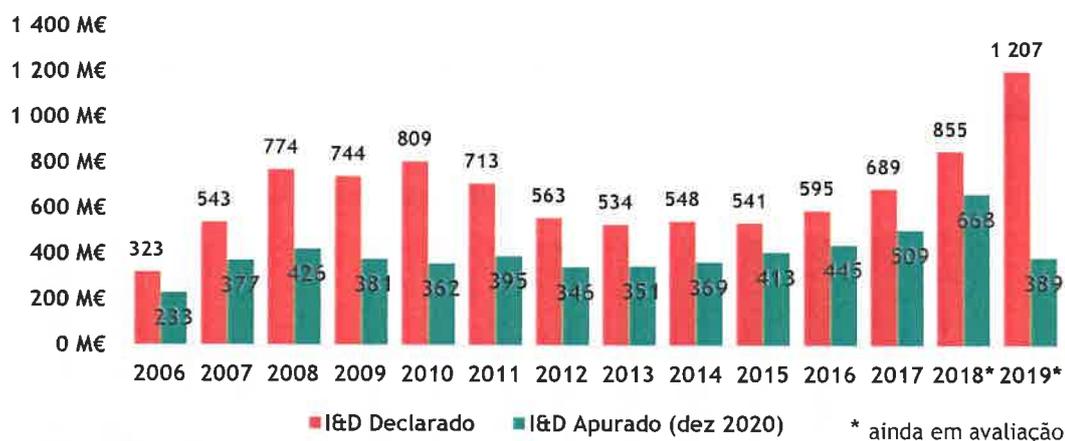


Figura 20: Despesa em I&D declarada vs. apurada

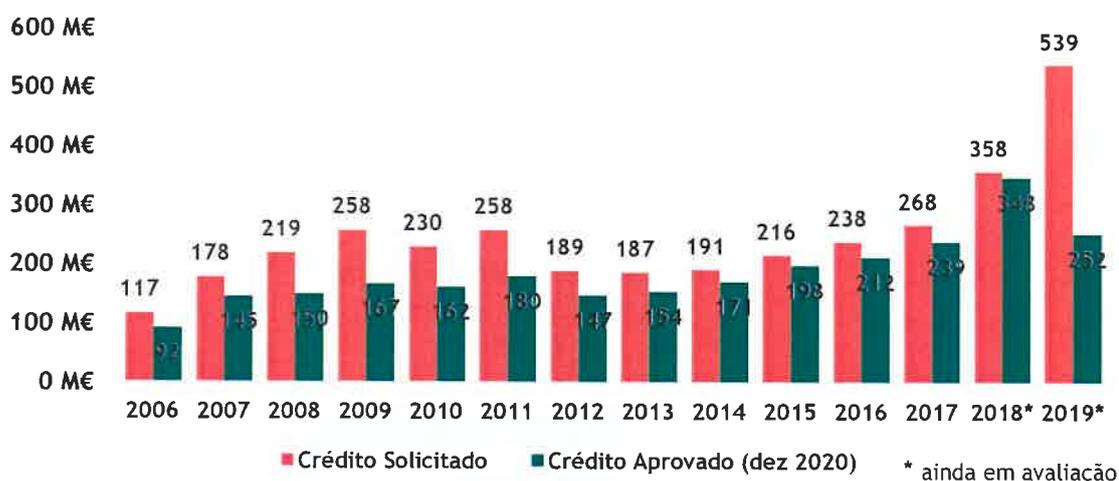


Figura 21: Crédito fiscal solicitado vs. aprovado

As 2.369 candidaturas submetidas em 2020 (exercícios fiscais de 2018 e 2019), representaram um volume de despesa em I&D de 1.217 M€, correspondendo à solicitação de um montante de crédito fiscal de 546 M€. Até ao final do ano de 2020 foi certificada despesa elegível para a atribuição de 517 M€ de crédito fiscal relativos aos exercícios fiscais de 2016-2019 (dos quais 252 M€ relativos a este último), devendo o exercício ser completado durante o ano de 2021, com uma parte significativa das candidaturas apreciadas até ao final do 1º trimestre.

Relativamente ao perfil das empresas nas candidaturas apoiadas, verifica-se um crescimento das PME desde 2017 (os dados de 2019 ainda não são completos mas mostram a mesma tendência).

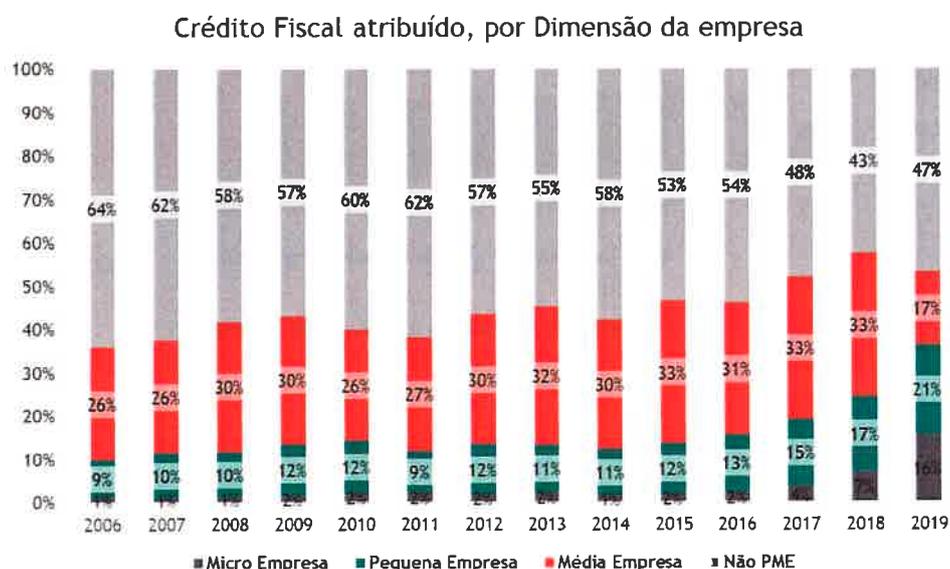


Figura 22: Crédito fiscal por ano e por dimensão da empresa

Crédito Fiscal atribuído, por Dimensão da empresa (2006-2019)

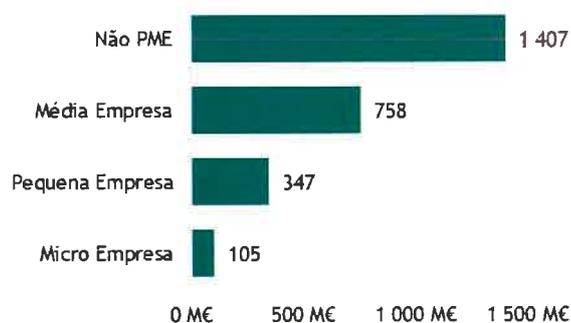


Figura 23: Crédito fiscal atribuído por dimensão da empresa

A despesa em I&D apresentada ao SIFIDE está essencialmente centrada na indústria, seguida do setor das tecnologias de informação e comunicação que, em conjunto, representam mais de 70% nos últimos anos.

Investimento em I&D apurado, por Setor da empresa
(2006-2019)

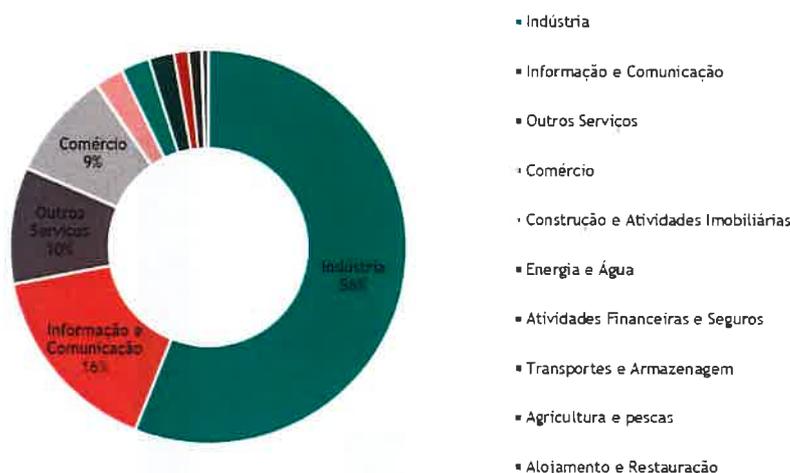


Figura 24: Investimento em I&D apurado por setor da empresa

Em jeito de conclusão, o balanço do SIFIDE é extremamente positivo, com cerca de 2.350 empresas a recorrer atualmente ao sistema, verificando-se um aumento de 38% face ao ano anterior. O crédito fiscal anualmente atribuído tem vindo a crescer, atingindo os 348 M€ relativos ao exercício fiscal de 2018, objeto de análise em 2020, atingindo uma taxa de sucesso de mais de 95% das candidaturas aprovadas.

Fundos de Investimento no SIFIDE

Desde a sua criação em 1997 que a Lei que regula o SIFIDE previa no seu articulado que a *“Participação no capital de instituições de investigação e desenvolvimento e contributos para fundos de investimentos, públicos ou privados, destinados a financiar empresas dedicadas sobretudo a investigação e desenvolvimento, incluindo o financiamento da valorização dos seus resultados, cuja idoneidade em matéria de investigação e desenvolvimento seja reconhecida...”* constituía uma aplicação relevante e elegível para atribuição de crédito fiscal.

A partir do exercício fiscal de 2017, em que foram submetidas as primeiras 21 candidaturas de Fundos de Investimento (relativas a 2 Fundos), o crescimento tem sido muito significativo, atingindo 577 candidaturas envolvendo 13 Fundos no exercício fiscal de 2019, representando cerca de 220 M€ a injetar em empresas-alvo e destinados a financiar projetos de I&D, conforme detalhe na Figura 27. Dessas 577 candidaturas apresentadas em 2020, foram já aprovadas 460, correspondendo a cerca de 150 M€.

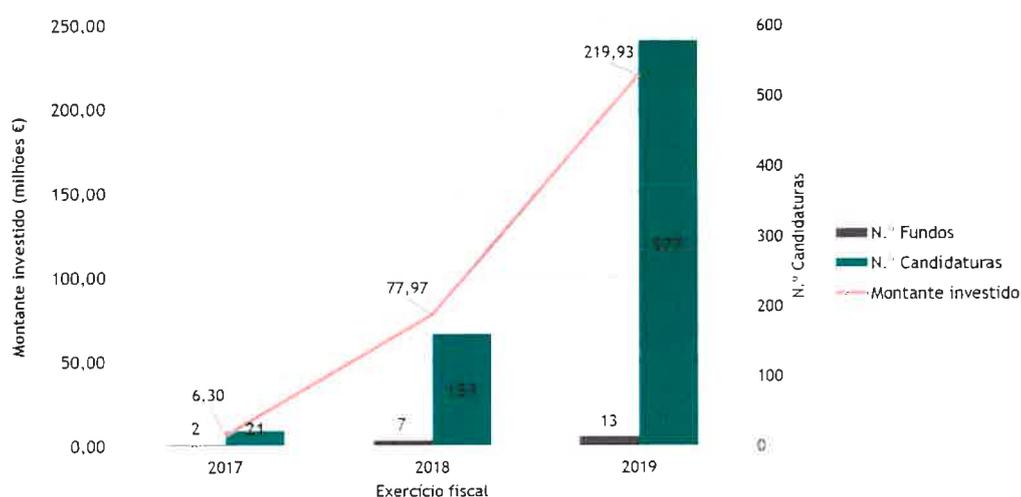


Figura 25: N.º candidaturas com investimento em fundos de investimento e montantes investidos

Reconhecimento de Idoneidade

Uma segunda atividade desta Unidade é o **reconhecimento de idoneidade das empresas** (e outras entidades que não as do sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação) **na prática de atividades de I&D** e que teve um grande crescimento de procura no ano de 2020, conforme ilustrado na Figura 26.



Figura 26: Nº pedidos de Reconhecimento de Idoneidade

Em 2020, foram 83 as entidades candidatas ao reconhecimento para a prática de atividades de I&D, representando um acréscimo de cerca de 40% face ao ano anterior. Esta evolução surge associada a uma oportunidade de mercado, em que empresas reconhecidas na prática de atividades de I&D se tornam elegíveis para serem participadas por Sociedades de capitais de risco e, em particular, dos Fundos de investimento já referidos. A certificação atribuída pela ANI permite ainda diferenciar as entidades face aos seus concorrentes e estabelecer novas parcerias na realização de projetos de I&D, incluindo o acesso da empresa sua contratante a crédito fiscal, através do SIFIDE. Este movimento ascendente reflete-se igualmente no aumento de candidaturas ao SIFIDE relativas ao exercício fiscal de 2019, que ultrapassaram as 2.300, mais 577 que no ano anterior, verificando-se um acréscimo de 33,5%.

57

Monitorização e acompanhamento

Em 2020 foi implementado o novo portal SIFIDE (sifide.ani.pt) destinado a acolher as candidaturas do exercício fiscal 2019 e seguintes. O novo Portal facilita a comunicação entre a ANI e as empresas. Estima-se que, a curto prazo, o Portal integre também o sistema de monitorização dos projetos apoiados, com base nos seguintes indicadores:

- Criação de Emprego (por nível de qualificação, tipo de vínculo e sexo)
- Propriedade Industrial (registo, licenciamento e receitas)
- Spin-offs criadas
- Número de produtos (ou serviços) colocados no Mercado (novos ou melhorados)
- Volume de vendas
- Exportações (por mercado)
- Projetos colaborativos (por tipologia de entidade e por mercado)

4.6. DIREÇÃO DE CAPACITAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE INOVAÇÃO

A Direção DCSNI, criada em 2020, resulta da fusão de duas Direções criadas em setembro de 2018 - a Direção de Valorização do Conhecimento e Tecnologia (com 9 pessoas) e a Direção de *Intelligence* e Avaliação do SNI (apenas com 1 pessoa). O objetivo desta reorganização passou por criar uma maior eficiência nas atividades desenvolvidas, criando sinergias e maior capacidade de resposta da ANI em relação às várias temáticas, perante a evidência da não possibilidade de aumento de recursos humanos na ANI para preencher as duas Direções anteriores.

Esta nova Direção tem como missão estimular, nos próximos anos, as dinâmicas de criação de valor económico e social a partir da I&D, bem como contribuir para uma maior eficiência na organização, funcionamento e capacitação do Sistema Nacional de Inovação (SNI). Para tal, esta Direção é constituída por duas Unidades: i) Unidade para a Valorização Tecnológica; ii) Unidade de Promoção e Monitorização de Políticas de Inovação.

4.6.1. Unidade para a Valorização Tecnológica

Esta Unidade tem como responsabilidade a dinamização e promoção da capacitação das **Infraestruturas Tecnológicas (Centros de Interface e Laboratórios Colaborativos)**, bem promover o empreendedorismo de base tecnológica e científica e a transferência de tecnologia (nomeadamente através do programa **Born from Knowledge**). Algumas das atividades abaixo descritas são financiadas pela Iniciativa de Transferência de Conhecimento, gerida pela ANI, e financiada pelo COMPETE 2020 (SIAC-ANI).

Em relação às **Infraestruturas Tecnológicas**, foi possível proceder às seguintes ações:

- Lançamento do processo de **atualização do Mapeamento das Infraestruturas Tecnológicas**, tendo sido lançado um inquérito online (entre fevereiro e junho de 2020) aberto a todas as infraestruturas tecnológicas (Centros de Interface, Centros de Valorização e Transferência de Tecnologia; Parques de Ciência e Tecnologia; Incubadoras de Base Tecnológica). Foram recebidas cerca de 130 respostas, tendo o relatório final sido concluído em dezembro de 2020. Será tornado público em 2021.

- Monitorização e avaliação dos **Centros de Interface (CIT)**, nomeadamente:
 - Análise dos relatórios de execução do 1º e 2º semestres do Ano 2 do Financiamento de Base dos 24 CIT, financiados pelo FITEC, e reconhecidos em 2017 pelo Ministério da Economia (Aviso 01/FITEC/2018), bem como as emissões das recomendações de financiamento à Comissão Executiva do FITEC;
 - Realização de reuniões de acompanhamento com 7 Centros de Interface (2 presenciais e 5 online), bem como 16 ações de promoção da rede de CIT, algumas em formato presencial e a maioria online.

- Continuação do processo de acompanhamento e monitorização, iniciado em 2019, dos 26 Laboratórios Colaborativos (CoLAB) reconhecidos pela FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia em 2018, destacando-se as seguintes atividades desenvolvidas pela ANI:
 - Contratação e acompanhamento dos peritos em visitas presenciais a 22 Laboratórios Colaborativos no primeiro trimestre de 2020. O papel da ANI consistiu na organização e no acompanhamento das visitas, tendo recebido os respetivos relatórios de visita que foram incluídos na versão preliminar do 1º Relatório de Acompanhamento partilhada, em março, com todos os CoLAB. A ANI organizou, também, reuniões virtuais entre os peritos e cada CoLAB no verão de 2020;
 - Elaboração do 1º Relatório de Acompanhamento Anual, contendo toda a informação disponível sobre a implementação e consolidação dos CoLAB até setembro de 2020, em particular a sistematização do seu progresso e evolução;
 - Acompanhamento de diversas visitas e reuniões presenciais a vários CoLAB, por solicitação do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, nomeadamente as visitas aos CoLAB NET4CO2, VORTEX, B2E, S2uL - CeiiA, BIOREF e BUILT CoLAB;
 - Acompanhamento dos processos de financiamento dos CoLAB, nomeadamente a elaboração de pareceres para a libertação das tranches de financiamento da FCT, análise dos perfis de recursos humanos a contratar no âmbito das operações financiadas através do PO Centro 2020, PO Alentejo 2020 e PO Norte 2020, e análise de candidaturas e pedidos de reembolso das operações financiadas através do PO Lisboa 2020 (onde a ANI atua como Organismo Intermédio);

- Em articulação com a FCT, foi realizado o 1º encontro anual dos CoLabs⁶, em formato presencial e online, tendo contado com a participação de vários membros do Governo, e presidido pelo Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. O evento contou com a participação virtual de 8 mentores internacionais que integram o programa de acompanhamento em curso e a participação física de dois representantes de cada CoLAB. As sessões foram transmitidas em *live streaming* através da página da ANI, tendo sido visualizadas em direto por cerca de 250 pessoas;
- Participação no Encontro “Ciência 2020” - a ANI organizou, nos dias 3 e 4 de novembro, seis sessões temáticas dedicadas à apresentação dos Laboratórios Colaborativos à comunidade científica, ao setor empresarial e ao público em geral. As sessões decorreram em formato virtual e dividiram-se em 6 áreas temáticas - sistema de informação e digitais, clima, espaço e oceanos; saúde e serviços sociais; materiais, economia circular e sustentabilidade urbana; energia e sustentabilidade; biodiversidade e florestas; e, agroalimentar (média de assistência de cerca de 80 pessoas em cada sessão);
- Apoio ao Workshop Agri-Food Working Group - Boosting CoLABs networking - foi o primeiro workshop de CoLABs dedicados ao setor agroalimentar, cuja organização contou com o apoio da ANI. O workshop contou com a participação do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, do Presidente do INIAV e dos representantes dos 10 CoLABs com interesse nesta área temática, tendo contado com 90 participantes.
- Estruturação de uma base de dados, cuja arquitetura permitirá a extração de informação de caracterização de cada CoLAB, nomeadamente dos indicadores relevantes para a monitorização do desempenho/evolução dos CoLAB: arquitetura institucional, execução do financiamento base e dos planos de contratação associados, captação de financiamento competitivo e diversificação das fontes de financiamento, entre outros.
- Registo de marca “CoLAB - Laboratórios Colaborativos”, junto do INPI.

⁶ Fundação Cupertino Miranda, Porto, 17 e 18 de outubro. Mais informações em: <https://www.ani.pt/pt/eventos/eventos-passados/encontro-anual-colabs-2020/>.

- Foram desenvolvidas ações de capacitação dos CIT e dos CoLAB⁷, através das seguintes iniciativas:
 - “Inovar para a Intersecção”⁸ - organizadas em formato digital ao longo do ano (e que continuarão em 2021), subordinadas às áreas de base científica e tecnológica. Pretendem familiarizar os seus participantes à metodologia *design thinking*. Estas sessões têm como objetivos fomentar o trabalho em equipa e potenciar novas formas de responder eficazmente às exigências do mercado empresarial nacional, envolvendo os CIT, CoLAB e Clusters.



- “Innovation Talks” - eventos quinzenais (transmitidos no Facebook da ANI) que visam a divulgação e disseminação da atividade de investigação e desenvolvimento nacionais, nomeadamente desenvolvidos por CIT, CoLAB e Clusters. Foram realizadas 13 sessões de Innovation Talks, entre junho e dezembro, com as seguintes temáticas:
 - Innovation Talks #1 | Pós-Covid: Instrumentos de Financiamento para a Inovação de base tecnológica
 - Innovation Talks #2 | Os desafios da Inovação Colaborativa em tempos de COVID
 - Innovation Talks #3 | O papel da liderança na transformação digital
 - Innovation Talks #4 | O papel das Compras Públicas de Inovação na recuperação económica
 - Innovation Talks #5 | Estratégias para uma maior eficiência no processo de transferência de tecnologia no setor alimentar
 - Innovation Talks #6 | Avaliação de impacto do SIFIDE sobre a I&D empresarial
 - Innovation Talks #7 | Gestão e motivação de equipas de alta performance
 - Innovation Talks #8 | Estratégias de Propriedade Intelectual para software

⁷ Além destas iniciativas abaixo, foi realizada a iniciativa “Dinâmicas para a Inovação”, que envolveu os CIT e CoLAB, e que se encontra detalhada no ponto 4.6.2.

⁸ Iniciativa desenvolvida ao abrigo da Iniciativa Transferência de Conhecimento, gerida pela ANI, e financiada pelo SIAC (COMPETE 2020).

- Innovation Talks #9| O papel dos CoLABs no reequilíbrio das assimetrias territoriais
 - Innovation Talks #10| Digitalizar e robotizar o mar: aplicações no shipping, nos portos e na observação oceânica
 - Innovation Talks #11| A importância das pessoas como motores de inovação nas universidades e empresas
 - Innovation Talks #12 | Sustentabilidade e Green Deal 2030-2050: Desafios para o ecossistema de inovação industrial
 - Innovation Talks #13 | O veículo do futuro
-
- Programa “Tech 3”, da RTP 3 - parceria entre a ANI e o Tech 3 ao longo de 13 programas, onde foram divulgados temas como incentivos financeiros e fiscais à I&D, compras públicas de inovação, a participação nacional nos programas europeus de apoio à inovação, a estratégia nacional de especialização inteligente, os Centros de Interface (CIT) e os Laboratórios Colaborativos (CoLAB);
 - Programa “Inovação.pt”⁹ - parceria entre a ANI e o programa Imagens de Marca, com o objetivo de dar a conhecer bons exemplos de transferência de tecnologia desenvolvida por Centros de Interface (CIT) nacionais em áreas como: “Indústria 4.0”, “Mar, Espaço, Aeronáutica”, “Saúde e Bem-Estar”, “Agroalimentar”, “Nanotecnologia”, “Mobilidade e Smart Cities”, “TIC”, “Biotecnologia” e “Economia Circular e Energias Renováveis”. Estes programas passaram na SIC Notícias, tendo tido mais de 1 milhão de visualizações no seu conjunto.

A ANI, no âmbito da **promoção do empreendedorismo de base científica e tecnológica**, prosseguiu a implementação de um conjunto de iniciativas descritas a seguir.

1. *Born from Knowledge (BfK)*¹⁰ - O BfK visa valorizar o potencial de transferência de conhecimento gerado no sistema de ensino superior, premiando ideias ou projetos suscetíveis de chegar ao mercado, abrangendo diferentes tipologias de ações, destacando-se:

⁹ Iniciativa desenvolvida ao abrigo da Iniciativa Transferência de Conhecimento, gerida pela ANI, e financiada pelo SIAC (COMPETE 2020).

¹⁰ Iniciativa desenvolvida ao abrigo da Iniciativa Transferência de Conhecimento, gerida pela ANI, e financiada pelo SIAC (COMPETE 2020).



**Born from
Knowledge**

- O *BfK Ideas*, que premeia e divulga as ideias de negócio “nascidas do conhecimento”, que resultam das atividades de I&D ou do conhecimento científico e/ou tecnológico dos promotores. Em 2020, foram desenvolvidas as seguintes iniciativas, em formato online:
 - foram estabelecidos 15 novos protocolos de cooperação com Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas, perfazendo um total de 67 parcerias desde 2018 (equivalente a 83% do Universo das IES nacionais);
 - foram submetidas e avaliadas 31 candidaturas, das quais 17 advindas de Institutos Politécnicos públicos, representando todas as NUTS II, excetuando a Região Autónoma dos Açores. Em média, cada ideia de negócio é promovida por 3 promotores. A quarta edição do BfK Ideas selecionou 6 categorias temáticas prioritárias, designadamente a inteligência artificial, os recursos naturais e ambiente, o turismo e as indústrias criativas, os recursos para a valorização do interior, a saúde e bem-estar, e as soluções tecnológicas para a prevenção e tratamento do COVID-19;
 - das 31 ideias inovadoras analisadas, 48% (15) corresponderam às duas últimas categorias. O programa de imersão e o evento final realizar-se-ão em 2021 devido à ausência de autorização superior, em tempo útil, para a contratação do Programa em 2020¹¹.
- O *BfK Awards* reconhece projetos, produtos, processos, serviços e empresas “nascidos do conhecimento” e que mais se destaquem em atividades de Investigação e Desenvolvimento, nomeadamente colaborativa. Desde o seu lançamento, em 2017, foram atribuídas 37 distinções, das quais 6 em 2020. Neste ano foram avaliadas 95 candidaturas apresentadas por 334 promotores, quer do meio académico quer de start-ups. A categoria temática mais

¹¹ Pedido submetido à tutela (Secretário de Estado Adjunto e da Economia) em 28/08/2020 e com o parecer positivo em 09/10/2020. No entanto, este pedido estava sujeito a posterior parecer do Ministério das Finanças, tendo sido o pedido submetido na plataforma da DGO a 13/10/2020. Como não houve resposta, o deferimento tácito só correu após o final do ano, não tendo sido possível tramitar o procedimento em 2020 e proceder à sua adjudicação.

representativa, nesta edição, foi a saúde e bem-estar (67% dos projetos inovadores). Em 2020, o BfK Awards contou com 8 entidades parceiras na distinção da inovação de base científica e tecnológica. Devido ao efeito da pandemia, estas ações foram realizadas em formato online, com exceção do BfK Awards associado ao prémio Ecotrophelia, que se realizou presencialmente.

- O *BfK Rise* consiste num Programa de Aceleração de Ciência e Tecnologia para valorização dos resultados de Investigação e Desenvolvimento e de tecnologias existentes no SCTN com potencial de comercialização. Em 2020, foram concretizados dois roadshows virtuais para a sua promoção e divulgação ao mercado nacional, a captação e seleção dos candidatos, a capacitação das equipas participantes através de 9 bootcamps (2 presenciais e 7 online). Num total de 45 candidaturas recebidas, foram acelerados 21 projetos inovadores representados por 61 promotores. Desses, 86% corresponderam a projetos colaborativos desenvolvidos por Instituições de Ensino Superior e/ou Centros de I&D. Contou com duas edições: a Norte e a Centro/Alentejo. A Norte, a única sessão em formato presencial (realizada a 28 de fevereiro), foi representada por 12 projetos e a Centro/Alentejo (sessões online, devido à pandemia COVID-19) por 33. Ao longo de 3 meses de aceleração, foram realizadas 195 sessões de capacitação. Os vencedores do BfK Ideas de 2018 e 2019 foram também incluídos neste programa, como parte do respetivo prémio.
- O *BfK Transfer* pretende dinamizar uma rede de Transferência de Tecnologia em Portugal, a partir dos Gabinetes de Transferência de Tecnologia das instituições de Ensino Superior (GAPI/OTIC). Em 2019 foi lançado um procedimento de contratação para um estudo sobre modelos internacionais de transferência de tecnologia e proposta de aplicação a Portugal, com o relatório a ser concluído em dezembro de 2020, estando prevista a sua apresentação publica em janeiro de 2021, onde constam recomendações e propostas de atuação.
- Lançamento e entrega dos prémios da 3ª edição do Prémio Jornalismo em Inovação¹², que contou com a colaboração da ERC (Entidade Reguladora da Comunicação Social) e do Sindicato dos Jornalistas. Esta iniciativa pretende premiar os melhores trabalhos

¹² Iniciativa desenvolvida ao abrigo da Iniciativa Transferência de Conhecimento, gerida pela ANI, e financiada pelo SIAC (COMPETE 2020).

jornalísticos sobre inovação em Portugal, tendo contado com cerca de 30 projetos a concurso, com os seguintes vencedores:

1. Categoria Nacional Escrito: *Estes portugueses querem acabar com as caixas de supermercado* - Manuel Pestana Machado, OBSERVADOR
2. Categoria Nacional Áudio: *ColRobot quer revolucionar setor automóvel e aeroespacial* - André Rodrigues, RÁDIO RENASCENÇA
3. Categoria Regional: *Marcelo vem conhecer Catamarã eletrosolar algarvio em Vilamoura* - Bruno Filipe Pires, BARLAVENTO
4. Menção Honrosa Academia: *Tecnologia portuguesa mede radioatividade do Tejo* - Mariana Nogueira Miranda, Jornal Universitário do Porto

Pela primeira vez, a ANI atribuiu uma Menção Honrosa especial, à reportagem “O despertar da Ilha”, trabalho que aborda a importante temática de Inovação Social, de autoria do jornalista Duarte Baltazar, da RTP.



A cerimónia de entrega de prémios decorreu de forma presencial a 11 de novembro de 2020, no Parque do Alentejo de Ciência e Tecnologia, Évora, e contou com a presença do Dr. João Neves, SEAE e representantes do COMPETE 2020.

4.6.2. Unidade de Promoção e Monitorização de Políticas

Esta Unidade tem a responsabilidade de **coordenar e acompanhar a execução de programas e estratégias de inovação de abrangência nacional**, bem como de desenvolver iniciativas de melhoria do funcionamento do Sistema Nacional de Inovação, em articulação com outras entidades, públicas e privadas, no âmbito do disposto nos respetivos enquadramentos legais. Esta Unidade tem, também, como missão promover a **monitorização de indicadores e rankings de inovação e a avaliação das políticas de inovação**, capacitando a ANI no seu papel de *advisoring* às tutelas em política de inovação e criando “evidência” sobre o impacto económico

e social das políticas de inovação e de I&D empresarial (atividades que até 1 de junho de 2020 estavam integradas na Unidade de Monitorização, extinta nessa data).

Acompanhamento e Coordenação de Programas

Em 2020, a ANI, enquanto entidade responsável pela **Presidência do Conselho Coordenador da Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (ENEI)**, continuou os trabalhos preparatórios à revisão da ENEI, através da organização de um conjunto de atividades em colaboração com as entidades relacionadas com a implementação da ENEI e das EREI. Estas atividades pretenderam contribuir para a redefinição das prioridades da ENEI para o período pós-2020 e que será uma condição de admissibilidade (*enabling condition*) para a aplicação dos fundos estruturais no que respeita à I&D e inovação para o próximo ciclo de programação (2021-2027). Neste sentido, foram desenvolvidas as seguintes iniciativas:

- Continuação da organização dos eventos “**Dinâmicas para a Inovação**”,¹³ iniciativas sobre valorização do conhecimento, subordinadas às áreas estratégicas e prioridades definidas pela ENEI. Estes eventos, que se iniciaram em 2019 de forma presencial, continuaram em 2020 (em formato online, a partir de março de 2020), com Workshops temáticos e sessões de descoberta empreendedora, tendo sido organizados 11 eventos em 2020:

- 9 de janeiro | ITeCons - Coimbra. Temática: Energia
- 21 de janeiro | INEGI - Porto. Temática: Tecnologias de produção e Indústrias de Produto
- 6 de fevereiro | Instituto de Telecomunicações - Aveiro. Temática: TIC
- 21 de fevereiro | Oliva Creative Factory - São João da Madeira. Temática: Indústrias Culturais e Criativas
- 10 de março | Aicep Global Parques - Zona Industrial e Logística de Sines. Temática: Transportes, mobilidade e logística
- 16 de junho | Microsoft Teams. Temática: Saúde
- 23 de junho | Microsoft Teams. Temática: Habitat
- 26 de junho | Microsoft Teams. Temática: Agroalimentar
- 8 de julho | Microsoft Teams. Temática: Economia do Mar
- 14 de julho | Microsoft Teams. Temática: Automóvel, Aeronáutica e Espaço
- 17 de julho | Microsoft Teams. Temática: Turismo



¹³ Realizadas ao abrigo da Iniciativa Transferência de Conhecimento, gerida pela ANI, e financiada pelo SIAC (COMPETE 2020).

Compras Públicas para a Inovação (CPI) - Esta Unidade foi também responsável pela implementação do Protocolo de Colaboração para as Compras Públicas de Inovação (CPI), entre a ANI e o IMPIC - Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção (assinado em dezembro de 2018). Neste âmbito, continuaram os trabalhos para a definição de requisitos para o desenvolvimento de um centro de competências nesta área. Foram também assegurados os trabalhos no âmbito da participação nos projetos INTERREG iBuy+ e no projeto Procure2Innovate (Horizonte 2020), dois projetos internacionais em curso coordenados a nível nacional pela ANI, com o acompanhamento próximo do IMPIC. Foi também preparada a candidatura ao SAMA/COMPETE para a criação de um Centro de Competências em Compras Públicas de Inovação, projeto aprovado pela AMA em abril de 2020, e que será implementado pela ANI entre 2020 e 2022.



Economia Circular - A ANI contribuiu para o relatório “Indicadores de Economia Circular”¹⁴, disponibilizado em 2020, e que inclui uma proposta detalhada de indicadores para uma futura série estatística nacional sobre a Economia Circular, a ser analisada pelo INE. A ANI é referenciada como fonte no indicador relativo ao número de projetos de I&D apoiados pelo SIFIDE com majoração *ecodesign* e no indicador relacionado com a atividade I&D apoiada, em projetos de economia circular. A produção deste documento foi uma iniciativa da LIPOR, contando com dezenas de instituições parceiras, de forma a que a análise estatística possa ser o mais completa possível.

CAF (acompanhamento e fiscalização dos projetos de investigação e desenvolvimento) - no âmbito das competências atribuídas à ANI em relação aos trabalhos de acompanhamento e fiscalização dos projetos de investigação e desenvolvimento, foram continuados os trabalhos e diligências para assegurar uma resposta eficaz aos casos pendentes de análise, em articulação com a Parque Escolar, sempre que necessário. Até ao final de 2020:

¹⁴ https://www.ani.pt/media/5343/plusindicadores-de-ec-relat%C3%B3rio-final_202004.pdf

- A ANI encerrou a avaliação de 11 relatórios finais, com parecer de “Aprovado”;
- Foram produzidas três decisões finais relativas a relatórios finais, estando pendentes de informação do adjudicatário a avaliação de 2 relatórios;
- Há ainda 15 contratos sem projetos desenvolvidos ou concluídos, onde ainda estão em curso *démarches* por parte da Parque Escolar no sentido de conseguir o desenvolvimento dos projetos em falta.

ONS.ANI - esta Unidade é também responsável por acompanhar os trabalhos da ANI enquanto organismo de normalização setorial do sistema português de normalização (ONS.ANI), que coordena e acompanha o funcionamento e as atividades da Comissão Técnica 169 (CT 169), com os 65 vogais, criada em 2007 pelo Organismo de Normalização Nacional (ONN) - Instituto Português de Qualidade. Em 2020, foram desenvolvidas as seguintes atividades principais:

- Contribuição para a revisão e atualização da Norma NP 4457:2007, via CT 169 (novembro);
- Criação de uma página no site da ANI com as atividades de normalização setorial para a inovação (dezembro);
- Realização online de duas atividades de sensibilização, formação e capacitação com base nas orientações previstas na ISO 56 002 em formato MASTER CLASS (1ª: 16 e 17 de setembro; 2ª: 24 e 25 de novembro);
- Participação no encontro nacional de organismos de normalização setorial (online, 25 de novembro);
- Programação de duas ações de sensibilização a desenvolver em 2021, em colaboração com organizações dos membros da CT 169 e com o ONS-ANI (dezembro).

Foram também realizadas, ao longo do ano, as várias atividades administrativas relacionadas com a coordenação ONS por parte da ANI, incluindo a preparação da lista de verificação ONS; realização de pontos de situação do plano de decisões e estipulação de grupos de trabalho para 2021; transmissão de 10 votações da CT 169 ao IPQ ; notificação ao IPQ, de atualizações de informação de membros da CT 169, de vogais a participar em reuniões plenárias e/ou comités europeus e internacionais (ISO e CEN), ou outras situações visando assegurar o regular funcionamento da atividade normativa.

Foi finalizado o plano de atividades da CT 169 para 2021 (em fevereiro de 2020) e iniciados os trabalhos de preparação das atividades da CT 169 para 2021 (em dezembro de 2020).

Monitorização do SNI

No âmbito das atividades de Monitorização do SNI e dos indicadores e rankings de inovação, a Unidade de Promoção de Monitorização de Políticas de Inovação desenvolveu as seguintes atividades em 2020:

- Continuação da **monitorização dos resultados dos apoios concedidos** no âmbito dos instrumentos do Portugal 2020 geridos pela ANI, com o reporte periódico às tutelas de alguns indicadores de resultado sempre que solicitado, nomeadamente no âmbito do Programa Interface e da inovação colaborativa;
- **Disponibilização no site da ANI destes indicadores** numa lógica de *open data*, de forma a que possam ser utilizados e trabalhados por outras entidades;
- **Reporte de indicadores do Portugal 2020** relacionados com o contributo da ANI para outros programas e estratégias, como é o caso do Programa Nacional de Reformas ou da ENEI;
- **Portal da Inovação:**¹⁵ foi finalização o procedimento de desenvolvimento do Portal da Inovação, em setembro de 2020. O Portal da Inovação foi disponibilizado online em outubro de 2020 (versão beta), pretendendo ser uma montra dos resultados da I&D e da inovação em Portugal, bem como disponibilizar um mapeamento online dos atores e competências do Sistema Nacional de Inovação. Estão mapeadas 1248 entidades do SNI, disponibilizados 100 projetos de inovação e I&D, disponíveis cerca de 40.600 CVs de investigadores a trabalhar em Portugal e mais de 5.000 ofertas e procuras de tecnologia do espaço europeu. O Portal foi, também, apresentado publicamente no evento Web Summit 2020. Durante o ano de 2020, e apesar de funcionar na versão *beta*, o Portal da Inovação teve 79.212 acessos por parte da sociedade civil;
- Elaboração do **Relatório Nacional de Inovação**,¹⁶ com edição bienal, a ser divulgado publicamente em 2021, no âmbito da Estratégia Nacional de Inovação Tecnológica e Empresarial 2018-2030. Este relatório faz uma caracterização da evolução da inovação em Portugal na última década e identifica os principais atores do SNI.

¹⁵ Desenvolvido ao abrigo da Iniciativa Transferência de Conhecimento, gerida pela ANI, e financiada pelo SIAC (COMPETE 2020).

¹⁶ Relatório elaborado ao abrigo da Iniciativa Transferência de Conhecimento, gerida pela ANI, e financiada pelo SIAC (COMPETE 2020).

No âmbito das atividades de avaliação de políticas, foram produzidos em 2020 os seguintes relatórios, disponibilizados no site da ANI¹⁷:

- Creation of a Knowledge Transfer Network in Portugal¹⁸
- Estudo de Benchmark Internacional sobre Modelos de Governance das Redes de Infraestruturas Tecnológicas¹⁹
- Análise da Atividade dos Gabinetes e Infraestruturas de Transferência de Conhecimento²⁰
- Análise das Spin-offs e Start-ups Nacionais de Base Académica²¹

4.7. DIREÇÃO DE PROGRAMAS INTERNACIONAIS

A Direção de Programas Internacionais da ANI (DPI), criada em 2020, tem uma tripla função: coordenar a colaboração internacional institucional da Agência; contribuir para as discussões de iniciativas e programas internacionais estratégicos de financiamento de investigação e inovação e; promover a participação da comunidade nacional em redes internacionais. Adicionalmente, ao longo de 2020, a DPI contribuiu para a avaliação de candidaturas submetidas a vários instrumentos PT2020 geridos pela agência, nomeadamente dos projetos mobilizadores, clube de fornecedores, projetos em co-promoção, selos de excelência, selos eureka, sistema de incentivos à internacionalização, bem como como no âmbito das candidaturas ao SIFIDE.

70

4.7.1. Unidade de Redes Internacionais

A Unidade de Redes Internacionais integra estruturas de apoio à participação nacional em Programas Europeus e Organizações Internacionais e de suporte à internacionalização das entidades nacionais, nomeadamente: (i) núcleo de Pontos de Contacto Nacionais (*National Contact Points*, NCPs) e Delegados Nacionais para os pilares II e III do Programa-Quadro Europeu

¹⁷ Relatórios desenvolvidos ao abrigo da Iniciativa Transferência de Conhecimento, gerida pela ANI, e financiada pelo SIAC (COMPETE 2020).

¹⁸ https://www.ani.pt/media/5200/knowledge_transfer_network_portugal.pdf

¹⁹ https://www.ani.pt/media/5222/estudo_de_benchmark_2020.pdf

²⁰ https://www.ani.pt/media/5796/plusobservat%C3%B3rio-ani-an%C3%A1lise-da-atividade-qitc_202007.pdf

²¹ <https://www.ani.pt/media/5795/plus-ani-otvc-relatorio-final-spin-off-202007.pdf>

(contribuição da ANI para a Rede PERIN, *Portugal in Europe, Research and Innovation Network*) (ii) a rede *Enterprise Europe Network* (EEN), (iii) o Programa EUREKA/EUROSTARS e (iv) a função de *Industrial Liaison Officer* (ILO) para várias organizações internacionais de que Portugal é membro (i.e., CERN e ITER).

A Unidade de Redes Internacionais tem como principal missão potenciar a participação nacional nos Pilares II e III do Programa-Quadro Horizonte Europa, incluindo o *European Institute of Technology* (EIT) Em 2020, a Unidade funcionou até ao final do ano com uma equipa de 17 técnicos especializados em cada uma das áreas temáticas do H2020, denominados **Pontos de Contacto Nacionais** (*National Contact Points, NCPs*). Os NCPs e os Delegados Nacionais acompanharam em detalhe o processo dos concursos do H2020 e apoiaram a comunidade científica e empresarial, potenciando assim o aumento da taxa de participação nacional no H2020. Foi ainda preparada a contribuição nacional para a discussão política do novo Programa-Quadro Horizonte Europa.

A Unidade acompanha ainda os projetos internacionais de apoio à inovação empresarial em que a ANI participa como copromotor. No decorrer do exercício de 2020 foi responsável pela intervenção da ANI em diferentes atividades, de que se destaca a iniciativa *Enterprise Europe Network* (EEN), da qual a ANI é membro desde 2008, de dimensão relevante para a Agência. A Unidade de Redes Internacionais acompanha ainda e participa ativamente nas atividades desenvolvidas no âmbito do EUREKA/ EUROSTARS.

Transportation Research Arena 2022 (TRA2022)

Em 2020, a ANI continuou a desenvolver trabalho com vista à organização da conferência *Transportation Research Arena 2022 (TRA2022)*, que terá lugar em Lisboa. No final de janeiro a ANI esteve representada na última reunião do *Management Committee* da TRA2020, organizada pela Finlândia, de modo a fazer a ponte com a TRA2022.

Em fevereiro de 2020 teve lugar a *Kickoff Meeting* do projeto H2020 MOVING TOGETHER, que tem por objetivo apoiar a organização da conferência. Este projeto é coordenado pela ANI e conta com a participação do IMT, LNEC, Universidade do Porto, Magellan, FEHRL e ECTRI. O impacto da pandemia COVID19 fez com que o projeto tivesse estado suspenso durante uns meses, para avaliar qual seria o impacto na conferência em 2022, sendo que as reuniões de consórcio só foram retomadas em outubro. Já no final do ano foi constituído o *Management Committee* que irá supervisionar a organização da conferência e com que conta com elementos

da Comissão Europeia, das plataformas tecnológicas europeias ACARE, ALICE, ECTP, ERRAC, ERTRAC e *Waterborne* e das associações CEDR e ETRA, bem como da ANI, IMT e Magellan. A primeira reunião do *Management Committee* teve lugar em dezembro de 2020.

É expectável que a organização da TRA2022 vá consumir cada vez mais recursos da ANI ao longo de 2021 e 2022.

Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (PPUE21)

Durante o ano de 2020, a DPI participou em várias reuniões de preparação da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia que terá lugar durante o primeiro semestre 2021. A coordenação direta com a equipa da REPER exigiu uma atenção especial dos membros da DPI aos diferentes dossiers que irão estar em discussão o Grupo de Investigação nomeadamente parcerias, missões, regulamento do euroHPC, etc. Adicionalmente, vários elementos da DPI estiveram diretamente envolvidos na preparação dos projetos de CSA de apoio à organização de três eventos bandeira em áreas de interesse estratégico para Portugal, nomeadamente, o EuroNanoForum2021, o *All Atlantic 2021* e o *Climate Space Interactions*.

Horizonte 2020

Um dos principais instrumentos de promoção do Programa-Quadro são as sessões públicas organizadas pela ANI, normalmente em parceria com outras instituições do sistema científico e tecnológico nacional, associações empresariais e autoridades públicas nacionais e regionais. Ao longo de 2020, a ANI organizou 41 sessões públicas presenciais e online (figura 27). Estas sessões dividiram-se entre eventos tipo *Roadshow* de divulgação do H2020, eventos temáticos e setoriais, *Infodays*, envolvimento dos cidadãos e atores do SCTN, vários tipos de workshops de apoio à elaboração de propostas, bem como apresentações inseridas no âmbito de outros eventos não organizados pela ANI ou no âmbito da PERIN (Fig. 27). De março a dezembro de 2020, todos os eventos foram realizados remotamente através de plataformas como o zoom ou Teams, permitindo continuar de forma eficaz e com maior alcance a promoção do Programa-Quadro Europeu.

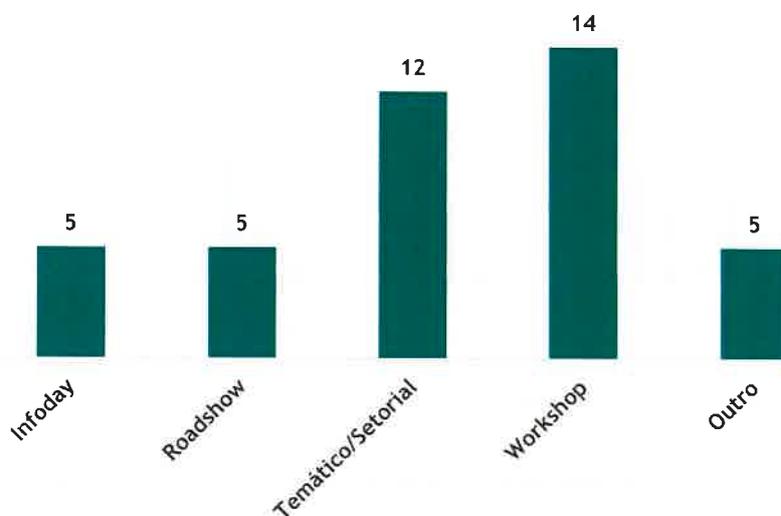


Figura 27: Sessões públicas de apresentação organizadas em 2020

Durante o ano de 2020 foram lançados os últimos concursos de I&I. Para além dos concursos já planeados para 2020, a Comissão lançou o Pacto Ecológico Europeu e, em setembro de 2020, foram lançados 20 tópicos adicionais de I&I - *Call Building a low-carbon, climate resilient future: Research and innovation in support of the European Green Deal* - com um orçamento global de 1.000 M€, com o objetivo de alicerçar o objetivo europeu de atingir a neutralidade carbónica em 2050 e posicionar a Europa como um líder global no combate às alterações climáticas.

Em 2020, em termos de participação nacional, Portugal conseguiu uma boa participação no H2020, tendo captado, até ao final do ano, cerca de 174 milhões de euros (Fig. 28), num universo de 313 projetos financiados, com 58 coordenações nacionais. Estes projetos envolveram um total de 450 entidades nacionais, sendo 34% do setor privado, 54% das universidades e centros de investigação e 13% de outras tipologias (e.g., associações, ONG, municípios). Estes valores não incluem ainda os resultados da Call Green Deal nem de outras Calls lançadas no 2º semestre de 2020. A evolução da participação nacional no H2020 durante todo o programa (2014-2020) consta do Anexo IV.

Relatório de Gestão e Contas 2020

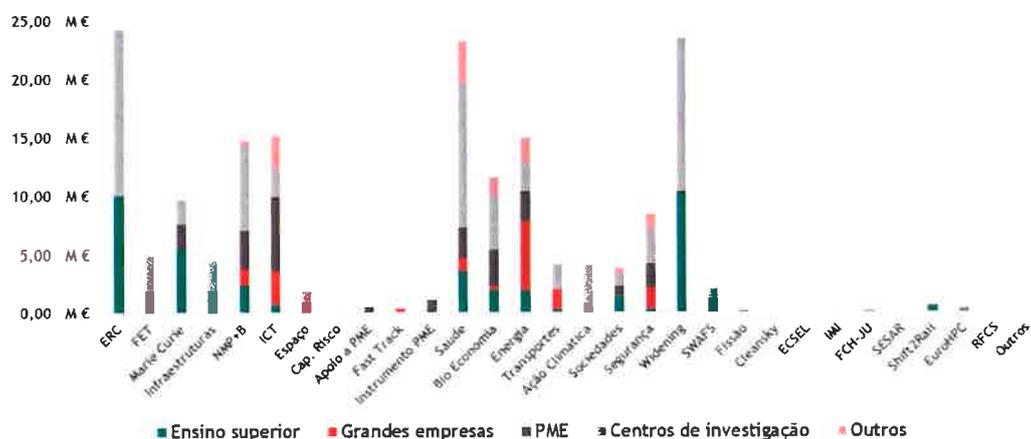


Figura 28: Financiamento captado por tema e tipo de entidade em 2020

A maior fatia do financiamento para Portugal proveio de três Programas: *European Research Council* (24,4 M€), *Spreading Excellence and Widening Participation* (23,5 M€) e do Desafio Societal Saúde (23,3 M€). A participação das empresas foi mais significativa nas áreas da energia (8,48 M€) e das TIC (9,24 M€).

A participação nacional nas parcerias institucionalizadas com base nos artigos 185º (AAL, EMPIR, EUROSTARS, EDCTP) e 187º (Iniciativas Tecnológicas Conjuntas - JTIs) continuou a apresentar um desempenho mais modesto.

No EIT, e após forte apoio à intensificação da participação nacional promovida pelos NCPs da ANI, sobretudo no melhor aproveitamento das possibilidades da RIS (*Regional Innovation Scheme*), o desempenho da participação nacional melhorou significativamente (1,59% em 2020), tendo-se aproximado da média nacional de participação no H2020 no mesmo período (1,66%).

	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Climate KIC			150 810	584 611	770 541	732 000
EIT Digital					219 300	238 000
EIT InnoEnergy			2 809 431	3 017 804	2 149 103	2 041 000
EIT Health			54 323	258 618	1 577 075	3 239 000
EIT Raw Materials				33 971	324 543	548 000
EIT Food					37 152	4 000
EIT Manufacturing						
EIT Mobility						
TOTAL	2 296 491	1 845 940	3 014 564	3 895 004	5 077 714	6 802 000

Figura 29: Evolução do financiamento captado pelas entidades nacionais no EIT no H2020

A participação, por tipo de entidade em 2020 para os temas FET e ERC do Pilar I, dedicado à Excelência Científica e focado em atividades de investigação fundamental, foi predominantemente de instituições do ensino superior e centros de investigação. Nas MSCA e Infraestruturas, parte do financiamento foi captado pelo setor empresarial, dada a natureza de investigação em consórcio. Como é expectável, os temas do Pilar II, dedicado à Liderança Industrial, apresentam uma forte participação do setor empresarial, com um foco no tema ICT. Nos temas do Pilar III, Desafios Societais, volta a ser preponderante a participação de instituições do ensino superior e centros de investigação, mas também houve uma forte participação de grandes empresas na área de Energia. As PME estão representadas em todos os temas do Pilar III, traduzindo a natureza multidisciplinar dos consórcios formados.

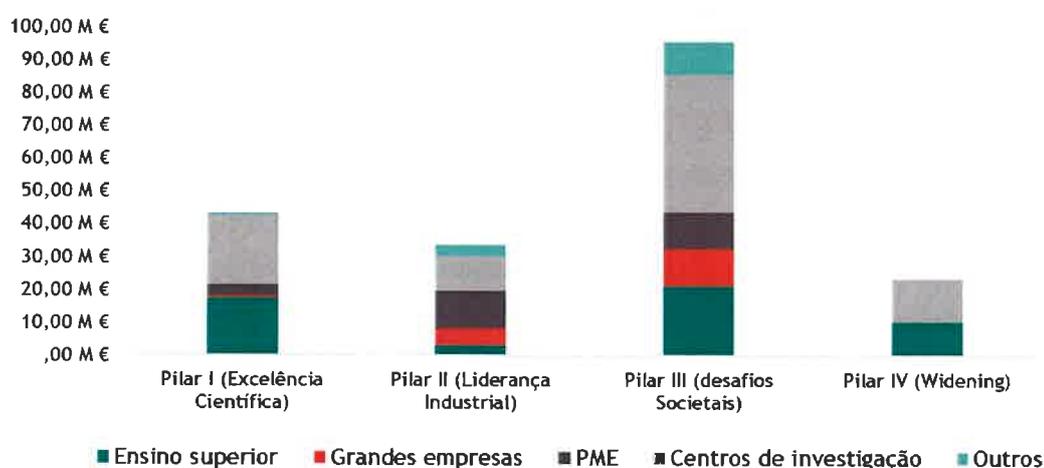


Figura 30: Financiamento captado por pilar e tipo de entidade em 2020

Nos programas mais focados nas empresas, o tema Inovação em PME inclui diferentes instrumentos de financiamento dirigidos a empresas, incluindo o Apoio a PME (calls INNOSUP), o Fast Track to Innovation e o SME Instrument (agora denominado Accelerator, em consequência da sua inclusão no piloto do European Innovation Council, EIC). Em 2020, no instrumento Fast Track to Innovation foram financiados 2 projetos, o que se traduziu numa taxa de sucesso de 1,39%.

As características do Accelerator introduzidas no final de 2019 foram de facto uma mudança grande relativamente ao SME Instrument. Desde o final de 2019 que as PME se candidatam a financiamento misto entre subvenções não reembolsáveis e investimento em ações num

financiamento que pode ir a um total de 17,5 M€ (2,5 M€ + 15 M€). O instrumento tornou-se extremamente competitivo, com taxas de sucesso de 2,11% a nível europeu. Nesta nova fase do programa, 4 PME nacionais foram financiadas pelo Accelerator, captando um total de 5,54 M€ em subsídios não reembolsáveis (o montante de investimento ainda não é público). Apesar de todo o apoio oferecido pela ANI, que inclui revisão de propostas e ensaios das entrevistas, a taxa de sucesso de Portugal foi inferior à média Europeia (1,81%). Em 2020, nas 4 chamadas havidas, apenas 1 PME nacional foi financiada.

Horizonte Europa

A 11 de dezembro de 2020, a Comissão, o Conselho e o Parlamento Europeu chegaram ao acordo político quanto ao orçamento do Horizonte Europa, o maior programa transnacional de financiamento de investigação e inovação. O Horizonte Europa terá um orçamento de cerca de 95,5 mil milhões €, a preços correntes.

A DPI contribuiu para a preparação de todas as discussões do Horizonte Europa em sede do Conselho Europeu, nomeadamente no EIT, no planeamento estratégico, bem como no regulamento e no programa específico do Horizonte Europa. A maioria dos elementos da DPI integrou comités sombra do programa quadro, contribuindo assim para a discussão dos primeiros programas de trabalho, para 2021-2022, com vista a maximizar os interesses nacionais e potenciar uma maior participação nacional no Horizonte Europa. A participação da ANI nos comités sombra do Horizonte Europa tem como principal objetivo defender as prioridades nacionais nas diferentes áreas temáticas e tem por base a consulta alargada à comunidade através do Grupo Nacional de apoio à Discussão do Horizonte Europa para os Pilares II e III.

No âmbito da rede PERIN, a DPI contribuiu também para a consulta pública para investigação e inovação lançada pelo MCTES.

EUREKA - EUROSTARS

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior tutela a Iniciativa EUREKA desde a sua fundação em 1985, definindo os objetivos estratégicos e os interesses permanentes de Portugal como Estado Membro. A Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) é a agência de financiamento nacional do EUREKA e a ANI é o EUREKA - Office (Portugal), tendo por missão a gestão da participação das empresas nacionais nos diversos instrumentos para o apoio a projetos

de inovação de base tecnológica e internacionalização, como elemento nacional da Rede EUREKA e interface com os promotores nacionais e seus pares nos outros Estados Membros e Associados.

Portugal participa nas iniciativas da rede EUREKA, quer através da participação dos representantes nacionais nos órgãos de gestão, quer através da promoção da iniciativa e seus instrumentos junto das empresas nacionais. A Iniciativa EUREKA integra diversos instrumentos de promoção de projetos de inovação de base tecnológica em consórcio, dos quais se destacam, em 2020, o Programa Eurostars 2 e os EUREKA-Clusters.

No âmbito do Programa Eurostars 2, em 2020 foram apresentadas 48 candidaturas por parte de entidades nacionais (um aumento de 66% relativamente a 2019), tendo sido recomendada a aprovação de 16 candidaturas pelo Júri independente europeu. Destas, com o orçamento nacional disponível, foram financiadas 6 candidaturas.

Foram ainda submetidos à ANI 17 projetos de Clusters EUREKA que receberam o selo EUREKA [6 Projetos ITEA (*Software-Intensive systems*), 5 Projetos Celtic Plus (*ICT and Telecommunications*), 3 Euripides-Penta, 1 Eurogia e 2 SMART (*Advanced Manufacturing*)] que solicitaram financiamento via Aviso 16 do COMPETE 2020. Destes, apenas 1 projeto foi financiado, 11 receberam parecer de financiamento favorável por parte da ANI e 5 projetos aguardam análise. No final de 2020, os 11 projetos já com parecer favorável da ANI estão ainda pendentes de decisão dos Programas Operacionais.

Enterprise Europe Network

A ANI é membro fundador do Consórcio EEN-PORTUGAL que representa a *Enterprise Europe Network* em Portugal. Criada pela Comissão Europeia, é a maior rede de cooperação a nível mundial, dedicada às PME e Startups com ambições internacionais contando atualmente com mais de 600 parceiros em 62 países, envolvendo cerca de 4000 especialistas em inovação e internacionalização. No âmbito da EEN, em 2020, e para além das atividades de apoio ao Accelerator do H2020 (sessão Pitch) já atrás descritas, a ANI desenvolveu as seguintes atividades:

- Promoção e coorganização de eventos com a participação de 167 entidades portuguesas em 12 eventos B2B, tendo sido realizadas 240 reuniões virtuais com parceiros internacionais;

- Promoção de tecnologias e oportunidades de negócio através da base de dados de perfis de cooperação da rede EEN, que resultaram em 60 manifestações de interesse/ negociações de parcerias;
- promoção dos Serviços de Key Account Management em complemento com os serviços prestados pela DPI às empresas no âmbito do Accelerator.

No ano de 2020, a equipe EEN da ANI apoiou a realização de 9 acordos de parceria em projetos de I&I Europeus e 1 acordo de transferência de tecnologia, envolvendo 10 empresas e entidades do SCTN com parceiros de França (3), Turquia, Roménia, Itália, Áustria (2), Espanha e Hungria.

Industrial Liaison Officer

A ANI assegura, desde 2019, a função de *Industrial Liaison Officer* (ILO) para várias organizações internacionais de que Portugal é membro. À figura de ILO cumpre fazer a ponte entre os departamentos de compras das organizações e o tecido empresarial nacional, com os objetivos de 1) apoiar as organizações na estruturação das cadeias de abastecimento e 2) promover o maior número possível de contratos de fornecimentos e serviços para Portugal, contribuindo para o retorno industrial das quotas de associação pagas anualmente. O retorno industrial é calculado como o rácio entre a percentagem de compras anuais da organização com origem em Portugal e a percentagem do orçamento global da organização contribuído pelo país. Numa situação de equilíbrio, espera-se que essa fração se aproxime de 1.

78

Durante o ano de 2020, o trabalho de ILO concentrou-se nas seguintes organizações:

CERN: O CERN (Organização Europeia para a Investigação Nuclear) é o mais importante centro europeu para a investigação em Física de Partículas. Portugal é membro desde 1986, contribuindo atualmente com cerca de 1% do orçamento do CERN (através da FCT). Portugal é um membro “*poorly balanced*” no retorno industrial, cuja média nos últimos 3 anos é de 0,61. Para melhorar esta situação, foi implementada uma série de ações, entre as quais:

- Aumento do esforço de divulgação das oportunidades de negócio no CERN junto das empresas, que levou ao aumento do número de empresas registadas na base de dados da organização (de 80 para 94), que passaram a receber notificações sobre oportunidades nos seus domínios de atividade;
- Parcerias informais com associações empresariais setoriais, ajudando na identificação de empresas relevantes para incluir em processos de compra do CERN;

- Organização uma sessão pública de apresentação da Estratégia Europeia para a Física de Partículas (CTN, Sacavém, 2 de julho), com a participação remota da DG do CERN, incluindo a apresentação de oportunidades para as empresas decorrentes da estratégia.

Para além destas ações, foram asseguradas as participações como representante nacional em 2 reuniões do “*ILO Forum*” e 1 reunião do “*Knowledge Transfer (KT) Forum*”.

2020 representou um ano de viragem na participação da indústria portuguesa no CERN, com o maior nível de envolvimento dos últimos 5 anos. Ainda que não tenham sido ganhos contratos por via competitiva, a execução de contratos em curso - um conjunto de cerca de 40 novos contratos de baixo valor (<20K CHF) - e a continuação do programa de “associados científicos” do IST tornaram 2020 o segundo ano desde 2013 em que o retorno industrial esteve acima do ponto de equilíbrio (dados finais por validar). Mas um dos indicadores mais importantes para este período é o da participação em processos comerciais em geral: em 2020, foram enviados a empresas portuguesas 30 “*Invitations to Tender*” e “*Price Enquiries*”, o que representa 5 vezes o número de 2019 e quase o dobro do melhor dos 5 anos anteriores. Este valor, que incidiu particularmente nos contratos de valor previsto até 200K CHF, deveu-se em larga medida ao trabalho do ILO, através da mobilização de empresas, incluindo novos atores sem historial de interação com o CERN.

ITER: O ITER é um grande projeto internacional de fusão nuclear, sediado em Cadarache (sul de França), que reúne a União Europeia, E.U.A., Federação Russa, China, Japão, Coreia do Sul e Índia. Cada um destes membros tem uma agência doméstica para o ITER, responsável pela entrega do seu contributo ao projeto, maioritariamente em géneros (*in kind*). A agência europeia é a *Fusion for Energy (F4E)*, com sede em Barcelona. Cada país europeu ou associado do EURATOM tem um ILO no F4E. Em 2020, a ANI participou em 4 reuniões de ILOs F4E e em 3 reuniões com o ITER (todas remotas).

A indústria portuguesa foi responsável, até ao final de 2020, pela 6ª maior faturação (mais de 36 M€) para a participação europeia, através da F4E, no ITER.

SKA: A representação de Portugal no SKA passou para a agência PT Space durante o ano de 2020, cessando esta função para a ANI. Até à transição, foi dado apoio à FCT no âmbito da representação na *Council Preparatory Task Force (CPTF)*, nomeadamente até à CPTF-16 (julho 2020). Nesse período, foram negociados os pacotes de trabalho com contribuição portuguesa,

destacando-se o pacote MID Networks, que será liderado por Portugal. Outros pacotes de trabalho relevantes, em que participará a indústria nacional, foram negociados em 2020 com os parceiros relevantes, incluindo MID AIV (África do Sul), MID Infrastructure (África do Sul), OMC (Índia), MID Band 5 (R.U.), SDHP (R.U.). No total, realizaram-se na primeira metade de 2020 cerca de 10 reuniões de trabalho com os parceiros internacionais e a delegação portuguesa no SKA, particularmente FCT e Instituto de Telecomunicações.

4.7.2. Presidência Portuguesa da TAFTIE

A TAFTIE é uma associação de 31 instituições muito diversas ligadas à conceção e gestão do processo de inovação cujo principal objetivo é partilhar boas práticas que contribuam para melhorar o ecossistema de inovação. Portugal, através da ANI, havia assumido o compromisso de assegurar a presidência rotativa da TAFTIE em 2020, tendo para tal concebido um programa que envolvia a realização de 4 eventos em Portugal (dois no Porto e dois em Lisboa) bem como a tradicional reunião final do “Board” em novembro de 2020 em Bruxelas. Este programa teve que ser alterado para um modo virtual de março a dezembro de 2020, tendo sido possível realizar apenas o primeiro evento em modo presencial, no Porto, em fevereiro de 2020.

O facto da Presidência Portuguesa da TAFTIE ter sido marcada pela pandemia COVID, com todos os seus aspetos negativos, constituiu o cenário propício para a experimentação, em resposta à pandemia, de processos de abertura concursos, avaliação, seleção e atribuição de financiamento de concursos mais flexíveis e eficientes, com um melhor acolhimento do risco. A pandemia COVID 19, assim, foi o mote para a reformulação do programa da presidência de modo a acomodar a discussão em torno das medidas adotadas pelas agências para a mitigação da crise. Para suportar essa discussão, foram conduzidos dois inquéritos a todas as agências sobre as medidas adotadas e os seus resultados e que serviram de base aos eventos técnicos que vieram a substituir parcialmente os inicialmente previstos. Esta estratégia foi bem acolhida pelos membros da TAFTIE, que participaram de forma ativa nesta temática de interesse geral. A presidência portuguesa contribuiu ainda para um melhor alinhamento da visão da associação e para uma simplificação de processos internos.

Foi também impulsionada uma colaboração com a ReLAI - Rede Latino-americana de Agências de Inovação, que incluiu também a participação das agências suas associadas na resposta à temática COVID 19.

A presidência portuguesa levou ainda a cabo o desenvolvimento de um novo website para rede e fez a reengenharia dos seus webservices.

No início de 2020 foi formalmente concluída a Task Force “SoftPower” em que a ANI coordenou o trabalho de 17 agências-membro da TAFTIE durante cerca de 2 anos.

4.8. DIREÇÃO DE GESTÃO E RECURSOS

Esta Direção tem como missão contribuir para uma maior eficiência e eficácia da atividade da ANI, para o bom desempenho das diferentes áreas da estrutura organizacional e para uma maior qualidade dos vários instrumentos de gestão e sua adequação aos objetivos e missão da ANI. A Direção de Gestão e Recursos desenvolve uma função de estruturação da atividade da Agência, tendo, por isso, um papel determinante na conceção, implementação e operação do seu “motor”, assumindo a coordenação global de projetos e programas transversais, difundindo a partilha de conhecimento, a melhoria de eficácia organizativa e o seu alinhamento com os objetivos estratégicos da Agência.

4.8.1. Núcleo de Sistemas de Informação

O agora denominado Núcleo de Sistemas de Informação coincide com a Unidade de Sistemas de Informação que foi extinta a 31/5/2020. Integra quatro colaboradores e tem como missão garantir a gestão de projetos de SI/TIC, disponibilizando aplicações, garantindo o nível de serviço de todos os sistemas e infraestruturas informáticas e de comunicações, prestando o devido suporte à sua utilização, e contribuindo para o aumento do desempenho organizacional.

Este Núcleo teve a importante tarefa, no primeiro semestre de 2020, de garantir a disponibilização das ferramentas necessárias por forma a que toda a Agência transitasse integralmente para o regime de teletrabalho. No espaço de meses, a ANI, em conjunto com a Secretaria Geral do Ministério da Economia e da Transição Digital, conseguiu evoluir a sua infraestrutura de ligações remotas e acessos a VPN a um ritmo notável.

Adicionalmente, e a nível de infraestruturas, manteve-se uma consolidação com a aquisição de algum material para reforçar o *datacenter* da ANI e suportar serviços internos. No decorrer de todo o processo de consolidação, foi realizado um conjunto importante de investimentos que

garantiram a renovação de serviços de equipamentos e soluções que, pela sua antiguidade, não podiam ser migradas para novas plataformas.

No que respeita a comunicações, foram também realizados investimentos no Porto e em Lisboa, aumentando larguras de banda e permitindo grandes melhorias na entrega de sinal. A parceria com a rede da FCCN permanece ativa e foi consolidada para garantia de maior largura de banda.

Esta Unidade assegura o apoio de IT aos projetos Portal da Inovação e plataforma SIFIDE.

Ainda em 2020, foi reformulado o sistema de Helpdesk interno, com uma nova ferramenta e novas regras, para garantir que é dado o melhor suporte aos colaboradores da ANI, estando o seu lançamento previsto para fevereiro de 2021.

2020 foi também o primeiro ano em que a ANI contribuiu para a elaboração do Plano de Ação da Estratégia Nacional de Segurança do Ciberespaço 2019-2023, plano este que define e implementa atividades de formação, sensibilização, capacitação e cooperação entre organismos para o tema da Cibersegurança.

Finalmente, este Núcleo concluiu, com sucesso, o projeto SAMA 2020: o Programa “MAIS ANI” (projeto de capacitação tecnológica e transformação digital) no final de 2020, com uma execução de 98,9%. A execução deste programa entre 2017 e 2020 preconizou, de forma gradual, uma adequada capacitação operacional dos recursos da Agência, a modernização dos seus sistemas de informação, através de ferramentas de maior produtividade, resultando assim numa maior capacidade de atuação e entrega de serviços aos cidadãos e às empresas.

4.8.2. Equipa de Contratação

No ano de 2020, a Equipa de Contratação desenvolveu as suas atividades em cinco grandes áreas: contratação pública, controlo do cumprimento das regras de realização de despesa, apoio à equipa do SIFIDE, apoio à equipa de Incentivos e apoio jurídico às restantes Unidades da ANI (consoante as necessidades de determinados projetos) e apoio na implementação de processos, o que se traduziu na realização das seguintes tarefas:

- Apoio jurídico aos grupos funcionais da ANI, designadamente na elaboração de informações técnicas, de regulamentos ou protocolos relacionados com projetos (nacionais ou internacionais) e demais documentação técnico-jurídica de suporte às respetivas atividades;

- Validação jurídica de despesa pública em termos da sua conformidade face ao quadro normativo aplicável;
- Apoio jurídico aos responsáveis pela execução dos contratos (gestores) que a ANI mantenha em vigor;
- Preparação dos pedidos de autorização necessários para a realização de despesas para as quais tal seja necessário;
- Implementação de metodologias de gestão de contratos e avaliação de fornecedores;
- Participação na construção de plataformas internas de gestão de fluxos;
- Auditoria aos pedidos de pagamento apresentados pelas entidades beneficiárias dos fundos europeus no que à contratação pública respeita;
- Apoiar a submissão de pedidos de pagamento às entidades financiadoras;
- Promover quaisquer pedidos de registo sinalizados pelo Conselho de Administração da ANI (p. ex. registo de marcas) bem como atos escriturais.

O ano de 2020, à semelhança do que se verificou de forma transversal na ANI foi particularmente exigente também para esta Equipa. Desde logo, se porque se verificou uma necessidade de adaptação ao regime de teletrabalho e um controlo rigoroso na formação e execução dos contratos, que obrigaram a cinco alterações contratuais, bem como a diversos ajustamentos de ordem orçamental nas contratações que se encontravam planeadas e a efetuar adendas aos contratos visando a suspensão da sua execução ou a sua prorrogação.

A passagem da ANI para o regime geral do controlo orçamental, ocorrida em 2019, obrigou a alterações nos procedimentos e internos, sendo que, em 2020, se procurou manter uma lógica de melhoria contínua dos processos internos a adotar e de identificação de possibilidades de melhoria que foram sendo verificadas com a “aplicação” prática das mesmas.

Finalmente, de referir ainda, que foi dado um salto muito positivo, com um impacto muito relevante na organização, tendente à regularização de um conjunto de contratações que, desde há alguns anos vem sendo sinalizada em sede de auditoria. São disso exemplo o caso da contratação de combustíveis com recurso a acordo quadro; a celebração de vários contratos de cooperação tendentes à satisfação de necessidades com contratação de peritos; a contratação de serviços de viagens; e ainda a contratação de serviços de vigilância e de patrocínio jurídico.

Em 2020, em conclusão, foram processados 457 ajustes diretos e 53 procedimentos mais complexos, incluindo cinco concursos públicos, dos quais dois tiveram publicidade internacional, o que aconteceu pela primeira vez na história da ANI.

4.8.3. Equipa de Gestão Financeira

Esta Equipa tem como objetivo garantir a integração de todas as competências necessárias à boa gestão financeira e operacional da ANI, estando dividida em 3 blocos funcionais: Contabilidade e Tesouraria, Auditoria de Processos, e Planeamento e Controlo de Gestão. No decorrer do exercício de 2020, destaca-se a atuação célere e diligente desta equipa na adaptação ao teletrabalho e na redação e imposição de novas normas de gestão de despesa que foram implementadas por força da necessidade.

O exercício de 2020 ficou também marcado pela conclusão do processo de consolidação da implementação do software de gestão (*ERP - Enterprise Resource Planning*) - o “software *Primavera - Public Sector*” - que veio garantir o aumento considerável nos níveis de desmaterialização de processos internos, como também a eficácia de um conjunto de automatismos, permitindo o cumprimento com as regras financeiras exigidas aos organismos enquadrados no perímetro orçamental do Estado.

O conjunto de desenvolvimentos adicionais tidos durante este ano permitiram também alargar o âmbito da prestação de informação à gestão da ANI, com uma maior capacidade de monitorização da sua execução orçamental e controlo sob os seus vínculos contratuais com entidades terceiras. É já possível garantir um controlo automático dos registos de Encargos Plurianuais.

Adicionalmente, em 2020 esta Equipa encabeçou, em estreita articulação com o Núcleo de Sistemas de Informação, a segunda fase de desenvolvimento do portal interno de Compras, cujo lançamento está previsto para a primeira quinzena de janeiro 2021. Já a segunda fase de desenvolvimento da plataforma interna de Deslocações, também sob gestão desta equipa, prevê o seu lançamento em março de 2021.

O exercício de 2020 foi também o primeiro ciclo completo em que a ANI se enquadrou no regime geral de gestão orçamental. Esta nova realidade obrigou a uma reformulação de um vasto leque de procedimentos internos de controlo e gestão da despesa já em 2019, contudo, somente em 2020 se conseguiu adaptar a infraestrutura informática para o cumprimento integral de todo o conjunto de prestação de informação exigidas por este regime.

A escassez de recursos não permitiu concretizar a entrada em funcionamento da área de auditoria interna em 2020, cumprindo os objetivos de interface entre o ROC e os serviços

financeiros, sendo apenas desenvolvida uma atividade de análise e monitorização de processos internos.

Mantendo a opção pela externalização dos serviços administrativos de apoio à tramitação dos pedidos de reembolso de despesa no âmbito da assistência técnica do Portugal 2020 (e todos os outros projetos financiados onde a ANI é beneficiária), foi prosseguido o objetivo de aproximar a execução financeira da execução física de todos os projetos. A 31 de dezembro de 2020, a ANI, conseguiu apresentar a todos os programas operacionais os pedidos de reembolso de todas as despesas tidas no âmbito da assistência técnica até 30 de junho de 2019. Não obstante do facto de que no início de 2020 se previa apresentar todo o conjunto de despesas referentes a 2019, os atrasos internos sentidos pelos efeitos da pandemia, obrigaram que somente durante o primeiro semestre de 2021 sejam apresentadas a pedido de reembolso todas as despesas de 2019 com cofinanciamento elegível.

Em 2020 foram também realizadas avaliações aos imóveis da ANI por um perito avaliador independente.

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício no valor de 94.844,94 € (noventa e quatro mil oitocentos e quarenta e quatro euros e noventa e quatro cêntimos) seja aplicado da seguinte forma:

- 4.742,24 € (quatro mil e setecentos e quarenta e dois euros e vinte e quatro cêntimos) para reforço da Reserva Legal, nos termos do nº 1 do Art. 295º do Código das Sociedades Comerciais;
- 90.102,69 € (noventa mil cento e dois euros e sessenta e nove cêntimos) para Resultados Transitados.

Relatório de Gestão e Contas 2020

6. CONTAS DE 2020

Balanço

RUBRICAS	Notas	Valores expressos em euros	
		SNC-AP	SNC-AP
		31/12/2020	Re-expresso 31/12/2019
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	633 245,63	578 655,32
Propriedades de investimento	6	1 123 325,53	1 155 729,15
Ativos intangíveis	4	491 087,18	397 497,73
Participações financeiras		100 000,00	-
Devedores por empréstimos bonificações e subsídios reembolsáveis		2 673 000,00	-
Diferimentos		-	-
Outros ativos financeiros	20	46 246,79	35 762,94
Ativos por impostos diferidos	22	51 085,90	69 436,84
		5 117 991,03	2 237 081,98
Ativo corrente			
Clientes	21	59 846,70	4 613,59
Estado e outros entes públicos	7	23 799,38	50 526,83
Outras contas a receber	8	6 367 206,76	6 113 860,54
Diferimentos	9	52 188,07	55 116,58
Caixa e depósitos	3	8 185 715,53	9 731 250,52
		14 688 756,44	15 955 368,06
Total do ativo		19 806 747,47	18 192 450,04
Património Líquido			
Património/ Capital	10	5 176 376,50	5 176 376,50
Reservas	10	207 609,53	197 709,03
Resultados transitados	10	(1 139 969,88)	(1 267 809,06)
Excedentes de revalorização	10	-	-
Outras variações no Património Líquido	10	358 898,40	294 097,51
Resultado líquido do período	10	94 844,94	198 010,02
Total do Património Líquido		4 697 759,49	4 598 384,00
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	18	121 756,37	-
Passivos por impostos diferidos	21	139 637,58	121 360,41
Outras contas a pagar	12	2 758 250,00	4 071 087,85
		3 019 643,95	4 192 448,26
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios concedidos		-	-
Fornecedores	11	14 356,68	184 183,17
Estado e outros entes públicos	7	177 360,43	127 835,78
Outras contas a pagar	12	11 897 626,92	9 070 047,54
Diferimentos	9	-	19 551,29
		12 089 344,03	9 401 617,78
Total do Passivo		15 108 987,98	13 594 066,04
Total do património líquido e do passivo		19 806 747,47	18 192 450,04

87

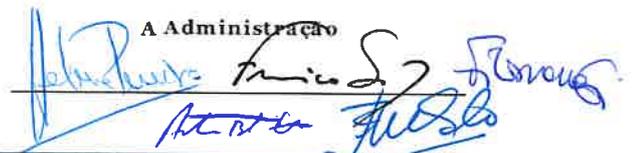
Figura 31: Balanço

As notas constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

O Contabilista Certificado



A Administração



Relatório de Gestão e Contas 2020

Demonstração de resultados por naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Valores expressos em euros	
		SNC-AP	SNC-AP
		31/12/2020	31/12/2019
Prestações de serviços	13	123 337,09	47 504,11
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	13	6 044 432,70	6 520 865,17
Fornecimentos e serviços externos	14	(2 413 925,59)	(2 896 222,67)
Gastos com pessoal	15	(3 512 909,24)	(3 594 229,45)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	8	(42 233,96)	-
Provisões (aumentos/ reduções)	18	(121 756,37)	-
Outros rendimentos e ganhos	16	392 731,47	320 423,71
Outros gastos e perdas	17	(145 903,38)	(30 413,05)
Resultado antes de depreciações e gastos financeiros		323 772,72	367 927,82
Gastos/ reversões de depreciação e amortização	4.5,6	(318 016,66)	(205 415,99)
Imparidade de investimentos depreciables/ amortizáveis (perdas/ reversões)		83 413,38	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		89 169,44	162 511,83
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados		-	-
Resultado antes de imposto		89 169,44	162 511,83
Imposto sobre o rendimento	19	5 675,50	35 498,19
Resultado líquido do exercício		94 844,94	198 010,02

88

Figura 32: Demonstração de resultados por naturezas

As notas constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra

O Contabilista Certificado



A Administração



Relatório de Gestão e Contas 2020

Demonstração de fluxos de caixa

Valores expressos em euros

Descrição	Notas	SNC-AP	SNC-AP
		31/12/2020	31/12/2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes	21	183 887,51	390 248,54
Pagamentos a fornecedores	11	(5 791 017,90)	(3 436 715,14)
Pagamentos ao pessoal	15	(3 396 472,34)	(3 512 925,18)
Caixa gerada pelas operações		(9 003 602,73)	(6 559 391,78)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	19	(13 671,41)	(36 065,95)
Outros recebimentos/pagamentos		7 934 477,01	6 238 956,34
Fluxos de caixa das atividades operacionais		(1 082 797,13)	(356 501,39)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	5	(46 889,09)	(28 521,00)
Ativos intangíveis	4	(302 629,33)	(403 171,94)
Investimentos financeiros		(113 219,44)	
Fluxos de caixa das atividades de investimento		(462 737,86)	(431 692,94)
Variação de caixa e seus equivalentes		(1 545 534,99)	(788 194,33)
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	3	9 731 250,52	10 519 444,85
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3	8 185 715,53	9 731 250,52
Detalhe da Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa	3	861,52	948,34
Depósitos bancários	3	8 184 854,01	9 730 302,18
Descoberto bancários			
		8 185 715,53	9 731 250,52

89

Figura 33: Demonstração de fluxos de caixa

As notas constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

O Contabilista Certificado



A Administração



Relatório de Gestão e Contas 2020

Demonstração de alterações do patrimônio líquido

Valores expressos em reais

Descrição	Notas	Capital/Patrimônio Realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações no patrimônio líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	Total do patrimônio líquido
A 1 de janeiro de 2019 Reexpresso	10	5 176 376,50	197 709,03	(1 366 914,73)	-	193 979,12	534 604,36	4 335 754,28	4 335 754,28
Alterações no período									
Outras alterações reconhecidas no Patrimônio Líquido	10	-	-	99 105,67	-	100 118,39	(134 604,36)	64 619,70	64 619,70
Resultado líquido do período				99 105,67	-	100 118,39	(134 604,36)	64 619,70	64 619,70
Resultado integral	10	-	-	-	-	-	198 010,02	198 010,02	198 010,02
Operações com detentores de capital no período								262 629,72	262 629,72
A 31 de dezembro de 2019	10	5 176 376,50	197 709,03	(1 267 809,06)	-	294 097,51	198 010,02	4 598 384,00	4 598 384,00
A 1 de janeiro de 2020		5 176 376,50	197 709,03	(1 267 809,06)	-	294 097,51	198 010,02	4 598 384,00	4 598 384,00
Alterações no período									
Outras alterações reconhecidas no Patrimônio Líquido	10	-	9 000,59	127 839,18	-	64 800,89	(198 010,02)	4 530,55	4 530,55
Resultado líquido do período				127 839,18	-	64 800,89	(198 010,02)	4 530,55	4 530,55
Resultado integral	10	-	-	-	-	-	94 844,94	94 844,94	94 844,94
Operações com detentores de capital no período								99 375,49	99 375,49
A 31 de dezembro de 2020	10	5 176 376,50	207 609,53	(1 139 969,88)	-	358 898,40	94 844,94	4 697 759,49	4 697 759,49

Figura 34: Demonstração de alterações do patrimônio líquido

O Contabilista Certificado

A Administração

ANI - Agência Nacional de Inovação

7. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

A ANI - Agência Nacional de Inovação, S.A. (“Empresa” ou “Sociedade”) é uma sociedade anónima, constituída em 06 de agosto de 1993, tem a sua sede na Rua de Sagres, nº11, Lisboa e tem como objeto outras atividades de consultoria para os negócios e a gestão.

A Sociedade é detida pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e pelo IAPMEI com uma participação no capital de 50% e 50% respetivamente.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração executivo da ANI em 19 de março de 2021. É opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição, desempenho financeiro e fluxos de caixa.

1.1. Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras são preparadas com base no Decreto-Lei nº85/2016 que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2018, que procede à primeira alteração do Decreto-Lei 192/2015 onde aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (Doravante designado por SNC-AP).

As demonstrações financeiras relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos e respetivo suporte documental, mantidos de acordo com a legislação em vigor.

2. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem.

2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da ANI foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos, de acordo com as Normas de Contabilidade Pública (NCP).

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

i) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da ANI estão mensurados em Euro. Deste modo, as demonstrações financeiras e respetivas notas deste anexo são apresentadas em Euros, salvo indicação explícita em contrário.

ii) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer gastos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção de item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os terrenos e edifícios e outras construções são mensurados ao custo considerado, apurado aquando da transição do normativo SNC-AP.

Os gastos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a ANI.

A ANI procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor, menos os gastos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas segundo o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Anos
Edifícios e outras construções	6 - 50
Equipamento básico	3 - 20
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 10

Figura 36: Ativos fixos tangíveis

iii) Ativos intangíveis

A ANI reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exercer o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a ANI e o seu custo possa ser fielmente mensurado.

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, a ANI, procede a testes de imparidade, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os gastos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As amortizações são reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

	Anos
Projetos de desenvolvimento	3
Programas de computador	3

iv) Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Tratam-se de ativos que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços que fazem parte do objeto social da entidade, nem para fins administrativos ou para venda no decurso da sua atividade corrente.

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo considerado, apurado aquando da transição do normativo SNC para o normativo SNC-AP.

A ANI procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

Os gastos incorridos relacionados com propriedades de investimento, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizados na rubrica de "Propriedades de investimento".

As propriedades de investimento são depreciadas de acordo com o método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas, que variam entre 3 e 20 anos.

v) Outras contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

vi) Caixa e depósitos

A caixa e depósitos englobam o dinheiro em caixa, depósitos à ordem e a prazo altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

vii) Provisões

São reconhecidas provisões quando:

- A ANI tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação; e,
- É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

viii) Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

ix) Compensação de saldos

A compensação de ativos e passivos financeiros, assim como o relato de saldos líquidos no balanço, apenas é efetuada quando existe um direito legal vinculativo para levar a cabo a compensação, bem como a intenção de efetuar a regularização dos saldos pelo valor líquido, ou quando o ativo e o passivo sejam realizados e pagos simultaneamente.

x) Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

xi) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos, após a data do

balanço, que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgados na nota 23.

2.2. Subsídios

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício, de forma consistente e proporcional com as depreciações dos ativos a cuja aquisição se destinaram.

2.3. Juízos de valor, pressupostos críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Foi entendimento da Administração da Empresa, que o valor dos incentivos reembolsáveis à guarda da ANI, SA, no montante de 2.758.250 euros deverão ser classificados como Passivo não Corrente pelos seguintes motivos:

- Não se espera que o referido montante seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Empresa;
- O montante não é detido com a finalidade de ser negociado;

- Não se espera que seja liquidado num período até doze meses após a data de balanço (em concordância com a atividade histórica à gestão deste montante);
- Apesar de não existir um direito incondicional de diferir a liquidação do Passivo, a Administração da ANI, SA está segura que a exigência do mesmo, caso exista, será sempre programada para ocorrer fora do último Plano de Atividades do Orçamento aprovado em Assembleia Geral.

2.4. Erros materiais de períodos anteriores

Tendo em atenção o disposto nas NCP 5 - Ativos Fixos Tangíveis e na NCP 8- Propriedades de Investimento, procedeu-se à alteração da política contabilística do registo do imóveis que foi utilizada no momento da transição do normativo anterior SNC-AP. É entendimento da empresa que no momento da transição, os imóveis deviam ter sido mensurados ao custo considerado (valor do registo contabilístico no normativo anterior), pelo que efetuamos os respetivos ajustamentos e reexpressámos os comparativos das Demonstrações Financeiras do presente ano.

Durante o período foi identificado que, no momento da transição do normativo SNC para o normativo SNC-AP, não foi considerado, por lapso, que os imóveis registados em Ativos Fixos Tangíveis e Propriedades de Investimento passariam a ser mensurados ao custo considerado na data dessa transição.

Por esse motivo, foram efetuados os respetivos ajustamentos e reexpressada a informação comparativa das Demonstrações Financeiras do presente ano.

O efeito dos ajustamentos consta do quadro seguinte:

RUBRICAS DO BALANÇO	SNC-AP 31/12/2019	Retificações	SNC-AP 31/12/2019 Re-expresso
TOTAL DO ATIVO	18 192 450	0	18 192 450
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Resultados transitados	-1 423 882	156 073	-1 267 809
Excedentes de revalorização	121 737	-121 737	0
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	4 564 048	34 336	4 598 385
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Passivos por impostos diferidos	155 696	-34 336	121 360
Sub total	4 226 784	-34 336	4 192 448
PASSIVO CORRENTE			
Sub total	9 401 618	0	9 401 618
TOTAL DO PASSIVO	13 628 402	-34 336	13 594 066
TOTAL DO PAT. LÍQUIDO E DO PASSIVO	18 192 450	0	18 192 450

3. Fluxos de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o detalhe de caixa e depósitos bancários era o seguinte:

Rubricas	Euros	
	2020	2019
Caixa	861,52	948,34
Depósitos à ordem		
Depósitos à ordem no Tesouro	8 184 854,01	9 714 609,12
Depósitos bancários à ordem	-	15 693,06
Depósitos a prazo	-	-
Depósitos Bancários	8 184 854,01	9 730 302,18
Total de caixa e depósitos	8 185 715,53	9 731 250,52

Figura 37: Fluxos de caixa

Estão à guarda da sociedade fundos resultantes de recebimentos da parte reembolsável dos incentivos atribuídos a promotores no âmbito de candidaturas a medidas geridas pela ANI, SA.

Em agosto de 2013, na sequência de parecer jurídico, foi decidido pelo Conselho de Administração em funções à data que parte desta verba poderia ser incluída em disponibilidades próprias na tesouraria da Empresa.

Em exercício anterior, o CA deu instruções para que a partir de 1 de outubro de 2014 essas verbas não fossem utilizadas para suprir necessidades de tesouraria, tendo ainda determinado a elaboração de uma proposta para a regularização dos saldos bancários durante o exercício de 2015.

Durante o exercício de 2015 foram repostos 250.000 euros em disponibilidades não passíveis de uso no âmbito dos incentivos reembolsáveis de Promotores.

Durante o exercício de 2016 foram repostos os restantes 3.032.297,31 euros em disponibilidades não passíveis de uso no âmbito dos incentivos reembolsáveis de Promotores.

A 31 de dezembro de 2018 encontravam-se em disponibilidades, não passíveis de uso no âmbito dos incentivos reembolsáveis de Promotores, um valor de 3.825.940,62 euros, o qual se mantém à data de 31 de dezembro de 2019.

A 31 de dezembro de 2019 encontravam-se em disponibilidades, não passíveis de uso no âmbito dos incentivos reembolsáveis de Promotores, um valor de 4.071.087,85 euros.

A 31 de dezembro de 2020 encontravam-se em disponibilidades, não passíveis de uso no âmbito dos incentivos reembolsáveis de Promotores, um valor de 1.354.087,85 euros.

4. Ativos intangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas foram os seguintes:

Rubricas	Valores expressos em Euros					
	Início do período			Final do período		
	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Quantia escriturada
Ativos Intangíveis						
Projetos de desenvolvimento	78 327,24	78 327,24	-	78 327,24	78 327,24	-
Programas de computador e sistemas de informação	1 488 136,04	1 225 881,86	262 254,18	1 794 958,87	1 452 134,60	342 824,27
Propriedade industrial e intelectual	1 695,00	183,63	1 511,37	1 695,00	353,13	1 341,87
Outros	35 608,50	35 608,50	-	35 608,50	35 608,50	-
Ativos intangíveis em curso	133 732,15	-	133 732,15	146 921,04	-	146 921,04
Total de Ativos Intangíveis	1 737 498,93	1 340 001,23	397 497,73	2 057 510,65	1 566 423,47	491 087,18

2019

Valores expressos em Euros

Rubricas	Início do período			Final do período		
	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Quantia escriturada
Ativos Intangíveis						
Projetos de desenvolvimento	78 327,24	78 327,24	-	78 327,24	78 327,24	-
Programas de computador e sistemas de informação	1 218 696,28	1 121 919,67	96 776,61	1 488 136,04	1 225 881,86	262 254,18
Propriedade industrial e intelectual	1 695,00	14,13	1 680,88	1 695,00	183,63	1 511,37
Outros	35 608,50	35 608,50	-	35 608,50	35 608,50	-
Ativos intangíveis em curso	-	-	-	133 732,15	-	133 732,15
Total de Ativos Intangíveis	1 334 327,02	1 235 869,54	98 457,51	1 737 498,93	1 340 001,23	397 497,70

Figura 38: Ativos intangíveis

Os movimentos desta rubrica durante o período de 2020 estão detalhados da seguinte forma:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações		Quantia escriturada final
		Adições	Amortizações do período	
Ativos Intangíveis				
Programas de computador e sistemas de informação	262 254,18	306 822,83	(226 252,74)	342 824,27
Propriedade industrial e intelectual	1 511,37	-	(169,50)	1 341,87
Outros	-	-	-	-
Ativos intangíveis em curso	133 732,15	13 188,89	-	146 921,04
Total de Ativos Intangíveis	397 497,70	320 011,72	(226 422,24)	491 087,18

O detalhe de adições de ativos intangíveis no período de 2020 é como segue:

ATIVOS INTANGÍVEIS	Adições			TOTAL
	Internas	Compra	Locação financeira	
Ativos Intangíveis				
Programas de computador e sistemas de informação	-	306 822,83	-	306 822,83
Ativos intangíveis em curso	-	13 188,89	-	13 188,89
Total	-	320 011,72	-	320 011,72

Durante o exercício de 2020 não existiram diminuições de ativos intangíveis.

5. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas foram os seguintes:

Valores expressos em Euros

Rubricas	Início do período			Final do período				
	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Imparidades acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	245 570,00	-	-	245 570,00	245 570,00	-	-	245 570,00
Edifícios e outras construções	338 051,44	54 678,91	83 413,38	199 959,15	338 051,44	66 335,86	-	271 715,58
Equipamento básico	93 989,25	84 335,68	-	9 653,57	127 680,93	92 545,97	-	35 134,96
Equipamento de transporte	171 330,00	171 330,00	-	-	101 355,49	101 355,49	-	-
Equipamento administrativo	1 579 771,90	1 477 544,68	-	102 227,22	1 485 194,53	1 408 429,88	-	76 764,65
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	196 477,03	195 075,24	-	1 401,79	199 844,43	195 783,99	-	4 060,44
Ativos fixos tangíveis em curso	19 843,59	-	-	19 843,59	-	-	-	-
Sub-total	2 645 033,21	1 982 964,51		578 655,32	2 497 696,82	1 864 451,19		633 245,63
Total de Ativos Fixos Tangíveis	2 645 033,21	1 982 964,51		578 655,32	2 497 696,82	1 864 451,19		633 245,63

Figura 39: Ativos fixos tangíveis

Valores expressos em Euros

2019

Rubricas	Início do período			Final do período			
	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Outros ativos fixos tangíveis							
Terrenos e recursos naturais	245 570,00	-	245 570,00	245 570,00	-	-	245 570,00
Edifícios e outras construções	338 051,44	126 435,34	211 616,10	338 051,44	54 678,91	83 413,38	199 959,15
Equipamento básico	85 311,84	82 061,10	3 250,74	93 989,25	84 335,68	-	9 653,57
Equipamento de transporte	206 589,38	206 589,38	-	171 330,00	171 330,00	-	-
Equipamento administrativo	1 579 771,90	1 422 933,57	156 838,33	1 579 771,90	1 477 544,68	-	102 227,22
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-	-
Outros	196 477,03	194 737,23	1 739,80	196 477,03	195 075,24	-	1 401,79
Ativos fixos tangíveis em curso	-	-	-	19 843,59	-	-	19 843,59
Sub-total	2 651 771,59	2 032 756,62	619 014,97	2 645 033,21	1 982 964,51	83 413,38	578 655,32
Total de Ativos Fixos Tangíveis	2 651 771,59	2 032 756,62	619 014,97	2 645 033,21	1 982 964,51	83 413,38	578 655,32

Figura 39: Ativos fixos tangíveis

Os movimentos desta rubrica durante o período de 2020 estão detalhados da seguinte forma:

Valores expressos em Euros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações			Quantia escriturada final
		Adições	Abates	Depreciações do período	
Outros ativos fixos tangíveis					
Terrenos e recursos naturais	245 570,00	-	-	-	245 570,00
Edifícios e outras construções	199 959,15	83 413,38	-	(11 656,95)	271 715,58
Equipamento básico	9 653,57	33 691,68	-	(8 210,29)	35 134,96
Equipamento de transporte	-	-	-	(69 974,51)	69 974,51
Equipamento administrativo	102 227,22	12 719,24	-	(107 296,61)	69 114,80
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-
Outros	1 401,79	3 800,40	-	(433,00)	(708,75)
Ativos fixos tangíveis em curso	19 843,59	(19 843,59)	-	-	-
Sub-total	578 655,32	113 781,11	(177 704,12)	118 513,32	633 245,63
Total de Ativos Fixos Tangíveis	578 655,32	113 781,11	(177 704,12)	118 513,32	633 245,63

O detalhe de adições de ativos fixos tangíveis no período de 2020 é como segue:

Valores expressos em Euros

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Adições			TOTAL
	Internas	Compra	Locação financeira	
Outros ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	-	33 691,68	-	33 691,68
Equipamento administrativo	-	12 719,24	-	12 719,24
Outros	-	3 800,40	-	3 800,40
Ativos fixos tangíveis em curso		-		-
Sub-total	-	50 211,32	-	50 211,32
Total	-	50 211,32	-	50 211,32

6. Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento são compostas por terrenos e edifícios não afetos à atividade da Empresa.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o movimento ocorrido nas propriedades de investimento, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2020	2019
Ativo bruto		
Saldo inicial	1 252 940,00	1 252 940,00
Saldo final	1 252 940,00	1 252 940,00
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade		
Saldo inicial	97 210,85	64 807,25
Depreciações do período	32 403,62	32 403,60
Outras alterações	-	-
Saldo final	129 614,47	97 210,85
Ativo líquido	1 123 325,53	1 155 729,15

Figura 40: Propriedades de Investimento

A Propriedade de Investimento situa-se em Lisboa, na Avenida dos Combatentes nº10, Frações C e D e respetivos parqueamentos.

A referida propriedade de Investimento, no momento de transição de SNC para SNC-AP foi revalorizada, utilizando-se a isenção prevista no nº10 b) da NCRF nº3. Foi utilizada como base para aferir o Justo Valor uma avaliação efetuada em 15 de janeiro de 2010 elaborada pela empresa “Value Thinking - Avaliação e Consultoria Imobiliária, Lda” que se encontra registada na CMVM como “perito avaliador de Imóveis de Fundos de Investimento Imobiliário”.

O valor de mercado do referido imóvel foi apurado com base nas “Rendas de Mercado”. O Conselho de Administração considera adequado o Justo Valor a 31 de dezembro 2020 face ao valor líquido do ativo.

A 31-12-2012 foi promovida uma nova avaliação da propriedade de Investimento acima referida efetuada pelos mesmos peritos, tendo-se assistido a uma desvalorização de 218.319,55 sobre o valor líquido escriturado até à data daquela avaliação.

A 31-12-2014 foi efetuada pela “Value Thinking” uma nova avaliação da Propriedade de Investimento detida pela ANI, SA, tendo-se verificado uma desvalorização de 15.222,20 euros face ao valor líquido escriturado até à data desta avaliação.

A 31-12-2016 foi promovida pelos mesmos peritos uma nova avaliação da Propriedade de Investimento acima mencionada, tendo-se assistido a uma valorização de 174.590,10 euros comparativamente ao valor líquido escriturado até à data da referida avaliação.

A Propriedade de Investimento encontra-se mensurada ao custo considerado no momento da transição do normativo SNC para SNC-AP e que a Administração considera que o justo valor é adequado ao seu valor contabilístico.

7. Estado e outros entes públicos

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade dos anos de 2016 a 2020 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Direção da ANI entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Os saldos devedores e credores desta rubrica a 31 de dezembro de 2020 e 2019 detalham-se da seguinte forma:

	2020		2019	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC			-	-
Pagamentos Especiais	-	-	1 656,25	-
Retenções Efetuadas por Terceiros	23 799,38	-	25 831,20	-
Imposto Estimado	-	36 243,90	-	-
Impostos s/ rendimento -IRS	-	49 802,10	-	59 684,67
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	-	17 856,30	23 039,38	-
Contribuições p/segurança social		72 407,30		67 166,38
Outras Tributações		1 050,83		984,73
Total de Estado e Outros Entes Públicos	23 799,38	177 360,43	50 526,83	127 835,78

Figura 41: Estado e outros entes públicos

8. Outras contas a receber

A 31 de dezembro de 2020 e 2019, o detalhe da rubrica outras contas a receber era o seguinte:

	2020	2019
	Corrente	Corrente
Programas de financiamento	5 439 438,34	2 527 394,86
Despesas não submetidas a pedido	606 961,20	2 836 572,46
Projetos Comunitários	-	207 815,71
Promotores	-	92 063,79
Outros	320 807,22	450 013,72
Outros devedores	6 367 206,76	6 113 860,54
Outros créditos a receber	6 367 206,76	6 113 860,54

Figura 42: Outras contas a receber

Nesta rubrica, encontra-se registada uma imparidade no valor de 274.442,53 € relativamente a valores a receber da Motoravia no montante de 12.208,57€, da INAMOL no montante de 207.791,43€, tendo sido em 2020 reforçado o valor em 42.233,96 €, referente ao valor a receber da Pronefro. As imparidades estão relacionadas com valores a receber de promotores à guarda da ANI.

Relativamente aos programas de financiamento de projetos nacionais e comunitários, a 31 de dezembro de 2020, os mesmos apresentam a seguinte decomposição:

	Despesas	Recebimentos	Total
Projetos Nacionais			
POCI	4 215 391,56	1 395 442,91	2 819 948,65
POCI SAMA	3 510 081,63	2 450 531,21	1 059 550,42
POCI SIAC	1 694 614,64	1 383 894,84	310 719,80
Alentejo 2020	97 224,60	28 501,12	68 723,48
Algarve 2020	61 964,06	33 834,86	28 129,20
Centro 2020	403 555,93	213 069,05	190 486,89
Lisboa 2020	444 435,33	211 821,06	232 614,28
Norte 2020	1 026 899,04	357 754,99	669 144,05
POAT 2020	144 868,28	84 746,70	60 121,58
Total Projetos Nacionais	11 599 035,07	6 159 596,73	5 439 438,34
Projetos Comunitários			
INTERREG EUROPE	422 658,35	397 570,30	25 088,05
INTERREG SUDOE	79 073,20	66 595,92	12 477,28
COSME	-	-	-
H2020	660 563,72	858 082,46	197 518,74
ERASMUS +	32 716,00	32 716,00	-
INTERREG ESPAÑA-PORTUGAL	-	-	-
Total Projetos Comunitários	1 195 011,27	1 354 964,68	159 953,40
Outros créditos a receber	12 794 046,34	7 514 561,41	5 279 484,94

Figura 43: Outras contas a receber

9. Diferimentos

A rubrica de diferimentos no Ativo e Passivo, em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é como segue:

	2020	2019
Outros gastos a reconhecer	52 188,07	55 116,58
Total de diferimentos - Ativo	52 188,07	55 116,58

	Euros	
	2020	2019
Outros rendimentos a reconhecer	-	19 551,29
Total de diferimentos - Passivo	-	19 551,29

Figura 44: Diferimentos

A rubrica de “Outros gastos a reconhecer” dizem respeito a pagamentos de serviços da atividade corrente, seguros e quotas, realizados em 2020, mas que os gastos dizem respeito ao exercício de 2021.

10. Património/Capital

Em 31 de dezembro de 2020, o Património líquido da ANI, encontra-se detalhado da seguinte forma:

RUBRICAS	Euros			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Património/ Capital	5 176 376,50	-	-	5 176 376,50
Reservas				
Reservas legais	197 709,03	9 900,50	-	207 609,53
Outras Reservas		-	-	-
Resultados transitados	(1 267 809,06)	127 839,18	-	(1 139 969,88)
Excedentes de Revalorização	-	-	-	-
Outras variações no Património Líquido	294 097,51	64 800,89	-	358 898,40
Resultado líquido do período				
Ano 2019	198 010,02	(198 010,02)	-	-
Ano 2020	-	94 844,94	-	94 844,94
Total do Património/Capital	4 598 384,00	99 375,49	-	4 697 759,49

Figura 45: Património

O capital social da ANI (5.176.376,50 Euros), encontra-se integralmente subscrito e realizado.

O detalhe do capital social em 31 de dezembro de 2020 é conforme segue:

	% Detenção	Montante
Fundação para a Ciência e Tecnologia	50%	2,588,188.25
LAPMEI	50%	2,588,188.25
Capital Social		5,176,376.50

Figura 46: Capital Social

De acordo com os artigos 218º, 295º e 296º do Código das Sociedades Comerciais, a reserva legal é reforçada, no mínimo, em 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, até atingir pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível em numerário, podendo, contudo, ser incorporada no capital social ou utilizada para cobertura de eventuais prejuízos. Esta reserva ainda não se encontra totalmente constituída.

O saldo da rubrica Outras variações no Património Líquido, diz respeito à aquisição de ativos fixos, adquiridos no decorrer do exercício, e anteriores, com recurso a fundos que foram transferidos pelas entidades responsáveis pelo financiamento da ANI.

11. Fornecedores

A rubrica de Fornecedores em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é detalhada da seguinte forma:

	Euros	
	2020	2019
	Corrente	Corrente
Fornecedores nacionais	14 356,68	184 108,79
Fornecedores intracomunitários	-	74,38
Total de fornecedores	14 356,68	184 183,17

Figura 47: Fornecedores

12. Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os saldos de outras contas a pagar detalham-se da seguinte forma:

	2020		2019	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Promotores	-	1 354 087,85	4 071 087,85	-
Saldos de Gerência	2 750 000,00	8 792 248,03	-	7 386 999,45
EUROSTARS	-	1 056 800,09	-	984 600,58
Projetos Comunitários	-	159 953,41	-	-
Outros	8 250,00	5 034,79	-	8 250,00
Outros credores	2 758 250,00	11 368 124,17	4 071 087,85	8 379 850,03
Pessoal Outros	-	2 827,17	-	34,79
Pessoal	-	2 827,17	-	34,79
Férias e Sub.Férias	-	459 621,88	-	443 570,56
Rendas	-	-	-	225 537,26
Outros	-	67 053,70	-	21 054,90
Acréscimos de gastos	-	526 675,58	-	690 162,72
Outras contas a pagar	2 758 250,00	11 897 626,92	4 071 087,85	9 070 047,54

Figura 48: Outras contas a pagar

O valor evidenciado na rubrica “Promotores”, a 31 de dezembro de 2020, encontra-se à guarda da ANI, S.A. Este saldo totaliza o montante recebido proveniente dos promotores apoiados pela Empresa, enquanto entidade financiadora, na componente reembolsável do subsídio atribuído.

13. Prestação de Serviços, e transferências correntes e subsídios à exploração obtidos

No decorrer do ano de 2020, foram prestados serviços de consultoria a clientes, nomeadamente com a intervenção na elaboração de estudos, pareceres e projetos de consultoria no âmbito de colaboração ao AICEP e IAPMEI. O montante reconhecido ascendeu a cerca de 123 mil euros.

A rubrica de transferências correntes e subsídios à exploração obtidos, a 31 de dezembro de 2020 e 2019, tem a seguinte composição:

	2020		
	Balanço	Demonstrações dos Resultados	
		Subsídios à Exploração	Outros Rendimentos e Ganhos
Ativos	460 126,16	-	273 956,09
Subsídios relacionados com ativos	460 126,16	-	273 956,09
Do Estado e outros Entes Públicos	-	6 044 432,70	-
Subsídios relacionados com resultados	-	6 044 432,70	-
Subsídios	460 126,16	6 044 432,70	273 956,09

	2019		
	Balanço	Demonstrações dos Resultados	
		Subsídios à Exploração	Outros Rendimentos e Ganhos
Ativos	377 048,10	-	161 355,42
Subsídios relacionados com ativos	377 048,10	-	161 355,42
Do Estado e outros Entes Públicos	-	6 520 865,17	-
Subsídios relacionados com resultados	-	6 520 865,17	-
Subsídios	377 048,10	6 520 865,17	161 355,42

Figura 49: Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos

14. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos, em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, é como se segue:

	Euros	
	2020	2019
Trabalhos especializados	959 298,62	860 570,32
Publicidade, comunicação e imagem	187 121,75	373 071,23
Vigilância e segurança	27 008,74	38 329,05
Honorários	233 353,18	733 230,43
Comissões	-	249,27
Conservação e reparação	77 306,15	25 616,22
Outros serviços especializados	108 691,97	38 038,56
Serviços especializados	1 592 780,41	2 069 105,08
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	6 952,31	24 995,59
Material de escritório	2 235,99	23 508,09
Artigos para oferta	1 186,20	812,08
Livros e documentação técnica	229,60	-
Outros	245,80	4,38
Materiais de consumo	10 849,90	49 320,14
Eletricidade	7 61,88	1 480,56
Combustíveis e lubrificantes	5 283,05	9 252,47
Água	227,51	141,49
Energia e fluidos	6 272,44	10 874,52
Deslocações e estadas	62 483,91	259 284,46
Outros	2 978,10	5 967,91
Deslocações, estadas e transportes	65 462,01	265 252,37
Rendas e alugueres	493 659,97	386 702,70
Comunicação	51 070,77	74 887,54
Seguros	3 722,70	4 283,43
Contencioso e notariado	1 465,53	25,00
Despesas de representação dos serviços	1 399,90	1 536,03
Limpeza, higiene e conforto	29 962,16	31 028,13
Outros serviços	157 279,79	3 207,73
Serviços diversos	738 560,82	501 670,56
Total de fornecimentos e serviços externos	2 413 925,58	2 896 222,67

Figura 50: Fornecimento e serviços externos

15. Gastos com pessoal

O detalhe dos gastos com o pessoal, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, é o seguinte:

	Euros	
	2020	2019
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	221 447,01	223 413,73
Remunerações do pessoal	2 580 388,51	2 645 255,37
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	629 733,01	635 634,00
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	18 391,04	42 154,79
Outros gastos com o pessoal	13 584,38	17 408,52
Outros encargos sociais	49 365,29	30 363,04
Total de gastos com pessoal	3 512 909,24	3 594 229,45

Figura 51: Gastos com pessoal

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o número médio de empregados ao serviço da Empresa ascendeu a 90 e 86, respetivamente.

Em 2020 não foram incorridos gastos com indemnizações aos colaboradores.

16. Outros rendimentos e ganhos

O detalhe dos rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, é o seguinte:

	Euros	
	2020	2019
Ganhos em Propriedades de Investimento	103 807,68	103 226,66
Imputação de subsídios para investimentos	273 956,09	161 355,42
Outros não especificados	14 967,70	55 841,63
Total de outros rendimentos e ganhos	392 731,47	320 423,71

Figura 52: Outros rendimentos e ganhos

17. Outros gastos e perdas

O detalhe da rubrica de outros gastos e perdas a 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 é apresentado no quadro seguinte:

	Euros	
	2020	2019
Impostos diretos	41 238,86	6 210,05
Impostos indiretos	-	-
Taxas	-	-
Outros não especificados	104 664,52	24 203,00
Total de outros gastos e perdas	145 903,38	30 413,05

Figura 53: Outros gastos e perdas

18. Provisões

O movimento desta rubrica durante o período de 2020 encontra-se detalhado da seguinte forma:

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Valores expressos em Euros		
		Aumentos	Diminuições	Quantia escriturada final
		Total aumentos	Total diminuições	
Processos judiciais em curso	-	121 756,37	-	121 756,37
Total das provisões	-	121 756,37	-	121 756,37

A provisão constituída durante o período, respeita aos processos instaurados contra a ANI por três trabalhadores, cujos valores totais das respetivas ações totalizam 121.756,37€.

19. Imposto do exercício

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”), à taxa de 21%, nos termos do artigo 87º do Código do IRC, tendo sido incrementada pela derrama municipal à taxa reduzida de 1%, resultando numa taxa de imposto agregada, máxima, de 22%.

Nos termos do artigo 88º do Código do IRC a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social) exceto quando tenha existido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias os prazos são prolongados ou suspensos.

O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

	Euros	
	2020	2019
Resultado antes de imposto	89 169,44	162 511,83
Resultado antes de imposto	89 169,44	162 511,83
Gastos não aceites	111 981,55	-
Proveitos deduzidos e outros	(83 660,05)	(18 086,02)
Total dos acertos fiscais	28 321,50	(18 086,02)
Lucro tributável / (Prejuízo fiscal)	117 490,94	144 425,81
Prejuízos fiscais deduzíveis	-	32 539,22
Matéria coletável	117 490,94	111 886,59
Coleta (21%)	24 673,10	23 496,18
Derrama (1%)	1 174,90	1 444,26
Tributação Autónoma	10 395,90	20 137,64
Efeito do aumento / reversão de impostos diferidos	(41 919,40)	(35 498,19)
Imposto sobre o rendimento do período	(5 675,50)	9 579,89

Figura 54: Imposto do exercício

20. Outros ativos financeiros

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) é um fundo autónomo, de adesão obrigatória de capitalização individual e financiado pelas entidades empregadoras por meio de contribuições mensais. Estas contribuições constituem uma poupança a que se encontram vinculadas, com vista ao pagamento de até 50% do valor da compensação a que os trabalhadores abrangidos por este regime (em vigor após de 1 de outubro de 2013) venham a ter direito na sequência da cessação do contrato de trabalho.

A 31 de Dezembro de 2020 a ANI dispunha de 35.524 unidades de participação dos fundos de compensação.

21. Clientes

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a composição da rubrica de clientes, é como se segue:

	2020	2019
	Corrente	Corrente
Clientes nacionais	59 846,70	4 613,59
Clientes	59 846,70	4 613,59

Figura 55: Clientes

O valor apresentado na conta Clientes nacionais inclui um saldo da entidade PSMC Imobiliária, no montante de 59.093 euros. Existem neste momento negociações entre as partes com o objetivo de resolução da situação.

22. Passivos e Ativos por impostos diferidos

No decurso do período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Empresa apresenta passivos por impostos diferidos no montante de 139.637,58 Euros (155.696,48 Euros em 2019), gerados por subsídios de ativos

No decurso do período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Empresa apresenta ativos por impostos diferidos no montante de 51.085,90 Euros (69.436,84 Euros em 2019), gerados por perdas de imparidade.

23. Eventos subsequentes

Após o encerramento do exercício de 2020, existem dois factos relevantes merecedores de especial referência:

- 1) O Brexit ficou confirmado no final de 2019, tendo sido concluído o período de transição a 31 de dezembro de 2020. Antecipado desde há bastante tempo, a ANI não perspetiva quaisquer riscos nem qualquer impacto negativo, uma vez que a sua atividade operacional não depende direta ou indiretamente do mercado britânico.
- 2) Face à recente pandemia mundial COVID-19, a 13 de março de 2020, por imposição legal, a ANI adotou por inteiro o regime de teletrabalho. A ANI admite a exposição ao risco associado, podendo o mesmo traduzir-se em perdas e atrasos operacionais relevantes no ano de 2021. Desconhece-se também se as consequências macroeconómicas para Portugal terão impacto a nível orçamental que levem a restrições ao nível da execução orçamental autorizada pelo Ministério das Finanças. No entanto, a ANI considera que estas contingências não colocam em causa a continuidade das suas operações.

24. Divulgações de partes relacionadas

Durante o ano de 2020 as remunerações do Órgão de Gestão ascenderam a 221.447,01 euros.

A ANI tem como partes relacionadas os seus acionistas.

No quadro seguinte apresentam-se os principais montantes de 2020 das transações relevantes com partes relacionadas (valores em euros):

Entidade	Prestação de Serviços	Fornecimentos e Serviços Externos	Gastos com Pessoal	Outos proveitos e ganhos operacionais	Total
IAPMEI	238.311,32	(235.010,62)	0	2.000.000,00	2.003.300,70
FCT	0	0	0	2.905.879,59	2.905.879,59
Total de transações	238.311,32	(235.010,62)	0	4.905.879,59	4.909.180,29

Todas as transações acima identificadas estão tituladas por contrato ou deliberação do órgão de administração ou da Assembleia Geral. Não existem transações com partes relacionadas com titulares de órgãos sociais, para além das remunerações por estes auferidas, igualmente tituladas por contrato ou deliberação do órgão de administração ou da Assembleia Geral.

A ANI não tem qualquer participação no capital de outras entidades.

Em 2020 não ocorreram negócios entre a entidade e o pessoal-chave de gestão, vedados pelo artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais, designadamente:

- Não foram realizados adiantamentos ao pessoal-chave de gestão
- Não foram concedidos empréstimos

O Contabilista Certificado



A Administração



8. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

DEMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL - RECEITA

Valores expressos em euros

RUBRICA	RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)					TOTAL	N-1
		RP	RG	UE	FUNDOS ALHEIOS			
	Saldo de gestão anterior							
	Operações orçamentais [1]	4 071 087,85	2 872 298,19	2 787 864,48	0,00	9 731 250,52	10 551 662,06	
	Restituição de saldos de operações orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Operações de tesouraria [A]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Receita corrente							
R1	Receita fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	78 000,00	
R5	Transferências e Subsídios Correntes	0,00	2 545 175,95	3 391 722,07	0,00	5 936 898,02	6 047 978,92	
R5.1	Transferências Correntes	0,00	2 545 175,95	3 391 722,07	0,00	5 936 898,02	6 047 978,92	
R5.1.1	Administrações Públicas	0,00	2 545 175,95	0,00	0,00	2 545 175,95	3 312 674,00	
R5.1.1.1	Administração Central - Estado	0,00	545 175,95	0,00	0,00	545 175,95	400 000,00	
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	2 000 000,00	0,00	0,00	2 000 000,00	2 912 674,00	
R5.1.2	Exterior - UE	0,00	0,00	3 391 722,07	0,00	3 391 722,07	2 735 304,92	
R5.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R6	Venda de bens e serviços	-31 589,57	0,00	0,00	0,00	-31 589,57	0,00	
R7	Outras receitas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	349 158,81	
	Receita de Capital							
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9	Transferências e Subsídios de capital	0,00	2 000 000,00	0,00	0,00	2 000 000,00	199 584,00	
R9.1	Transferências de Capital	0,00	2 000 000,00	0,00	0,00	2 000 000,00	199 584,00	
R9.1.1	Administrações Públicas	0,00	2 000 000,00	0,00	0,00	2 000 000,00	199 584,00	
R9.1.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	199 584,00	
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	2 000 000,00	0,00	0,00	2 000 000,00	0,00	
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	206,81	0,00	0,00	0,00	206,81	0,00	
	Receita efetiva [2]	-31 382,76	4 545 175,95	3 391 722,07	0,00	7 905 515,26	6 674 721,73	
R12	Receita não efetiva [3]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R13	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	4 039 705,09	7 417 474,14	6 179 586,55	0,00	17 636 765,78	17 226 383,79	
	Recebimentos de operações de tesouraria [B]	0,00	0,00	0,00	822 114,20	822 114,20	0,00	

As notas constituem parte integrante das demonstrações orçamentais existentes supra.

DEMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL- DESPESA

Valores expressos em euros

RUBRICA	PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)					TOTAL	N-1
		RP	RG	UE	FUNDOS ALHEIOS			
Despesa corrente								
D1	Despesas com o pessoal	0,00	2 100 448,99	1 392 921,94	0,00	3 493 370,93	3 512 925,18	
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	0,00	1 673 401,12	1 115 107,66	0,00	2 788 508,78	2 601 158,06	
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00	8 990,21	480,53	0,00	9 470,74	363 734,40	
D1.3	Segurança social	0,00	418 057,66	277 333,75	0,00	695 391,41	548 032,72	
D2	Aquisição de bens e serviços	42 381,53	1 168 335,14	1 888 647,79	0,00	3 099 364,46	0,00	
D3	Juros e outros encargos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4	Transferências e Subsidios Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D5	Subsidios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D6	Outras despesas correntes	0,00	23 566,37	0,00	0,00	23 566,37	3 135 798,34	
Despesa de Capital								
D7	Investimento	0,00	57 531,36	323 670,89	0,00	381 202,25	431 692,94	
D8	Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	199 584,00	
D8.1	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	199 584,00	
D9	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesa efetiva [5]								
		42 381,53	3 349 881,86	3 605 240,62	0,00	6 997 504,01	7 280 000,46	
Despesa não efetiva [6]								
		2 717 000,00	0,00	0,00	0,00	2 717 000,00	0,00	
Despesa com ativos financeiros								
		2 717 000,00	0,00	0,00	0,00	2 717 000,00	0,00	
Despesa com passivo financeiros								
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D10	Soma [7]=[5]+[6]	2 759 381,53	3 349 881,86	3 605 240,62	0,00	9 714 504,01	7 280 000,46	
D11	Pagamentos de operações de tesouraria [C]	0,00	0,00	0,00	558 660,44	558 660,44	0,00	
Saldos para gestão seguinte								
		1 280 323,56	4 067 592,28	2 574 345,93	0,00	7 922 261,77	9 946 383,33	
Operações orçamentais [8]=[4]-[7]								
		0,00	0,00	0,00	263 453,76	263 453,76	0,00	
Operações de tesouraria [D]=[A]+B-[C]								
		-73 764,29	1 195 294,09	-213 518,55	0,00	908 011,25	-605 278,73	
Saldo global [2]-[5]								
		42 381,53	3 349 881,86	3 605 240,62	0,00	6 997 504,01	7 280 000,46	
Despesa primária								
		-73 971,10	-747 174,55	110 152,34	0,00	-710 993,31	-173 585,79	
Saldo corrente								
		206,81	1 942 468,64	-323 670,89	0,00	1 619 004,56	-431 692,94	
Saldo de capital								
		-73 764,29	1 195 294,09	-213 518,55	0,00	908 011,25	-605 278,73	
		4 039 705,09	7 417 474,14	6 179 586,55	0,00	17 636 765,78	17 226 383,79	
Receita total [1]+[2]+[3]								
		2 759 381,53	3 349 881,86	3 605 240,62	0,00	9 714 504,01	7 280 000,46	
Despesa total [5]+[6]								
		2 759 381,53	3 349 881,86	3 605 240,62	0,00	9 714 504,01	7 280 000,46	

As notas constituem parte integrante das demonstrações orçamentais existentes supra.

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

Valores expressos em euros

RUBRICA	Descrição	Prevididas Corrigidas	Por cobrar de períodos anteriores	Receitas Liquidadas	Liquidações anuladas	Receita cobrada bruta	Reembolsos e substituições		Recalcula cobrada líquida		Per cobrar no final do período
							Emittidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	
Recalcula corrente											
R1	Recalcula fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5	Transferências e Subsídios Correntes	10 130 181,43	0,00	0,00	0,00	5 936 898,02	0,00	0,00	5 936 898,02	5 936 898,02	0,00
R5.1	Transferências Correntes	10 080 181,43	0,00	0,00	0,00	5 936 898,02	0,00	0,00	5 936 898,02	5 936 898,02	0,00
R5.1.1	Administrações Públicas	2 400 000,00	0,00	0,00	0,00	2 545 175,95	0,00	0,00	2 545 175,95	2 545 175,95	0,00
R5.1.1.1	Administração Central - Estado	400 000,00	0,00	0,00	0,00	545 175,95	0,00	0,00	545 175,95	545 175,95	0,00
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	2 000 000,00	0,00	0,00	0,00	2 000 000,00	0,00	0,00	2 000 000,00	2 000 000,00	0,00
R5.1.2	Exterior - UE	7 680 181,43	0,00	0,00	0,00	3 391 722,07	0,00	0,00	3 391 722,07	3 391 722,07	0,00
R5.3	Outras	50 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	217 254,00	5 012,94	193 947,69	0,00	193 947,69	225 537,26	3 860,34	-35 449,51	-31 589,57	0,00
R7	Outras receitas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recalcula de Capital											
R8	Venda de bens de investimento	1 200 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9	Transferências e Subsídios de capital	3 964 271,57	0,00	0,00	0,00	2 000 000,00	0,00	0,00	2 000 000,00	2 000 000,00	0,00
R9.1	Transferências de Capital	3 964 271,57	0,00	0,00	0,00	2 000 000,00	0,00	0,00	2 000 000,00	2 000 000,00	0,00
R9.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	3 964 271,57	0,00	0,00	0,00	2 000 000,00	0,00	0,00	2 000 000,00	2 000 000,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11	Respeitos não abastidos aos pagamentos	518,00	0,00	206,81	0,00	206,81	0,00	0,00	206,81	206,81	0,00
Saldo de gestão anterior - operações orçamentais		9 731 250,52	-	9 731 250,52	-	9 731 250,52	0,00	0,00	9 731 250,52	9 731 250,52	0,00
Total		25 243 475,52	6 012,94	17 862 303,04	0,00	17 862 303,04	225 537,26	3 860,34	17 632 905,44	17 632 905,44	0,00

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

Valores expressos em euros

RUBRICA	Descrição	Despesa por pagar de períodos anteriores	Dotações Corrigidas	Cativos/descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar
							Períodos anteriores	Período corrente	Total		
Despesa corrente											
D1	Despesas com o pessoal	0,00	4 968 685,00	0,00	4 956 063,27	3 628 277,85	75,09	3 493 295,84	3 493 370,93	1 327 785,42	134 906,92
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	0,00	3 911 310,00	0,00	3 909 544,99	2 870 304,42	0,00	2 788 508,78	2 788 508,78	1 039 240,57	81 795,64
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00	13 001,00	0,00	10 126,51	10 126,51	75,09	9 395,65	9 470,74	0,00	655,77
D1.3	Segurança social	0,00	1 044 374,00	0,00	1 036 391,77	747 846,92	0,00	695 391,41	695 391,41	288 544,85	52 465,51
D2	Aquisição de bens e serviços	0,00	4 390 636,00	147 988,00	3 843 854,87	3 133 851,60	95 873,69	3 003 490,77	3 099 364,46	710 003,27	34 487,14
D3	Juros e outros encargos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4	Transferências e Subsídios Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D6	Outras despesas correntes	0,00	55 201,00	30 692,00	24 453,39	23 876,37	0,00	23 566,37	23 566,37	577,02	310,00
Despesa de Capital											
D7	Investimento	0,00	426 856,00	0,00	397 066,91	382 075,70	0,00	381 202,25	381 202,25	14 991,21	873,45
D8	Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D9	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D10	Despesa com ativos financeiros	0,00	3 750 000,00	0,00	2 717 000,00	2 717 000,00	0,00	2 717 000,00	2 717 000,00	0,00	0,00
D11	Despesa com passivo financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		0,00	13 591 380,00	178 680,00	11 938 438,44	9 885 081,52	95 948,78	9 618 555,23	9 714 504,01	2 053 356,91	170 577,51

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO PPI

Valores expressos em euros

Número do Projeto	Designação do projeto	Rubrica Orçamental	Fonte de Financiamento	Datas		Montante Previsto			Montante Executado			Nível de execução financeira anual (%)	Nível de execução financeira global (%)
			Fonte de Financiamento	Início	Fim	Ano 2020	Anos seguintes	Total	Anos Anteriores	Ano 2020	Total	[18]	[19]
				[10]	[11]	[12]	[13]	[14] = [12] + [13]	[15]	[16]	[17] = [15] + [16]		
[2]	[3]	[4]											
201901	Aquisição de equipamento informático	07.01.15	482	01/01/2020	31/12/2022	89 200,00	50 000,00	139 200,00	118 475,00	67 670,05	186 145,05	76%	134%
201902	Aquisição de software informático	07.01.15	482	01/01/2020	31/12/2022	313 951,00	60 000,00	373 951,00	436 738,94	305 277,53	742 016,47	97%	193%
201903	Aquisição de infraestruturas de rede	07.01.15	482	01/01/2020	31/12/2022	-	-	-	86 353,00	-	86 353,00	0%	0%
201904	Aquisição de instalações	07.01.15	482	01/01/2020	31/12/2022	20 000,00	40 000,00	60 000,00	-	1 955,97	1 955,97	10%	3%
Total						423 151,00	150 000,00	573 151,00	641 566,94	374 903,55	1 016 470,49		

9. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

Alterações orçamentais da receita

2020		Receita					Valores expressos em euros	Observações
Rubricas	Tipo	Previsões iniciais	Alterações orçamentais			Previsões corrigidas		
			inscrições/re forços	Diminuições/ anulações	Créditos especiais			
R5.1.1.1		400 000	0	0	0	400 000		
R5.1.1.2		2 000 000	0	0	0	2 000 000		
R5.1.2	P	4 857 010	0	1 229	0	4 855 781		
R5.1.2	P	12 500	1 229	0	0	13 729		
R6	P	65 000	0	518	0	64 482		
R6		152 772	0	0	0	152 772		
R11	P	0	518	0	0	518		
R8		1 200 000	0	0	0	1 200 000		
R14	M	0	4 071 088	0	0	4 071 088		
R9	P	4 000 000	0	35 728	0	3 964 272		
R5.1.2	P	326 609	35 728	0	0	362 337		
R5.1.2		769 886	0	0	0	769 886		
R5.1.2		285 420	0	0	0	285 420		
R5.1.2		353 789	0	0	0	353 789		
R5.1.2		98 365	0	0	0	98 365		
R5.1.2		40 817	0	0	0	40 817		
R5.1.2		900 057	0	0	0	900 057		
R5.1.3		50 000	0	0	0	50 000		
R14	P	0	4 071 088	4 071 088	0	0		
R14	M	0	2 872 298	0	0	2 872 298		
R14	M	0	2 787 864	0	0	2 787 864		
Total		15 512 225	13 839 813	4 108 563	0	25 243 473		

Alterações orçamentais da despesa

2020		Despesas					Valores expressos em euros	Observações
Rubricas	Tipo	Dotações iniciais	Alterações orçamentais			Dotações corrigidas		
			inscrições/refo rços	Diminuições/ anulações	Créditos especiais			
D1.2	P	2 438	10 000	0	0	12 438		
D2	P	7 000	2 000	0	0	9 000		
D2	P	6 200	19 095	0	0	25 295		
D2	P	15 000	32 000	2 000	0	45 000		
D2	P	7 000	0	2 975	0	4 025		
D2	P	3 450	26 708	0	0	30 158		
D2	P	171 010	83 527	0	0	254 537		
D2	P	46 000	6 500	194	0	52 306		
D2	P	4 000	0	4 000	0	0		
D2	P	13 000	10 000	2 346	0	20 654		
D2	P	211 658	0	87 500	0	124 158		
D2	P	22 732	56 000	19 508	0	59 224		
D2	P	13 884	0	1 757	0	12 127		
D2	P	5 400	0	5 400	0	0		
D2	P	5 000	0	5 000	0	0		
D2	P	40 000	0	1 514	0	38 486		
D2	P	7 850	10 000	4 850	0	13 000		
D6	P	75 000	5 000	55 491	0	24 509		
D7	P	47 093	0	19 095	0	27 998		
D7	P	16 000	0	7 200	0	8 800		
D2	P	1 442 863	0	20 199	0	1 422 664		
D2	P	1 348	1 229	0	0	2 577		
D9	M	0	2 750 000	0	0	2 750 000		
D1.2	P	1 904 717	0	14 200	0	1 890 517		
D1.3	P	70 000	14 200	0	0	84 200		
D2	P	640 671	0	137 228	0	503 443		
D2	P	0	10 000	0	0	10 000		
D7	P	12 630	30 000	0	0	42 630		
D7	P	9 000	0	0	0	9 000		
D2	P	0	33 500	0	0	33 500		
D9	P	0	0	0	0	0		
D2	P	56 097	0	21 000	0	35 097		
D2	P	30 600	1 500	0	0	32 100		
D2	P	236 971	69 500	0	0	306 471		
D2	P	0	35 728	0	0	35 728		
D9	P	1 000 000	0	1 000 000	0	0		
D9	P	0	1 000 000	0	0	1 000 000		
D2	P	15 000	0	4 000	0	11 000		
D2	P	128 817	0	31 030	0	97 787		
D2	P	299 812	0	0	0	299 812		
D2	P	18 750	0	10 000	0	8 750		
D2	P	120 000	0	0	0	120 000		
D2	P	10 200	0	0	0	10 200		
D1.2	P	2 021 356	0	0	0	2 021 356		
D1.3	P	960 174	0	0	0	960 174		
D2	P	625 551	0	0	0	625 551		
D7	P	338 428	0	0	0	338 428		
D9	P	0	2 750 000	2 750 000	0	0		
D2	P	0	31 030	31 030	0	0		
Total		10 662 700	6 987 517	4 237 517	0	13 412 700		

Transferência e subsídios

2020		Valores expressos em euros					
Tipo de receita	Disposições Legais	Finalidade	Entidade financiadora	Receita prevista	Receita Recebida	Receitas previstas não recebidas	Devolução de transferências/subsídios ocorrida no exercício
Transferências correntes							
Administração Central-Estado	Orçamento Estado	Financiamento	Sec.ME IAPMEI	400.000,00	545.175,95	0,00	0,00
Administração Central-Outras Entidades				2.000.000,00	2.000.000,00		
Total de transferências correntes				2.400.000,00	2.545.175,95		
Transferências de capital							
Administração Central-Outras Entidades	Orçamento Estado	Financiamento	FCT	3.964.271,57	2.000.000,00	1.964.271,57	0,00
Total de transferências capital							
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Contratação administrativa - Adjudicações por tipo de procedimento

Tipo de contrato	Adjudicações por tipo de procedimento										Total	
	Concurso Público		Concurso Limitado por prévia Qualificação		Procedimento de negociação		Diálogo concorrencial		Ajuste Direto			
	Numero dos contratos (1)	Preço contratual (2)	Numero dos contratos (3)	Preço contratual (4)	Numero dos contratos (5)	Preço contratual (6)	Numero dos contratos (7)	Preço contratual (8)	Numero dos contratos (9)	Preço contratual (10)	Numero dos contratos (11)	Preço contratual (12)
Empreitada de obras públicas												
Aquisição de serviços	3	73.717,09 €							24	302.800,07 €	27	127.803,77 €
Locação ou aquisição de bens móveis									1	9.717,00 €	1	9.717,00 €
Concessão de obras públicas												
Concessão de serviços públicos												
Sociedade												
Outros									1	43.050,00 €	1	43.050,00 €

NOTA: Somente foram considerados procedimentos de contratação com preços contratuais superiores a 5.000€.

Dividas por Antiguidade de saldos

Descrição	Divida Vincenda		Intervalos de antiguidade da divida vencida	Pagamentos em atraso	Total de divida por natureza da despesa		
	Curto Prazo (A)	Médio / Longo Prazo (B)	< 90 (1)	(E) = (x) + (3) + (4) - (D)	Curto Prazo (F) = (A) + (C)	Médio / Longo Prazo (G) = (B)	Soma (H) = (F) + (G)
Despesas Correntes	137.689,32	-	-	-	137.689,32	-	137.689,32
Despesas com Pessoal	124.481,30	-	-	-	124.481,30	-	124.481,30
Remunerações Certas e Permanentes	71.079,68	-	-	-	71.079,68	-	71.079,68
Abonos Variáveis ou Eventuais	2.827,17	-	-	-	2.827,17	-	2.827,17
Segurança Social das quais:	50.574,45	-	-	-	50.574,45	-	50.574,45
Encargos com a Saúde	-	-	-	-	-	-	-
ARL e outros da AP	-	-	-	-	-	-	-
Outros sectores fora da AP	-	-	-	-	-	-	-
Contribuições de segurança social	50.574,45	-	-	-	50.574,45	-	50.574,45
CSA	1.894,04	-	-	-	1.894,04	-	1.894,04
Segurança Social - Regime Geral	47.629,58	-	-	-	47.629,58	-	47.629,58
Outras	1.050,83	-	-	-	1.050,83	-	1.050,83
Outras	-	-	-	-	-	-	-
Aquisições de Bens e Serviços	11.208,02	-	-	-	11.208,02	-	11.208,02
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	873,45	-	873,45	-	873,45
Aquisições de Bens de Capital	-	-	873,45	-	873,45	-	873,45
Outras despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-
Soma	137.689,32	-	873,45	-	148.892,77	-	148.892,77

Contratação administrativa- Situação dos contratos

Descrição	Objeto	Valor de contrato	Data de início	Valor de contrato em R\$	Prorrogação	Valor atualizado em R\$			Data de início	Valor de contrato em R\$	Prorrogação		Valor atualizado em R\$		Prorrogação		Valor atualizado em R\$	Data de início	Valor de contrato em R\$	Prorrogação		Valor atualizado em R\$
						Valor atualizado em R\$	Prorrogação	Valor atualizado em R\$			Prorrogação	Valor atualizado em R\$	Prorrogação	Valor atualizado em R\$	Prorrogação							
...

NOTA: Somente foram considerados procedimentos de contratação com preços contratuais superiores a 5.000€.

Análise orçamental

Receita

O total da receita do ano cobrada pela ANI ascendeu a 17.636.766€, representando um grau de execução de 70%.

As receitas próprias representam 23% do total da receita cobrada líquida, as receitas gerais 42% e as receitas de financiamentos europeus assumem um peso de 35%.

O quadro seguinte apresenta a estrutura da receita, reunindo os valores do orçamento inicial, do orçamento corrigido e da receita cobrada líquida.

2020		Valores expressos em euros					
Orçamento por Fonte Financiamento	Orçamento Inicial	Peso relativo por FF	Orçamento Corrigido	Peso relativo por FF	Receita Cobrada Líquida	Peso relativo por FF	Grau de Execução
	1		2		3		4 = 3/2
Financiamento União Europeia	7 680 181	50%	10 468 046	41%	6 179 587	35%	59%
Receitas Gerais (RG)	6 364 272	41%	9 236 570	37%	7 417 474	42%	80%
Receitas Próprias (RP)	1 467 772	9%	5 538 860	22%	4 039 705	23%	79%
Total	15 512 225	100%	25 243 476	100%	17 636 766	100%	70%

Fonte: Mapa de Receita (7.2) e Despesa (7.1) da Financeira.

A evolução da estrutura da receita cobrada líquida entre 2020 e 2019, nas suas diferentes fontes de financiamento, é apresentada na tabela seguinte

2020		Valores expressos em euros					
Financiamento União Europeia		Receitas Próprias (RP)		Receitas Gerais (RG)		Total de Receita de Funcionamento	
2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
6 179 587	2 735 305	4 039 705	427 159	7 417 474	3 512 258	17 636 766	6 674 722

Fonte: Mapa de Receita (7.2) e Despesa (7.1) da Financeira.

De acordo com a tabela anterior, observamos que as receitas de funcionamento registaram um aumento de 10,9 milhões de euros. A estrutura de receitas aumentou na fonte de financiamento da União Europeia em cerca de 3,44 milhões euros, na fonte de financiamento da receita própria registou um acréscimo de cerca de 3,61 milhões de euros, enquanto que na fonte de financiamento das receitas gerais verificamos um aumento 3,9 milhões de euros.

Na tabela seguinte apresenta-se a distribuição das receitas por classificação económica:

Classificação Económica	2020				2019	
	Orçamento Corrigido	Peso relativo	Receita Cobrada Líquida	Peso relativo	Receita Cobrada Líquida	Varição Anual
Rendimentos de propriedade	0	0%	1	0%	2	3=(1-2)/2
Administração Central - Outras entidades	0	0%	0	0%	78 000	-100%
Outras receitas correntes	5 538 860	100%	4 039 705	100%	2 912 674	-100%
Total de Receitas Próprias	5 538 860	22%	4 039 705	23%	3 339 833	21%
Adm. Pública - Adm. Central - Estado	400 000	4%	545 176	7%	400 000	36%
Administração Central - Outras entidades	8 836 570	96%	6 872 298	93%	199 584	
Total de Receitas Gerais	9 236 570	37%	7 417 474	42%	599 584	1137%
União Europeia - Instituições	10 468 046	100%	6 179 587	100%	2 735 305	126%
Total de Receitas Europeias	10 468 046	41%	6 179 587	35%	2 735 305	126%
Total de Receitas	25 243 376	100%	17 636 766	100%	6 674 721	164%

Fonte: Mapa de Receita (7.2) e Despesa (7.1) da Finança.

O FCT e o IAPMEI assumem o maior peso relativo no total das receitas próprias cobradas.

As receitas com origem em fundos europeus estão relacionadas com os projetos europeus da Agência Nacional de Inovação.

Despesa

As despesas da ANI por classificação económica estão representadas na tabela seguinte:

Classificação Económica	2020				
	Dotação Inicial	Dotação Corrigida	Compromissos Assumidos	Despesa Paga	Grau de Execução
	1	2	3	4	5=4/2
Despesa Corrente					
01 Despesas com pessoal	2 975 499	2 985 499	2 972 939	2 010 449	67%
02 Aquisição de bens e serviços	1 831 605	1 868 391	1 546 336	1 211 217	
05 Outras Despesas correntes	105 692	55 201	24 453	23 566	43%
06 Aquisição de bens de capital	84 723	88 428	59 257	57 531	
09 Despesa com ativos financeiros	1 000 000	3 750 000	2 717 000	2 717 000	
Total de orçamento de funcionamento	5 997 519	8 747 519	7 319 986	6 019 763	69%
Despesa Corrente					
01 Despesas com pessoal	1 983 186	1 983 186	1 983 124	1 482 922	75%
02 Aquisição de bens e serviços	2 522 247	2 522 247	2 297 519	1 888 148	
06 Aquisição de bens de capital	338 428	338 428	337 810	323 671	96%
Total de orçamento de União Europeia	4 843 861	4 843 861	4 618 452	3 694 741	76%
Total de Despesa	10 841 380	13 591 380	11 938 438	9 714 504	71%

Fonte: Mapa de Receita (7.2) e Despesa (7.1) da Finança.

As despesas totais pagas durante o exercício de 2020 ascenderam a 9.714.504€, representando uma taxa de execução de 71% relativamente ao orçamento corrigido.

A tabela que se segue detalha as despesas com pessoal pelas suas diferentes componentes/ rúbricas:

2020		Valores expressos em euros			
	Remunerações certas e permanentes	Abonos Variáveis ou Eventuais	Outras Despesas de Segurança Social	Total de Despesas com Pessoal	Variação Despesas com Pessoal
	1	2	3	4=1+2+3	6=(4-5)/5
2020	2 788 509	9 471	695 391	3 493 370,93	
2019	2 601 158	363 734	548 033	3 512 925,18	-1%

Fonte: Mapa de Receita (7.2) e Despesa (7.1) da Financeira.

Saldos a transitar

O quadro seguinte apresenta os saldos de gerência de 2020 e 2019, verificando-se uma diminuição de 2.024.121,77€.

Os saldos transitarão para o ano seguinte

Valores expressos em euros		
	2020	2019
Saldo a Transitar		
Receitas Gerais (RG)	8 185 715,53	9 946 383,33
Total	8 185 715,53	9 946 383,33

Fonte: Mapa de Receita (7.2) e Despesa (7.1) da Financeira.

10. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Costa & Associados, S.Lda. Oficiais de Contas, Lda.



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Agência Nacional de Inovação, S.A.**, (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de **€ 19.806.747** (dezanove milhões, oitocentos e seis mil, setecentos e quarenta e sete euros) e um total de património líquido de **€ 4.697.759** (quatro milhões, seiscentos e noventa e sete mil, setecentos e cinquenta e nove euros), incluindo um resultado líquido de **€ 94.845** (noventa e quatro mil, oitocentos e quarenta e cinco euros)), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Agência Nacional de Inovação, S.A.** em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro,



dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de **€ 17.636.766**, que inclui Saldo de Gerência anterior no valor de



Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Costa & Associados, Lda. Oficiais de Contas, Lda.

€ 9.371.251), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições € 9.714.504) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 22 de março de 2021

ABC - AZEVEDO RODRIGUES, BATALHA, COSTA & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 115
Registada na C.M.V.M. sob o número 20161434

representada pelo sócio
José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues
ROC nº 681



Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Costa & Associados Oficiais de Contas, Lda.



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Acionistas

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias acompanhamos, durante o ano de 2020, a actividade da **Agência Nacional de Inovação, S.A.** (a Entidade) examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos sempre da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

Verificámos as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela Entidade na preparação das suas demonstrações financeiras e que os mesmos conduzem a uma correta avaliação do seu património e dos seus resultados.

Durante o exercício de 2019, não recebemos quaisquer comunicações de irregularidades apresentadas quer por acionistas, colaboradores ou outros nem demos parecer relativamente a qualquer negócio entre a Entidade e os membros do seu Conselho de Administração, nos termos do artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais.

Foi-nos apresentado o Relatório do Governo Societário, previsto no n.º 2 do art.º 54º do Decreto-lei nº 133/2013, de 3 de outubro, tendo sido verificado o cumprimento dos requisitos previstos no diploma.

Relativamente às disposições constantes no Código dos Contratos Públicos (CCP), constatámos que a Entidade cumpriu, genericamente, com o disposto no CCP. Mais verificámos que se encontram implementados procedimentos que permitem o cumprimento do disposto no artigo 113.º do CCP.

Verificámos, ainda, que no período findo em 31 de dezembro de 2020, foi assegurado o cumprimento do princípio da unidade de tesouraria do Estado.

O Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no património líquido, a Demonstração dos fluxos de caixa, o Anexo às demonstrações financeiras,

O.R.O.C. Inscrição nº 115 • Registada na C.M.U.M. nº 20161434 • Registada na Conservatória do Reg. Comercial de Lisboa • nipc 503188 220



Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Costa & Associados Oficiais de Contas, Lda.

a Demonstração do desempenho orçamental, a Demonstração da execução orçamental (da receita e da despesa), a Demonstração de execução do plano plurianual de investimentos, o Anexo às demonstrações orçamentais, o Relatório de Gestão e demais elementos de prestação de contas, lidas em conjunto com a certificação legal de contas, com a qual se concorda, reflectem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Entidade e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os princípios contabilísticos e os critérios de mensuração adoptados merecem a nossa concordância.

O relatório de gestão expressa de forma apropriada a atividade desenvolvida pela Entidade e cumpre com os requisitos legais aplicáveis.

Assim, tendo em conta o conteúdo da certificação legal de contas, emitida nesta mesma data sem reservas ou ênfases somos de parecer que:

1. Sejam aprovados o Relatório de Gestão, bem como o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no património líquido, a Demonstração dos fluxos de caixa, o Anexo às demonstrações financeiras, a Demonstração do desempenho orçamental, a Demonstração da execução orçamental (da receita e da despesa), a Demonstração de execução do plano plurianual de investimentos, o Anexo às demonstrações orçamentais, os quais exprimem a real situação financeira, patrimonial e orçamental da **Agência Nacional de Inovação, S.A.** no termo do exercício de 2020.
2. Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados apresentada pela Administração.

Lisboa, 22 de março de 2021,

O FISCAL ÚNICO

ABC - AZEVEDO RODRIGUES, BATALHA, COSTA & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 115
Registada na C.M.V.M. sob o número 20161434

representada pelo sócio

José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues
ROC nº 681

O.R.O.C. Inscrição nº 115 • Registada na C.M.V.M. nº 20161434 • Registada na Conservatória do Reg. Comercial de Lisboa • nipc 503188 220

Campo Grande, 380 - lote 3C - Piso 0
Escritório B, 1700 - 097 Lisboa
Tel. 217 575 950/917 Fax. 217 574 037

Rua Manuel Jacinto - lote 31, R/C
Ap. 155 - Bairro do Salvador - Sítio da Nazaré, 2450 - 071 Nazaré
Tel/Fax: 262 382 991

abc

11. PARECER DO CONSELHO CONSULTIVO

Conselho de Administração
Agência Nacional da inovação
Edifício NET
Rua de Salazares, 842
4149-002 Porto

22 de março de 2021

À atenção de Prof. Doutor Eduardo Maldonado

Assunto: Análise e emissão de Parecer sobre o Relatório de Gestão & Contas de 2020

Exmo. Senhor Presidente,

Tendo sido solicitado ao Conselho Consultivo, pelo Conselho de Administração da ANI, a análise e emissão de parecer sobre o Relatório de Gestão & Contas referente ao ano de 2020, este Conselho, após análise e discussão, apraz-lhe registar o seguinte:

- **O elevado desempenho da ANI em 2020**, resultante da simplificação de processos e sistemas, e da capacidade de encontrar soluções organizacionais diferentes (ex.: sistema informático de gestão do SIFIDE), tal como se pode observar na Tabela 1– Indicadores da ANI-RG&C 2020, em Anexo 1;
- **O aumento no número de candidaturas aprovadas**, que teve origem em decisões políticas sobre a necessidade de financiamento da atividade económica que levaram à descida do padrão de mérito no acesso ao financiamento, é positivo do ponto de vista económico, pese embora venha a aumentar a necessidade de acompanhamento quando os recursos humanos da ANI já se encontram a trabalhar na sua capacidade máxima;
- **O elevado nível de produtividade alcançado pelos recursos humanos da ANI** que, não tendo sofrido alteração em número, demonstraram elevada motivação e empenho, e, quando em teletrabalho, melhoraram muito significativamente os resultados do ano. Este facto, pode, contudo, ter resultado da menor limitação do horário de trabalho e de eventuais perdas de qualidade com a procura do aumento da eficiência. O CC considera esta situação preocupante, pela insustentabilidade que implica, no médio e longo prazo, na boa gestão de recursos humanos, assim como pela eventual perda de qualidade na prestação dos serviços e na manutenção dos níveis de produtividade já alcançados;



- **O papel relevante da ANI**, pese embora só conseguir alcançar o elevado desempenho que evidencia devido às elevadas competências dos seus recursos humanos. As perdas constantes de colaboradores que a ANI tem sofrido e a dificuldade que tem tido em os substituir, por ausência de um plano de carreiras consistente de que resulta falta de perspetivas e desmotivação, é uma preocupação no curto e médio prazo, em particular quando se deparam fortes desafios na retoma pós-Covid.

Em conclusão, o Conselho regista um voto de louvor à equipa da ANI que, num ano de grande desafio e incerteza, cumpriu a sua missão com elevados índices de produtividade. Reconhecemos no Conselho de Administração uma capacidade de liderança e de gestão notáveis, pois, sem crescimento de despesa corrente, conseguiu continuar a aprovar e a acompanhar candidaturas a investimentos, a incentivos fiscais e a efetuar pagamentos com contantes crescimentos - para além dos + 50% ao ano. Fazemos notar, mais uma vez, que tal evolução requer sacrifícios por parte do pessoal da ANI que não são sustentáveis, em particular na ausência de uma política correta e consistente de valorização das pessoas.

Este Conselho aprovou o presente Parecer por unanimidade dos membros presentes em reunião digital de 12 de março do corrente ano civil o Relatório de Gestão & Contas de 2020.

Com os meus respeitosos cumprimentos,

Guy Villax

Presidente do Conselho Consultivo da ANI

Anexo 1

Tabela 1 – Indicadores da ANI-RG&C 2020

	Valor dos subsídios aprovados com base num processo que a ANI conduziu (PT2020) (a)				Valor do SIFIDE que foi aprovado com base num processo que a ANI conduziu			Valor dos subsídios aprovados com base num processo que a ANI conduziu (FITEC + ColABs e INOV4COVID)	Valor captado em programas Europeus (H2020)	Total do valor do orçamento de despesa corrente da ANI			Pessoal (fim do ano)
	Investimento Proposto (€)	Investimento Aprovado (€)	Incentivo Atribuído (€)	Pagamentos Realizados (€)	Despesa em I&D Declarada (€)	Despesa em I&D Apurada (€)	Crédito Fiscal Concedido (€) ^a	Incentivo Atribuído (€)	Para participantes nacionais (€)	Custos com pessoal (€)	Fornecimentos e Serviços Externos (€)	Total (€)	
2015	247,5	58,1	42,1		547,9	366,2	170,7		135,7	1,9	2,2	4,1	84
2016	705,6	157,0	104,7	14,0	541,0	412,5	198,1		135,7	3,2	1,3	4,5	90
2017	440,1	140,9	92,4	20,9	594,8	438,0	210,5		144,4	3,5	1,8	5,4	85
2018	535,9	147,2	89,4	42,0	687,0	496,4	232,5		180,1	3,2	2,0	5,2	78
2019	355,6	176,3	108,0	46,4	754,4	555,5	290,2	2,7	180,0	3,6	2,9	5,5	87
2020 (realizado)	784,1	684,4	420,2	90,8	1142,6	950,2	517,0	26,9	200,0	3,5	2,4	5,9	93

ANEXO I

Principais eventos onde a ANI se fez representar

Evento	Representante	Data	Local
Cidade do Natal	António Bob Santos	06/01/2020	Lisboa
Sessão Missão Cancro	Eduardo Maldonado	07/01/2020	Campus Lumiar
Ciclo de Eventos Dinâmicas para a Inovação	António Bob Santos	09/01/2020	IteCons, Coimbra
Fórum Andalusia Portugal 2020	António Bob Santos	15/01/2020	Hotel Sheraton, Lisboa
Ciclo de Eventos Dinâmicas para a Inovação	António Bob Santos	21/01/2020	Inegi Porto
Inauguração de Edifício e novos Laboratórios da Hovione	António Bob Santos	22/01/2020	Loures
Inauguração de Edifício e novos Laboratórios da Hovione	Filomena Egreja	22/01/2020	Loures
TAFTIE Academy - Networking Workshop: Gearing up for the mission approach	António Bob Santos	23 e 24/01/2020	Estocolmo
2020 do Prémio IN3+	António Bob Santos	31/01/2020	Museu do Dinheiro, Banco de Portugal, Lisboa
Demonstração do projeto GL Síncro	António Bob Santos	04/02/2020	Palacete da Fundação da AIP, Lisboa
Sessão "Mais investimento Empresarial Novos Avisos do Portugal 2020	Filomena Egreja	05/02/2020	Exponor
Evento MobFood	António Bob Santos	06/02/2020	INL, Braga
Ciclo de Eventos	António Bob Santos	06/02/2020	IT, TIC, Coimbra
Embaixada do Japão	António Bob Santos	13/02/2020	Lisboa
Evento APCER	António Bob Santos	18/02/2020	Lisboa
TAFTIE - Enabling and accelerating investment in innovation by exploring new ways of risk sharing	António Bob Santos	19 e 20/02/2020	Inesc-Tec, Porto
Ciclo de eventos Indústrias Culturais e Criativas Oliva Creative Park	António Bob Santos	21/02/2020	São João da Madeira
Comemoração do 30º aniversário TecMInho	António Bob Santos	26/02/2020	EEUM - Guimarães
Evento BfK	Eduardo Maldonado	28/02/2020	Casa da Música
C5CoLAB	António Bob Santos	02/03/2020	Hotel D. Pedro V
2ª Conferência de Inovação Aberta em Portugal	António Bob Santos	04/03/2020	Porto Business School
Comunidades Energeticamente Sustentáveis	Eduardo Maldonado	12/04/2019	Instituto Superior de Engenharia da Universidade do Algarve - Faro
Engenharia Mecânica da FEUP	Eduardo Maldonado	06/03/2020	FEUP
New Innovation Indicators - From research to policy application	António Bob Santos	10/03/2020	Berlim
Digital Industrial Transformation: Challenges for the next decade	António Bob Santos	25/03/2020	INL, Braga

Medidas Covid 19 PT2020	Eduardo Maldonado	25/03/2020	Teams
Mezzanine - Funding Startup	António Bob Santos	07/04/2020	Teams
PERIN - Tour Jean Eric Paquet	Eduardo Maldonado	16/04/2020	Thalia
Industria 4.0	António Bob Santos	29/04/2020	IPN Coimbra
Talk Bob & Nuno on Keynes & Schumpeter	António Bob Santos	01/05/2020	Teams
Apresentação de Políticas Públicas	António Bob Santos	05/05/2020	ISCTE, Zoom
Reunião/visita para apresentação de projeto	Filomena Egreja	06/05/2020	Base Naval do Alfeite
Evento IDC	António Bob Santos	20/05/2020	Zoom
Videoconference of Ministers Responsible for Research	Eduardo Maldonado	29/05/2020	Vídeo Conferência
i3S Health Innovation Prize - Sessão final	António Bob Santos	03/06/2020	Zoom
Digital Innovation Hubs	António Bob Santos	04/06/2020	Zoom
Expert Session: Driving innovation through public procurement - roles for innovation agencies	António Bob Santos	09/06/2020	Webinar
Ciclo de eventos- Dinâmicas para a Inovação Saúde	António Bob Santos	16/06/2020	Teams
Iniciativas Ibéricas de Investigação e Inovação	António Bob Santos	17/06/2020	Thalia, Lisboa
Inauguração da clínica de unidade de produção de medicamentos de terapia celular da Crioestaminal	António Bob Santos	19/06/2020	Cantanhede
Debate da Estratégia Nacional de Hidrogénio	Eduardo Maldonado	22/06/2020	Thalia
Ciclo de eventos- Dinâmicas para a Inovação HABITAT	António Bob Santos	23/06/2020	Teams
Ceia - Air Center	António Bob Santos	25/06/2020	Teams
Ciclo de eventos- Dinâmicas para a Inovação Agroalimentar	António Bob Santos	26/06/2020	Teams
Evento de hidrogénio	António Bob Santos	26/06/2020	Inesc-Tec, Porto
Web Summit	Eduardo Maldonado	05/11/2019	Lisboa
ERAC Steering Board	Eduardo Maldonado	01/07/2020	Webex
Eureka investment readiness program	Eduardo Maldonado	02/07/2020	Teams
JORNAL ECONOMICO - WEB TALK - "A STEP INTO THE FUTURE"	Eduardo Maldonado	06/07/2020	Zoom
40 anos de Ciência e Conhecimento: capacitar as empresas para os novos desafios	Eduardo Maldonado	06/07/2020	Zoom
Ciclo de eventos- Dinâmicas para a Inovação Economias do Mar	António Bob Santos	08/07/2020	Teams
Research Precariat - PRT policy makers and funders panel	Eduardo Maldonado	09/07/2020	Zoom
Country Reports - Newsweek - Portugal 2020	Eduardo Maldonado	10/07/2020	Zoom
CONFERENCIA TRANSPORT RESEARCH ARENA - TRA2022	Eduardo Maldonado	14/07/2020	Webex
Ciclo de eventos- Dinâmicas para a Inovação Automóvel Aeronáutica e Espaço	António Bob Santos	14/07/2020	Teams
Webinar - European Green Deal Call	Eduardo Maldonado	16/07/2020	Webex
Ciclo de eventos- Dinâmicas para a Inovação Turismo	António Bob Santos	17/07/2020	Teams
Country Reports - Newsweek - Portugal 2020	Eduardo Maldonado	20/07/2020	Zoom

Apresentação do Projeto Mobilizador Infante	Filomena Egreja	22/07/2020	Ponte de Sor
Apresentação da App STAYAWAY COVID	Eduardo Maldonado	01/09/2020	Isep
Ecotrophelia	António Bob Santos	03/09/2020	Casa do Vinho Verde, Porto
Workshop on the way forward in space	Eduardo Maldonado	04/09/2020	Lisboa
Fórum Intersetorial	António Bob Santos	09/09/2020	Online
Fórum - "Opções sustentáveis para o sector da construção e mobiliário"	Eduardo Maldonado	11/09/2020	Porto
NOVA Science Day 2020 - 3º Encontro de Ciência da NOVA	Eduardo Maldonado	22/09/2020	Universidade NOVA de Lisboa
Mesa Redonda - Serviço Público. Semana do Empreendedorismo em Lisboa	António Bob Santos	22/09/2020	C.M.Lisboa, Paços do Concelho
EIC Forum Plenary	Eduardo Maldonado	23/09/2020	Webex
ASHRAE Region XIV's	Eduardo Maldonado	25/09/2020	Webex
2nd Executive Group Meeting AT Chairmanship	Eduardo Maldonado	29/09/2020	Webex
AIR Centre	Eduardo Maldonado	29/09/2020	Zoom
Oficina: Economia Circular	António Bob Santos	29/09/2020	Templo da poesia, Oeiras
2nd Executive Board Meeting - AT Chairmanship	Eduardo Maldonado	30/09/2020	Zoom
Warm up - MCTES	Eduardo Maldonado	07/10/2020	Isep
AEDDays2020	Eduardo Maldonado	07/10/2020	Zoom
Eventom - CoLABS	António Bob Santos	09/10/2020	Teams
The 1st annual meeting of Collaborative Laboratories	António Bob Santos	16 e 17/10/2020	Fundação Dr. António Cupertino de Miranda, Porto
Prémios Aqua - Sessão Rede TECH AQUA - integrada no Planetiers World Gathering	António Bob Santos	22/10/2020	Altice Arena
4ª Edição do evento Portugal Air Summit 2020	Eduardo Maldonado	22/10/2020	Ponte Sor
Debate sobre a forma como a estratégia Nacional para o Hidrogénio contribui e se integra com as estratégias nacionais	António Bob Santos	23/10/2020	Teams
European Enterprise Promotion Awards 2020	António Bob Santos	26/10/2020	IAPMEI, Lisboa
Entrevista Programa Imagens de marca	António Bob Santos	27/10/2020	ANI, Lisboa
Prémio Inovação Cotec BPI	António Bob Santos	02/11/2020	Zoom
Enhancing cooperation with Africa	Eduardo Maldonado	03/11/2020	Zoom
EBC webinar "The Science and Communication of Energy-Efficient Indoor Environments" - The Science and Communication of Energy-Efficient Indo	Eduardo Maldonado	10/11/2020	Zoom
Evento BKF	António Bob Santos	11/11/2020	Évora
PNJI	Eduardo Maldonado	11/11/2020	Évora
Encontro Inovar na Interseção	António Bob Santos	12/11/2020	Zoom
"Debrief of Linz Austria Chairmanship events"	Eduardo Maldonado	13/11/2020	Zoom
Entrevista - Política dos Clusters	António Bob Santos	17/11/2020	Teams
Altice International Innovation Award	António Bob Santos	18/11/2020	Teams

Evento BGI	António Bob Santos	20/11/2020	Oeiras
Workshop of the OECD Expert Network on R&D Tax Incentive Design and Indicators.	Eduardo Maldonado	20/11/2020	Zoom
Policy Forum: Synergy of Funds - Overcoming Challenges	Eduardo Maldonado	23/11/2020	WEBEX
Conferência TAFTIE	António Bob Santos	23/11/2020	Online
Evento Mob Lab Congress	António Bob Santos	24/11/2020	Zoom
Encontro Anual ONS	António Bob Santos	25/11/2020	Teams
Prémio GEE_ANI	António Bob Santos	27/11/2020	Salão Nobre METD
"I&D e Inovação na Economia Digital"	Eduardo Maldonado	27/11/2020	Salão Nobre METD
Curtain Raiser - DST - CII Tech Summit 2020	Eduardo Maldonado	01/12/2020	Webex
Websummit	António Bob Santos	3 e 4/12/2020	Online
Tech Summit Day 1	Eduardo Maldonado	07/12/2020	Webex
Evento sobre a "S3 in Portugal"	António Bob Santos	11/12/2020	Web
Enhancing Cooperation with Africa	Eduardo Maldonado	14/12/2020	Webex
Evento Galiza GAIN	António Bob Santos	18/12/2020	Teams
Refletir sobre o passado e o futuro da avaliação e acreditação do ensino superior em Portugal	Eduardo Maldonado	18/12/2020	Thalia

ANEXO II

Principais notícias publicadas em Órgãos de Comunicação Social

Título da Notícia	Tema	Órgão da Publicação	Data da Publicação
<u>Inovação nas TIC em debate em Aveiro</u>	Ciclo de eventos Dinâmicas para a Inovação (SIAC)	BIT MAGAZINE	29/01/2020
<u>Indústria 4.0. "Daqui a 2, 3, 5, 10 anos vamos ter profissões que hoje nem imaginamos"</u>	ANI	SAPO ONLINE - SAPO 24 ONLINE	31/01/2020
<u>ANI lidera rede europeia de agências de inovação</u>	Presidência TAFTIE	ECO - ECONOMIA ONLINE	28/01/2020
<u>Agência Nacional de Inovação lidera rede europeia de agências de inovação</u>	Presidência TAFTIE	VIDA ECONOMICA	31/01/2020
<u>Investigadores portugueses desenvolvem bengala para doentes de Parkinson</u>	BfK Awards	SIC NOTÍCIAS ONLINE	22/01/2020
<u>Programa de aceleração de empresas Born from Knowledge apresentado no IPN</u>	BfK Rise	DIÁRIO AS BEIRAS	15/01/2020
<u>Porto recebe evento sobre inovação em tecnologias de produção e indústrias de produto</u>	Ciclo de eventos - Dinâmicas para a Inovação	RÁDIO REGIONAL ONLINE	15/01/2020
<u>Quando o Estado lidera: o contributo do setor público para a inovação</u>	ANI	VISÃO ONLINE	15/01/2020
<u>Programa de aceleração vai apoiar 24 projetos de I&D Coimbra recebe evento sobre inovação em energia</u>	BfK Rise	DIÁRIO AS BEIRAS	15/01/2020
<u>Agência Nacional de Inovação distingue YData na 22ª Feira do Empreendedor</u>	Ciclo de eventos - Dinâmicas para a Inovação	DIÁRIO DE COIMBRA	09/01/2020
<u>Agência Nacional de Inovação distinguiu YData na 22ª Feira do Empreendedor</u>	BfK Awards	VIDA ECONÓMICA	24/01/2020
<u>Seis projetos Born from Knowledge vão para o mercado</u>	BfK Awards	VIDA ECONOMICA	28/02/2020
<u>Indústrias culturais e criativas em análise na Oliva Creative Factory</u>	Ciclo de eventos - Dinâmicas para a Inovação	O REGIONAL	27/02/2020
<u>ANI distribui 20 mil euros para premiar jornalismo de inovação</u>	3ª edição Prémio Nacional de Jornalismo de Inovação	MEIOS & PUBLICIDADE ONLINE	26/02/2020
<u>Que tipos de financiamento existem para a investigação e inovação?</u>	H2020	RÁDIO COMERCIAL ONLINE	-
<u>3ª edição do Prémio Nacional de Jornalismo de Inovação</u>	3ª edição Prémio Nacional de Jornalismo de Inovação	IMAGENS DE MARCA ONLINE	24/02/2020
<u>Inovação. Têxtil e metalomecânica são bons exemplos a seguir</u>	Conferência Inovação Aberta	DINHEIRO VIVO	04/03/2020
<u>ANI realiza conferência sobre inovação</u>	Conferência Inovação Aberta	VIDA ECONOMICA	21/02/2020
<u>Seis projetos do Born from Knowledge já estão prontos para dar a conhecer as suas ideias inovadoras</u>	BfK Rise	SAPO ONLINE - SAPO TEK ONLINE	20/02/2020
<u>Setor das TIC é o que mais investe em I&D em Portugal</u>	Ciclo de Eventos - Dinâmicas para a Inovação	VIDA ECONOMICA	-
<u>Presidente da Agência Nacional de Inovação: "Também há boas oportunidades de mercado neste momento"</u>	ANI	EXPRESSO	26/04/2020
<u>Agência de Inovação apoia 3 projetos de combate à pandemia com 2,7 milhões</u>	INOVA4COVID19	DINHEIRO VIVO ONLINE	24/04/2020
<u>ANI dá 2,7 milhões a três projetos para ajudar a combater Covid-19</u>	INOVA4COVID19	ECO - ECONOMIA ONLINE	24/04/2020

<u>Agência Nacional de Inovação disponibilizou 2,7 milhões para três projetos de resposta à pandemia</u>	INOV4COVID19	JORNAL ECONÓMICO ONLINE (O)	24/04/2020
<u>Ventilador português Atena testado em porcos</u>	INOV4COVID19	PÚBLICO	08/05/2020
<u>Vem aí o maior prémio de inovação tecnológica do país</u>	BfK Awards	DINHEIRO VIVO	22/06/2020
<u>Para onde nos leva a inteligência artificial?</u>	ANI	INGENIUM	01/06/2020
<u>Ideias alentejanas nascidas no ensino superior com potencial de negócio vão ser escolhidas</u>	BfK Rise	DIÁRIO DO SUL	22/06/2020
<u>Setor agroalimentar investiu 528,2 MEUR em Inovação & Desenvolvimento entre 2014 e 2018</u>	Ciclo de eventos - Dinâmicas para a Inovação	GAZETA RURAL ONLINE	22/06/2020
<u>Prémio de Inovação em Saúde da U.Porto distingue 4 projetos de "combate" ao vírus</u>	BfK Awards	OBSERVADOR ONLINE	22/06/2020
<u>Covid-19: Prémio de Inovação em Saúde da U.Porto distingue quatro projetos de "combate" ao vírus</u>	BfK Awards	SAPO ONLINE - SAPO 24 ONLINE	22/06/2020
<u>Setor agroalimentar investiu 528,2 MEUR em Inovação & Desenvolvimento entre 2014 e 2018</u>	ANI - Ciclo de eventos	VOZ DO CAMPO ONLINE	22/06/2020
<u>Oito projetos Born from Knowledge estão prontos a apresentar-se ao mercado</u>	BfK Rise	BEIRANEWS ONLINE	21-06-2020
<u>Lisboa discute Estratégia Nacional para o Hidrogénio</u>	ANI	REVISTA O INSTALADOR ONLINE	19-06-2020
<u>ANI e PortugalFoods realizam evento no âmbito das dinâmicas de inovação para o agroalimentar</u>	ANI - Ciclo de Eventos	TECNOALIMENTAR ONLINE	19-06-2020
<u>Inovação no sector do Habitat em debate</u>	ANI - Ciclo de Eventos	CONSTRUIR.PT ONLINE	17-06-2020
<u>Investir em I&D: saiba como valorizar a sua atividade</u>	ANI - SIFIDE II	ECO - ECONOMIA ONLINE	17-06-2020
<u>Programa de Aceleração em Ciência e Tecnologia apresenta projetos de empreendedorismo a concurso na Região Centro</u>	BfK Rise	NOTÍCIAS DE COIMBRA ONLINE	17-06-2020
<u>Um passo para a mudança</u>	ANI	IMAGENS DE MARCA ONLINE	15-06-2020
<u>Tomou hoje posse a nova equipa do Ministério das Finanças</u>	ANI	MUNDO PORTUGUÊS ONLINE	15-06-2020
<u>Setor da Saúde investiu 2,2 mil milhões de euros em I&D</u>	ANI - Ciclo de Eventos	VIDA ECONÓMICA	12-06-2020
<u>Rede de incubadoras quer levar o espaço um pouco a todo o país</u>	ANI	PÚBLICO	09-06-2020
<u>Pós-pandemia - 123 propostas para a governação</u>	ANI	PÚBLICO ONLINE	06-06-2020
<u>Seis projetos representam o Norte em prémio europeu sobre aplicação de fundos</u>	ANI	MINHO ONLINE	04-06-2020
<u>Sector público vai ganhar nova estrutura para dinamizar compras de inovação</u>	ANI - Compras Públicas de Inovação	NTECH.NEWS ONLINE	04-06-2020
<u>Portugal terá Centro de Competências de Compras Públicas</u>	ANI - Compras Públicas de Inovação	CONSTRUIR.PT ONLINE	02-06-2020
<u>"UPHILL" VENCE CONCURSO DA AGÊNCIA DE INOVAÇÃO</u>	BfK Awards	RÁDIO COVA DA BEIRA ONLINE	02-08-2020
<u>Cluster das indústrias aeronáuticas, espaço e defesa apresenta medidas</u>	ANI - Ciclo de eventos	ACTUALIDADE - ECONOMIA IBÉRICA	31-07-2020
<u>Entrevista: Eduardo Maldonado comenta o que tem falhado na abordagem à eficiência energética do edificado</u>	ANI	EDIFÍCIOS E ENERGIA	31-07-2020
<u>Projeto de 1,88 milhões para medir o bem-estar do trabalhador</u>	ANI	DINHEIRO VIVO ONLINE	26-07-2020
<u>Innovation Talks debate uso de tecnologias no setor alimentar</u>	ANI	TECNOALIMENTAR ONLINE	22-07-2020
<u>European Green Deal Call: ANI realiza sessão de esclarecimento</u>	ANI	INTERMETAL ONLINE	10-07-2020
<u>Tecnologia, capital e know-how para o país não ficar para trás na nova ordem global</u>	ANI	JORNAL ECONÓMICO	10-07-2020
<u>ECOTROPHELIA: já são conhecidos os produtos agroalimentares mais inovadores de 2020</u>	BfK Awards	VOZ DO CAMPO ONLINE	07-07-2020

<u>Economia do Mar chegou perto dos 100 MEUR de investimento em Inovação & Desenvolvimento em 2018</u>	ANI - Ciclo de Eventos	REVISTA DE MARINHA ONLINE	03-07-2020
<u>Projetos de eficiência energética receberam financiamento no valor de 22 milhões de euros</u>	ANI - Compras Públicas de Inovação	JORNAL ECONÓMICO ONLINE (O)	01-07-2020
<u>Portugal atinge mil milhões de financiamento europeu</u>	ANI	FORBES ONLINE	28-08-2020
<u>Atena produzido em 45 dias</u>	ANI	TVI	29-08-2020
<u>Portugal já captou mais de dez mil milhões de euros de programa europeu para apoiar ciência e tecnologia</u>	ANI	EXPRESSO ONLINE	27-08-2020
<u>Open Media reporter nominated for national journalism prize</u>	ANI	PORTUGAL RESIDENT ONLINE	18-08-2020
<u>ISQ vai investir mais de um milhão de euros no fabrico aditivo (3D)</u>	ANI	JORNAL ECONÓMICO	07-08-2020
<u>Investimento das empresas em I&D subiu 50% em 2019. Superou os mil milhões</u>	ANI - SIFIDE	DINHEIRO VIVO ONLINE	04-08-2020
<u>Incentivos fiscais à investigação e desenvolvimento</u>	ANI - SIFIDE	TSF - NOTÍCIAS	04-08-2020
<u>Novo dispositivo vai rastrear nível de oxigénio e temperatura</u>	ANI	INCENTIVO	22-09-2020
<u>Novo dispositivo português para rastrear a covid-19</u>	ANI	JORNAL DE NOTÍCIAS	21-09-2020
<u>Altice Labs lança 4ª edição do Altice International Innovation Award</u>	BfK Awards	APCD ONLINE	15/09/2020
<u>Eduardo Maldonado: "Os edifícios são a área menos regulada que conheço"</u>	Entrevistas ANI	EDIFÍCIOS E ENERGIA ONLINE	10/09/2020
<u>Tomate verde em conserva recebe prémio "Born from Knowledge"</u>	BfK Awards	FRUTAS, LEGUMES E FLORES ONLINE	10/09/2020
<u>FSC® organiza Business Fórum sobre opções sustentáveis para o setor da construção e mobiliário</u>	Participações ANI	REVISTA O INSTALADOR ONLINE	10/09/2020
<u>ANI premeia Tomatable: O tomate em conserva pouco calórico, mas nutritivo, que evita o desperdício de toneladas</u>	BfK Awards	TECNOALIMENTAR ONLINE	08/09/2020
<u>Sobremesa preparada por alunas da UA ganha prémio nacional</u>	BfK Awards	NOTÍCIAS DE AVEIRO ONLINE	07/09/2020
<u>Apurados os 12 finalistas do Prémio Empreendedorismo e Inovação Crédito Agrícola Mais Sustentável</u>	BfK Awards	AGROPORTAL ONLINE	30/10/2020
<u>Innovation Talk - O papel dos CoLABs no reequilíbrio das assimetrias territoriais</u>	Innovation Talks	AGROPORTAL ONLINE	22/10/2020
<u>Projeto desenvolve testes rápidos de baixo custo para detetar imunidade</u>	Financiamento ANI	DIÁRIO DE NOTÍCIAS ONLINE	19/10/2020
<u>Covid-19: Projecto desenvolve testes rápidos de baixo custo para detectar imunidade</u>	Financiamento ANI	PÚBLICO ONLINE	19/10/2020
<u>Laboratórios colaborativos portugueses podem criar mais de 500 postos de trabalho até 2023</u>	CoLAB's Annual Meeting	SAPO ONLINE - SAPO 24 ONLINE	19/10/2020
<u>Laboratórios Colaborativos captam 100 milhões e criam 553 empregos científicos em cinco anos</u>	CoLAB's Annual Meeting	JORNAL ECONÓMICO ONLINE	18/10/2020
<u>Ventilador desenvolvido em Portugal</u>	INOV4COVID	RENASCENÇA	16/10/2020
<u>Laboratórios que ligam universidades às empresas já atraíram EUR160 milhões e vão criar 550 empregos qualificados</u>	CoLAB's Annual Meeting	EXPRESSO ONLINE	16/10/2020
<u>Ventilador 100% português continua a aguardar certificação</u>	INOV4COVID	RENASCENÇA ONLINE	16/10/2020
<u>E os vencedores do Altice International Innovation Award são...</u>	BfK Awards	SOL ONLINE	24/11/2020

ANEXO III

Síntese e caracterização da evolução das medidas do PT2020 geridas pela ANI no período 2015-2020 e sua comparação com o QREN

Conforme referido no corpo deste Relatório, a ANI gere no Portugal 2020 um conjunto muito alargado de instrumentos de apoio aos projetos de I&DT, sobretudo no âmbito do Sistema de Incentivos, ou seja, de índole empresarial, mas maioritariamente de natureza colaborativa entre empresas e ENESII (Entidades não Empresariais do Sistema de Investigação e Inovação Empresarial). Não obstante e em muito menor escala, são também apoiados projetos individuais de empresas (Projetos Demonstradores Individuais, por exemplo) ou projetos liderados por ENESII (no âmbito do SAICT - Sistema de Apoio à Investigação Científica e Tecnológica, por exemplo). A Figura seguinte ilustra a variedade desses apoios, alguns dos quais de conceção e implementação mais recente (assinalados com *), nos anos de 2018, 2019 e 2020.

- **Projetos de I&D em copromoção;**
- **Outros projetos de I&D em Copromoção:**
 - **Clube de Fornecedores*;**
 - **Parcerias Internacionais* (parcerias com universidades americanas MIT/UTA/CMU/ e parcerias entre Instituições Politécnicas nacionais e europeias);**
 - **Projetos de I&D Industrial à Escala Europeia (EUREKA e EUROSTARS);**
 - **Projetos de I&D empresarial em Copromoção para Territórios do Interior*;**
 - **I&D Empresas e Infraestruturas de Ensaio e Otimização no Contexto do COVID-19*;**
- **Projetos Demonstradores individuais, incluindo Selos de Excelência do SME Instrument*;**
- **Projetos Demonstradores em Copromoção;**
- **Projetos Mobilizadores;**
- **Núcleos de I&D em copromoção;**
- **Internacionalização de I&D (Medida do SI I&DT e do SAICT);**
- **Proteção de Propriedade Intelectual e Industrial (Medida do SI I&DT e do SAICT);**
- **Projetos de Transferência do Conhecimento Científico e Tecnológico do SIAC;**
- **Apoio na avaliação técnico-científica dos projetos do RCI - Regime Contratual de Investimento (I&D), por solicitação da AICEP, organismo intermédio desta medida;**
- **Apoio à contratação de recursos humanos altamente qualificados para o POR Lisboa.**

Figura 1 - Medidas geridas pela ANI no PT2020

Neste domínio, seja ao nível do nº de medidas de apoio, seja ao nível da sua abrangência e orientação temática específica, é já bastante visível uma primeira grande diferença face ao QREN. Aí havia apenas duas medidas de apoio: I&DT Empresas - Co-promoção; I&DT Empresas Mobilizadores.

Esta maior diversidade na oferta de medidas de apoio que progressivamente se foram desdobrando no sentido de um maior enfoque nas necessidades e oportunidades de competitividade e de inovação empresarial ou territorial, aliada ao crescente reconhecimento dos fundos estruturais como principal fonte de financiamento ao I&D empresarial, poderá justificar, em grande parte, a elevada adesão das empresas e das outras entidades a estes sistemas de apoio. Esta adesão traduziu-se na submissão, à ANI, de 2975 candidaturas entre 2014 e 2020, valor que quase duplica o número de candidaturas submetidas ao QREN.

Breve caracterização das candidaturas recebidas, analisadas e em curso

A realidade mencionada anteriormente está patente na Figura 2, onde também se pode observar a dimensão financeira que a acompanha.

Medidas	Execução Total							
	Candidaturas recebidas		Candidaturas em análise e sem decisão emitida		Candidaturas com financiamento aprovado			
	N.º de candidaturas	Investimento proposto (€)	N.º de candidaturas	Investimento proposto (€)	N.º de projetos financiados	Investimento proposto (€)	Investimento aprovado (€)	Incentivo aprovado (€)
PT2020 (2015 - 2020)	2 975	3 078 528 460	508	542 448 759	1 167	1 243 851 660	1 076 472 482	681 592 861
PT2020 - SI I&DT - I&D em Co-Promoção	1 955	1 956 208 192	439	463 118 802	657	659 760 142	573 560 319	366 594 849
PT2020 - SI I&DT - Demonstradores em Co-Promoção	174	123 884 990			51	33 424 985	29 204 343	16 228 878
PT2020 - SI I&DT - Demonstradores Individuais	163	86 108 836			40	19 695 429	16 624 396	8 294 269
PT2020 - SI I&DT - Selos de Excelência	68	102 492 698	24	35 820 629	16	26 141 004	22 236 007	12 144 521
PT2020 - SI I&DT - I&D Industrial à Escala Europeia	59	38 190 350	13	10 394 791	35	21 888 707	20 392 802	13 200 216
PT2020 - SI I&DT - Parcerias Internacionais	61	89 207 324	19	17 069 937	31	50 521 687	48 085 397	29 925 943
PT2020 - SI I&DT - Projectos Mobilizadores	54	460 530 627			37	320 867 505	266 561 449	170 584 810
PT2020 - SI I&DT - Núcleos de I&DT em Co-Promoção	68	48 379 517			17	12 244 758	9 832 683	5 819 141
PT2020 - SI I&DT - Internacionalização de I&D	29	3 629 113			12	1 481 995	1 153 418	519 785
PT2020 - SI I&DT - Propriedade Industrial	12	750 096	1	108 763	9	418 428	417 482	208 741
PT2020 - SAICT - Internacionalização de I&D	55	11 685 230	1	1 010 360	44	8 398 676	6 977 493	4 618 071
PT2020 - SAICT - Propriedade Industrial	189	8 438 307			168	7 470 034	7 179 159	6 044 069
PT2020 - SIAC - Transferência do Conhecimento Científico e Tecnológico	38	27 167 300			21	15 021 125	14 599 371	9 398 803
PT2020 - Clube de Fornecedoros - I&D em Co-Promoção	50	122 261 881	11	14 925 477	29	66 317 185	59 648 164	38 010 765
QREN (2007 - 2013)	1 573	1 489 495 570			637	669 629 232	541 565 944	339 520 226
QREN - I&DT Empresas - Co-promoção	1 557	1 350 047 709			623	566 744 911	466 947 703	287 720 530
QREN - I&DT Empresas - Mobilizadores	15	139 447 861			14	102 884 321	75 618 241	51 799 696
PT2020/QREN (2007 - 2013)	189%	207%			183%	186%	199%	201%

Figura 2: Execução dos instrumentos geridos pela ANI no Portugal 2020

Notas:

- Candidaturas analisadas - Pareceres de análise emitidos pela ANI: considera os valores da primeira análise à candidatura, não tendo em conta posteriores ajustes à decisão ou análise de alegações contrárias e reclamações.
- Candidaturas com financiamento aprovado: considera os valores da última decisão referente aos projetos, atendendo aos ajustes à decisão ou eventuais alterações em função da análise de alegações contrárias e reclamações.

De facto, no quadro do Portugal 2020, o número total de candidaturas a instrumentos geridos pela ANI atingiu, até à data, 189% do número total de candidaturas apresentadas ao QREN, tendo sido recebidas 2975 candidaturas, correspondentes a um investimento proposto de 3.078,92 M€. Já no âmbito do QREN, o número total de candidaturas cifrou-se em 1573, a que corresponderam cerca de 1.489,5 M€ de investimento proposto, mas que, para as candidaturas apoiadas (637) se traduziu em 541,5 M€ de investimento aprovado e 339,5 M€ de incentivo contratado.

Até ao final de 2020, no contexto do PT 2020, foram 1167 as candidaturas aprovadas com investimento aprovado no valor de 1.076,4 M€ e incentivo atribuído no valor de 681,6 M€. Nestes termos, a esta data e para as candidaturas já decididas pelas AG, verifica-se que também os valores de investimento aprovado e incentivo atribuído no PT2020, quase duplicaram, comparativamente ao QREN.

Há aqui, contudo, um aspeto a ter em conta e que são as 320 candidaturas que no final de 2020 tinham parecer favorável da ANI, mas que ainda estavam por decidir pelas AG. Somavam mais de 300 M€ de investimento proposto e mais de 170 M€ de incentivo calculado, valores que, tendo em conta as restrições orçamentais, poderão sofrer reduções com significado.

A Figura 3 apresenta o acumulado de alguns indicadores agregados relativos ao número de projetos aprovados e com decisão das AG até 31 de dezembro de 2020.

Projetos aprovados (n.º)	Investimento aprovado (€)	Promotores (n.º)	Empresas (n.º)	Entidades Não Empresariais (n.º)	Empresas distintas (n.º)
1.167	1.076,5 M	3.785	1.880 <small>Participações</small>	1.905 <small>Participações</small>	1.028 <small>Contingent Única</small>
	Incentivo público (€)	Pagamentos realizados (€)	Média - Promotores por projeto (n.º)	Média - Investimento por projeto (€)	Média - Incentivo por projeto (€)
	681,6 M	213,1 M	3,2	922,4 K	584,1 K

Figura 3 - Dashboard de execução dos Incentivos Financeiros à I&D do Portugal 2020 - 2014 a 2020

Do conjunto de instrumentos de apoio geridos, é o SI I&DT Copromoção que se destaca com 1.955 candidaturas submetidas, seguido dos Demonstradores (337) e dos instrumentos de apoio à proteção de direitos de Propriedade Industrial (201), quase completamente absorvidos pelo

número de projetos submetidos no âmbito do Sistema de Apoio à Investigação Científica e Tecnológica (189). Verifica-se, contudo, que os projetos Mobilizadores assumem uma relevância particular, considerando o volume de investimento proposto (460,5 M€), bem como a adesão de um elevado número de copromotores. Neste domínio, até à data candidataram-se 1232 promotores em 54 candidaturas, sendo que as 37 aprovadas representam o envolvimento efetivo de 839 promotores.

De notar que alguns Avisos fecharam no final de 2020, pelo que, naturalmente, a esta data, ainda não estão disponíveis os resultados dessas candidaturas (102), e, por conseguinte, o respetivo valor de incentivo. Por outro lado, das candidaturas analisadas em 2020, 406 não tinham ainda sido objeto de decisão por parte das Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais financiadores.

Finalmente uma breve referência à distribuição das candidaturas por área tecnológica. Tal como a Figura 4 mostra, 34% das candidaturas submetidas no período em análise enquadram-se na área tecnológica de TIC, seguida da área de Tecnologias de Materiais (13%), Biotecnologia (11%) e Engenharia Mecânica (8%). Esta prevalência da área das TIC, a que acrescem os valores das áreas de Automação e Robótica (4%) e Eletrónica e Instrumentação (6%), dá conta da dimensão que a Indústria 4.0 e a digitalização estão a assumir no contexto do PT2020, sendo de esperar um reforço destes números até ao final de 2023, por conta dos projetos por decidir.

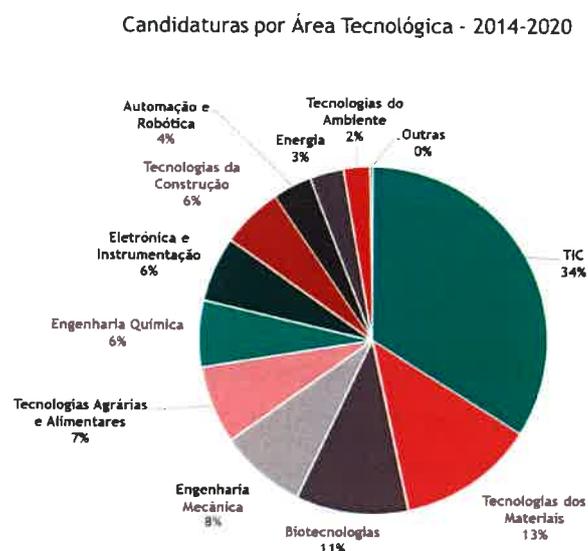


Figura 4: Distribuição de candidaturas por área tecnológica

Dimensão Colaborativa

Um outro elemento interessante no contexto destes instrumentos de apoio é a dimensão colaborativa (Figura 5).

Medidas	Tipo de Entidade									
	Candidaturas financiadas									
	N.º de participações - projetos aprovados									
	N.º de Entidades (participações)	Total Empresas	Micro e PME	Micro empresas	Não PMEs	Total Ensino Superior	CITs Reconhecidos	CoLAB	Outros CITs e Centros de I&D	Outros
PT2020 (2015 - 2020)	3 784	1 880	1 385	346	495	1 049	587	19	173	76
SI I&DT - I&D em Co-Promoção	2 113	1 070	799	211	271	606	297	8	93	39
SI I&DT - Demonstradores em Co-Promoção	161	88	67	19	21	36	23		7	7
SI I&DT - Demonstradores Individuais	40	40	34	15	6					
SI I&DT - Selos de Excelência	16	16	16	7						
SI I&DT - I&D Industrial à Escala Europeia	76	46	36	6	10	20	9			1
SI I&DT - Parcerias Internacionais	136	51	32	12	19	40	23	3	17	2
SI I&DT - Projectos Mobilizadores	839	487	340	64	147	169	122	8	28	25
SI I&DT - Núcleos de I&DT em Co-Promoção	45	21	21	3		17	6		1	
SI I&DT - Internacionalização de I&D	12	12	10	1	2					
SI I&DT - Propriedade Industrial	9	9	9	5						
SAICT - Internacionalização de I&D	44					26	12		4	2
SAICT - Propriedade Industrial	168					111	38		19	
SIAC - Transf. do Conhecimento Científico e Tecnológico	26						22		4	
Clube de Fornecedores - I&D em Co-Promoção	99	40	21	3	19	24	35			

Figura 5: Entidades financiadas nos instrumentos geridos pela ANI no Portugal 2020

De destacar, assim, que ao total de 2.975 candidaturas recebidas até dezembro de 2020, correspondem 9.216 promotores o que ilustra bem a mobilização dos vários atores nos projetos em consórcio. Naturalmente que este número baixa consideravelmente quando se consideram os projetos aprovados e em execução e que no QREN significou um envolvimento de 2130 promotores (para 637 projetos) e no atual Quadro significa, até à data e para os projetos já com financiamento atribuído, um envolvimento de 3784 promotores (para 1167 projetos). A este nível o número médio de promotores por projeto parece ser muito idêntico entre os dois Quadros Comunitários (3,3 e 3,2, para o QREN e para o PT2020, respetivamente), embora ainda aqui não estejam representados os projetos cujo financiamento será apenas decidido em 2021, facto que poderá alterar ligeiramente estes números.

A composição destas participações entre empresas e outras entidades (ENESII) é bastante equilibrada: 49,7% são empresas e 50,3% são ENESII. Já dentro de cada uma destas categorias é interessante verificar-se que no contexto empresarial, é o grupo constituído pelas Micro e PME que representam a larga maioria das participações (cerca de 74%). Na categoria das ENESII, por seu turno, é o grupo constituído pelas entidades do Ensino Superior (Universidades e Politécnicos) que têm uma maior representatividade (57%), seguido pelos CIT reconhecidos (30%).

Uma outra dimensão a salientar refere-se ao “efeito de alargamento” a novas entidades das medidas de apoio do Portugal 2020, medido pela participação de entidades que não tinham apresentado, anteriormente, candidaturas a medidas de apoio à realização de projetos de I&D (Figura 6). Para esta análise, foram verificadas as candidaturas às medidas de apoio à I&D do período do QREN, bem como as medidas geridas pela Agência de Inovação anteriores a esse período.

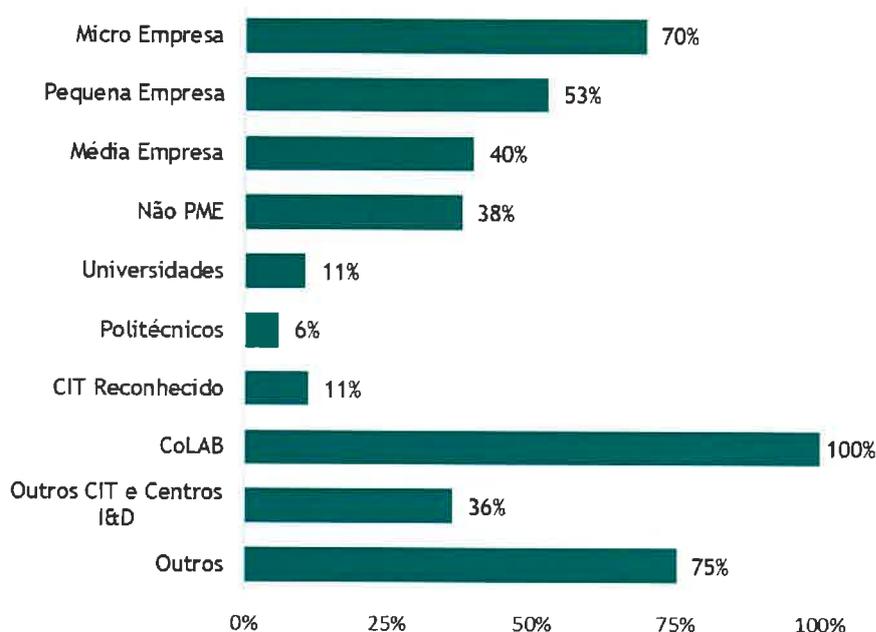


Figura 6 - Entidades “novas” em projetos PT2020 financiados - 2014-2020

A este propósito é de sublinhar o referido “efeito de alargamento” muito significativo no tocante às Microempresas: em 241 empresas apoiadas, 168 (70%) são “novas”, de acordo com esta análise. Também nas Pequenas Empresas este valor é bastante elevado, com 159 empresas “novas”, em 301 apoiadas (53%). É interessante verificar que, mesmo nas Médias Empresas e nas Não PME, historicamente mais propensas à participação neste tipo de projetos, continua a surgir um número relativamente elevado de empresas que não tinha sido anteriormente apoiado nesta tipologia de apoios, com 208 “novas” em 533 empresas apoiadas, neste conjunto. Nestes termos, verifica-se uma crescente capacidade de penetração deste tipo de apoios numa base de agentes económicos cada vez mais alargada, evidenciando, em simultâneo, a sua maior

adaptação às necessidades das empresas e das outras entidades que com elas estabelecem projetos de parceria nos domínios da I&DT.

Um caso particular aqui retratado é o dos recentemente constituídos Laboratórios Colaborativos (CoLAB): naturalmente, os 9 CoLAB apoiados (dos 26 existentes) o foram pela primeira vez neste sistema de incentivos. No caso das Universidades, Politécnicos e CIT reconhecidos o “efeito de alargamento” é reduzido, como seria previsível, uma vez que este tipo de entidades já participa, com muito frequência, nos apoios à I&D aqui analisados. Ainda assim, evidenciam-se 2 Universidades, 1 Politécnico e 3 CIT reconhecidos que foram apoiados pela primeira vez, para a realização de projetos de I&D geridos pela ANI, no decorrer do PT2020.

Uma outra dimensão associada a esta componente colaborativa dos projetos de I&DT prende-se com a capacidade de captação de financiamento por parte das diversas entidades e que a Figura 7 traduz. Aí pode observar-se que o incentivo apurado pela ANI é destinado, maioritariamente, ao conjunto do tecido empresarial (cerca de 370 M€), com destaque para as Micro e PME (cerca de 275 M€).

Trata-se de uma proporção inversa da que se regista para a tipologia de promotores (1905 entidades não empresariais do sistema de I&I e 1880 empresas, para os projetos elegíveis). Ainda assim, as ENESII com maior representatividade (Universidades, Politécnicos, CITs reconhecidos, CoLAB e outros Centros de I&D) têm conseguido captar, no período em causa, valores de incentivo igualmente interessantes da ordem dos 300 M€.

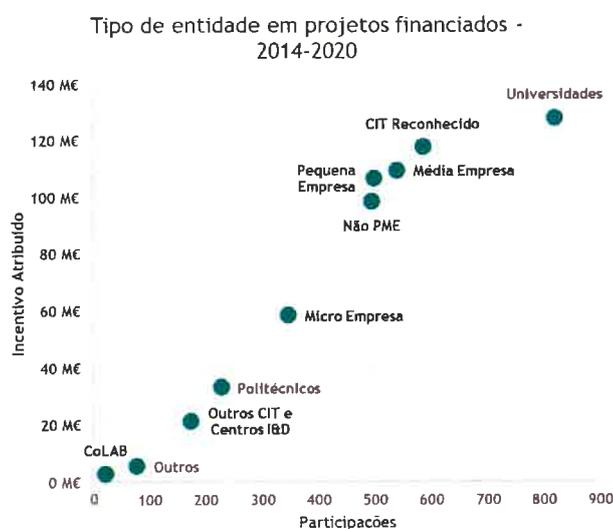


Figura 7: Distribuição do incentivo por tipo de entidade

Pagamentos efetuados

No que diz respeito aos pagamentos efetuados no PT2020, para as medidas geridas pela ANI (Figura 8), observa-se um valor acumulado de pagamentos superior a 213 M€, correspondendo à emissão de 7175 ordens de pagamento, com destaque para os pagamentos por conta dos projetos em copromoção (nas suas várias tipologias) e que representam mais de 76% do total de pagamentos efetuados durante o período.

Medidas	Execução Total	
	Pagamentos	
	N.º de Pagamentos	Pagamentos realizados (€)
PT2020 (2015 - 2020)	7.175	213.477.211
SI I&DT - I&D em Co-Promoção	4.865	144.298.585
SI I&DT - Demonstradores em Co-Promoção	413	9.249.240
SI I&DT - Demonstradores Individuais	137	5.216.266
SI I&DT - Selos de Excelência	24	2.149.118
SI I&DT - I&D Industrial à Escala Europeia	101	2.653.989
SI I&DT - Parcerias Internacionais	105	3.256.507
SI I&DT - Projectos Mobilizadores	1.013	32.429.015
SI I&DT - Núcleos de I&DT em Co-Promoção	154	3.071.906
SI I&DT - Internacionalização de I&D	24	275.542
SI I&DT - Propriedade Industrial	12	46.492
SAICT - Internacionalização de I&D	32	1.036.425
SAICT - Propriedade Industrial	129	1.157.764
SIAC - Transf. do Conhecimento Científico e Tecnológico	98	5.985.506
Clube de Fornecedores - I&D em CoPromoção	68	2.650.857
QREN (2007 - 2013)		279.458.138
QREN - I&DT Empresas - Co-promoção		233.686.807
QREN - I&DT Empresas - Mobilizadores		45.771.331
PT2020 / QREN (2007 - 2013)		76%

Figura 8: Pagamentos nos instrumentos geridos pela ANI no Portugal 2020

Estes números revelam que no final de 2020, ou seja, a três anos do encerramento do PT2020 em termos de execução, o montante de pagamentos efetuados situava-se já em 76% do total pago no QREN. Considerando que o incentivo atribuído até ao final de 2020 se situa nos 681,6 M€, fácil será perceber que ainda estará por executar e pagar, nos próximos 3 anos, mais do dobro do valor pago até agora.

ANEXO IV

A promoção dos Programa Quadro Europeus de I&I - do 7º Programa-Quadro ao Horizonte 2020 e o caminho para o Horizonte Europa

O trabalho de promoção do programa quadro está muito patente nos resultados atingidos a nível nacional desde que, em 2007, foi criado o primeiro gabinete dedicado na ANI - o GPPQ (Gabinete de Promoção do Programa-Quadro). A participação nacional tem aumentado gradualmente e, ao mesmo tempo, os objetivos estabelecidos pela tutela têm sido cada vez mais ambiciosos. Portugal chegou muito perto do *break even* no final do FP7 (conseguir, através de financiamento competitivo, financiamento equivalente ao colocado pelo país no programa, segundo a contribuição nacional para o orçamento europeu) e superou largamente a meta do cenário mais otimista de 950 M€ estabelecida no início do Horizonte 2020, estimando-se que o montante final seja de cerca de 1.200 M€. Atualmente, o *break even* foi já largamente superado e Portugal está confortável para atingir a nova meta ambiciosa de conseguir captar financiamentos que atinjam os 2 mil milhões de euros no Horizonte Europa.

O acolhimento, na ANI, dos Pontos de Contacto Nacionais (NCP) e dos Delegados Nacionais aos diferentes comités de programa do Programa-Quadro tem conferido a esta instituição uma ambivalência única no seu posicionamento estratégico ao nível nacional e Europeu. Se, por um lado, acompanha no terreno os players nacionais na preparação das propostas, adicionalmente desempenha um papel fundamental ao representar os interesses nacionais em Bruxelas nos diferentes grupos de trabalho e discussão.

Estes resultados, contudo, têm sido conseguidos com grande desgaste dos recursos humanos dedicados. Se, no final do sétimo programa quadro, em 2013, o GPPQ contava, então, com 23 elementos que exerciam funções de NCP e Delegados, ao longo do Horizonte 2020, com a saída de recursos humanos e impossibilidade de contratar novos quadros, a equipa contou com um valor médio de 14-15 NCP/Delegados durante 2014-2020, com funções acrescidas de consultoria em vários fora, áreas, e temas, para várias tutelas e, ainda, funções de avaliação de projetos nacionais no âmbito do COMPETE.

A figura 1 apresenta a evolução da participação nacional ao longos de vários Programas-Quadro Europeus (o valor de 2020 ainda não é final, faltando ainda apurar resultados de concursos com orçamento disponível superior a mil milhões de €).

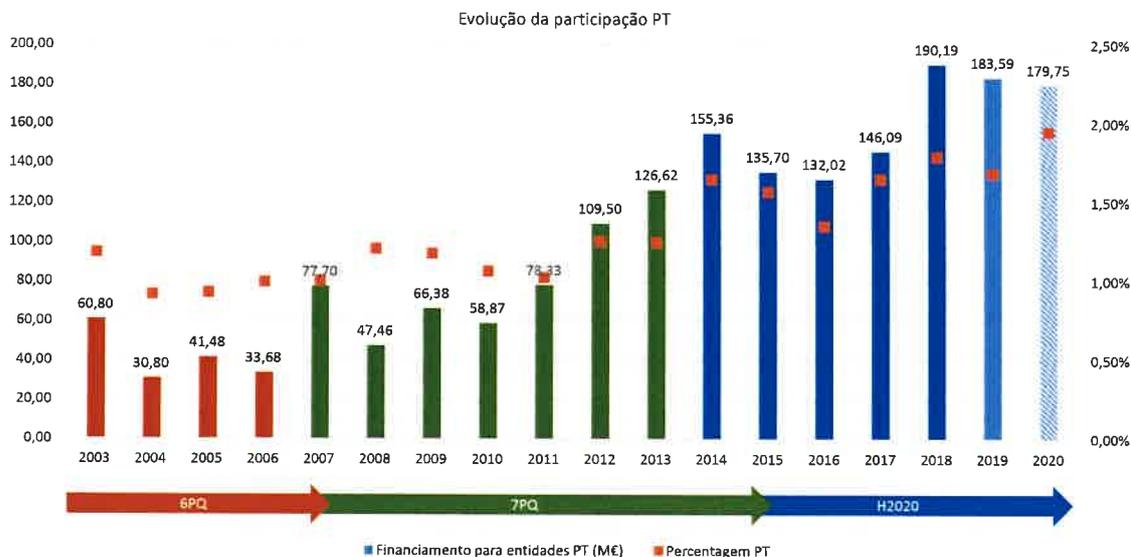


Figura 1: Participação nacional nos Programas-Quadro de I&I entre 2003 e 2020.

A Figura 1 apresenta a evolução crescente na captação de financiamento nacional ao longo dos Programas-Quadro. O ano de 2018 foi o melhor ano desde sempre, atingindo cerca de 190 M€. Os dados relativos a 2020, ainda que preliminares, permitem prever que, após o apuramento final de todos os concursos ainda em avaliação, 2020 venha a ser o melhor ano de sempre, ultrapassando os 200 M€.

Verifica-se, pois, a inversão da tendência face aos 6º e 7º Programas-Quadro, projetando-se assim o seu robustecimento para o novo Programa-Quadro Horizonte Europa (2021-2027), que terá o maior orçamento de sempre a nível europeu - 95,5 mil milhões de euros.

A Tabela 1 compara a participação nacional no 7ºPQ e no H2020, onde se pode verificar o aumento substancial em todos os descritores considerados, desde número de propostas submetidas, projetos aprovados e orçamento captado.

	Propostas submetidas	Projetos aprovados	Coordenações	Número de participações	Orçamento captado	Taxa de retorno
7ºPQ (2007-2013)	9443	1788	364	2453	564,87 M€	1,15%
H2020 (2014-2020)	16463	2355	640	3395	1117,34 M€	1,66%

A ANI, como instituição responsável por toda a promoção e suporte à participação nacional no H2020, contribuiu ativamente para ultrapassar as metas estabelecidas e garantir uma participação sustentada no H2020, promovendo a participação de novos players e potenciando a submissão de um maior número de candidaturas com coordenação nacional.

O ritmo de crescimento sustentado da média anual de financiamento captado pelas entidades nacionais permitiu os melhores cenários relativamente ao comportamento nacional no Horizonte 2020.

No final de maio de 2020 a prestigiada revista *Nature* publicou um artigo (*EU Science - The next €100 billion*) dedicado ao futuro Programa-Quadro de Investigação e Inovação Horizonte Europa (2021-2027) salientando o papel preponderante dos programas-quadro, nomeadamente do Horizonte 2020. No artigo é evidenciada a natureza colaborativa como catalisadora de competitividade ao nível Europeu apontando para ganhos económicos na ordem dos 400 mil milhões de euros em 2030.

Portugal aparece na lista dos países que estão a receber mais financiamento comparativamente com o que contribuem para a União Europeia. **Portugal é um beneficiário líquido do Horizonte 2020, aparecendo na 9ª posição em termos de financiamento captado face ao orçamento investido (Figura 2).** Adicionalmente, Portugal mostra uma **dinâmica colaborativa forte**, tendo fortalecido a sua rede de colaboração desde o 6º Programa-Quadro até ao Horizonte 2020.

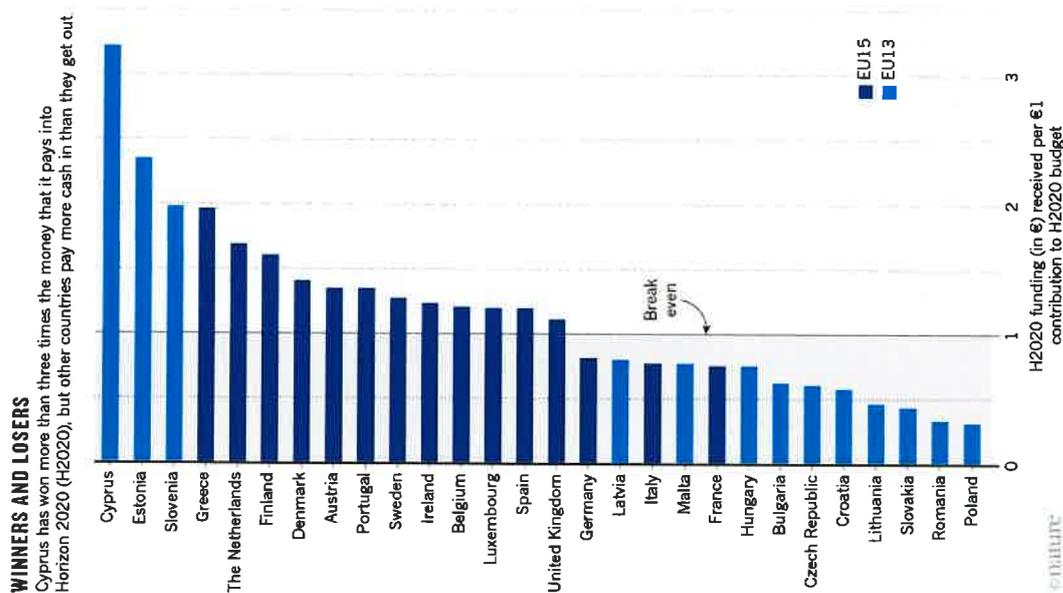


Figura 2: Participação dos países no Horizonte Europa - relação entre o contributo para o orçamento da União Europeia e o orçamento captado no Horizonte Europa (acima de 1 significa que o país é um beneficiário líquido).

No período de programação 2021-2027, Portugal tem como objetivo duplicar a presença Portuguesa nos Programas Europeus, atingindo os 2.000 M€ no final dos 7 anos. À ANI caberá a responsabilidade pela coordenação dos pilares 2 e 3 (Desafios Globais e EIC), onde a participação de empresas é absolutamente necessária, cabendo à FCT a responsabilidade pela coordenação dos pilares 1 e 4, dedicados a investigação fundamental e à consolidação do Espaço Europeu de Investigação (ERA).

No Horizonte Europa a grande maioria do financiamento estará alocado a concursos competitivos abertos, mas Portugal terá um desafio acrescido em aumentar a sua participação nas denominadas Parcerias Europeias nomeadamente nas Iniciativas Tecnológicas Conjuntas (JTI). Neste momento, o 1º período de programação do Horizonte Europa está praticamente finalizado e estão consideradas cerca de 50 Parcerias Europeias para o período 2021-2024. A Figura 3 apresenta as Parcerias Europeias previstas para o 1º período de programação (2021-2024) do Horizonte Europa, distribuídas pelas diferentes tipologias (cofund, coprogramadas e institucionalizadas - Art 187 e 185) nos diferentes temas do Pilar II.

	Co-funded	Co-programmed	Art 187 (JTI's)	Art 185
HEALTH	<ol style="list-style-type: none"> 1. Chemicals risk assessment 2. Pre-clinical / clinical health research 3. Health systems in a digital and ageing society 4. Personalised Medicine 5. Rare diseases 6. AntiMicrobial Resistance 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Pandemic Preparedness 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Global Health 2. IMI3 	
DIGITAL, INDUSTRY and SPACE		<ol style="list-style-type: none"> 2. AI, data and robotics 3. Photonics Europe 4. Clean Steel 5. Made in Europe 6. Carbon Neutral and Circular Industry 7. Global competitive space systems 	<ol style="list-style-type: none"> 3. High Performance Computing 4. Key Digital Technologies 5. Smart Networks and Services 	<ol style="list-style-type: none"> 1. European Metrology
CLIMATE, ENERGY and MOBILITY	<ol style="list-style-type: none"> 8. Driving urban transitions to a sustainable future (DUT) 9. Clean Energy Transition (CET) 	<ol style="list-style-type: none"> 8. BuPeople-centric sustainable built environment (Built4People) 9. Towards zero-emission road transport (2ZERO) 10. Connected, Cooperative and Automated Mobility (CCAM) 11. Zero-emission waterborne transport 12. European Partnership for an Industrial Battery Value Chain 	<ol style="list-style-type: none"> 6. Transforming Europe's rail system 7. Integrated Air Traffic Management (ATM) 8. Clean Aviation 9. Clean Hydrogen 	
FOOD, BIOECONOMY, AGRICULTURE, NATURAL RESOURCES and ENVIRONMENT	<ol style="list-style-type: none"> 10. Accelerating farming systems transition 11. Animal health 12. Environmental Observations 13. Rescuing biodiversity 14. Blue Economy 15. Safe and Sustainable Food System 16. Water4All 		<ol style="list-style-type: none"> 10. Circular bio-based Europe 	
	<ol style="list-style-type: none"> 17. Innovative SMEs 	<ol style="list-style-type: none"> 13. European Open Science Cloud (EOSC) 		

Figura 3: Distribuição das Parcerias Europeias pelas diferentes tipologias e áreas temáticas do Horizonte Europa.

A ANI está representada em todos os grupos de discussão de cada uma das Parcerias Europeias que serão lançadas no âmbito do Horizonte Europa e também no Comité Estratégico, onde é discutida a abordagem e estratégias globais sobre a implementação do programa. A participação nacional nas Parcerias Europeias do Horizonte Europa é um dos maiores desafios para Portugal, pois cerca de 50% do orçamento de todo o Pilar II será alocado a esta tipologia de instrumentos.

De salientar ainda as *Knowledge and Innovation Communities* (EIT) do EIT, com o lançamento de duas novas KICs - "Indústrias Culturais e Criativas", em 2022, e "Água e Ecossistemas Marinhos e Marítimos", em 2026, e para as quais a ANI está já a preparar a estratégia para a participação nacional.